

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

SUÉLLEM ARAUJO CUNHA

**O LITORAL E O MAR EM PRESIDENTE KENNEDY: ASPECTOS DE UMA
MARITIMIDADE DIFERENCIADA NO CONTEXTO CAPIXABA**

**FORTALEZA
2009**

SUÉLLEM ARAUJO CUNHA

**O LITORAL E O MAR EM PRESIDENTE KENNEDY: ASPECTOS DE UMA
MARITIMIDADE DIFERENCIADA NO CONTEXTO CAPIXABA**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientação: Professor Dr. Eustógio Wanderley C. Dantas

**FORTALEZA
2009**

SUÉLLEM ARAUJO CUNHA

**O LITORAL E O MAR EM PRESIDENTE KENNEDY: ASPECTOS DE UMA
MARITIMIDADE DIFERENCIADA NO CONTEXTO CAPIXABA**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, Área de concentração Dinâmica Territorial e Ambiental, Linha de pesquisa, Análise socioambiental da zona costeira.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correa Dantas - Orientador
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima
Universidade Estadual do Ceará - UECE

À você mãe, pelo exemplo de vida e de mulher, pela educação, força, abdicção e dedicação de sempre. Por estar ao meu lado sempre; lado certo, lado errado. Essa conquista vai especialmente para você!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho começou a ser construído há muitos anos e é o resultado de várias percepções e experiências vividas em diversos encontros e desencontros ao longo da minha vida. Portanto, agradecer a todos os que eu encontrei e desencontrei ao longo dessa jornada e que contribuíram direta ou indiretamente na construção do mesmo é praticamente impossível. Fica a tentativa de registrar nessas páginas o meu reconhecimento àqueles que dividiram comigo os principais momentos da mesma, tanto os bons quanto os ruins, e aos que viabilizaram a execução do mesmo: a vocês meu eterno agradecimento.

E, em função da grande quantidade de agradecimentos a serem feitos, optei por dividi-los em grupos até mesmo para facilitar na hora de recordar de todos. E, se por ventura minha mente falhar a essa altura do campeonato e me esquecer de alguém peço desde já desculpas e deixo a minha gratidão...

À Deus...

Por me mostrar e fazer sentir Sua presença e força dentro de mim nos momentos mais difíceis e mais felizes dessa caminhada e de minha vida, sempre. Por dividir comigo minhas angústias, lamentações, tristezas, decepções, alegrias e felicidades em longas e intensas meditações durante esses dois anos... Por ter me ajudado a suportar as dificuldades, e a dor da saudade que sentia das pessoas queridas que deixei no Espírito Santo e por ter me dado a oportunidade de conhecer outras tão maravilhosas no Ceará.

Ao Mestre e amigo Jesus Cristo por ser meu exemplo de amor maior, e a todas as outras espiritualidades que me deram o sustentáculo espiritual de sempre durante meu trabalho.

À minha família...

À minha mãe por simplesmente ter me dado a vida e por permanecer nela. Sem você eu não seria nem a sombra do que sou hoje, e por mais que eu te agradeça a minha vida toda e por tudo, ainda assim será pouco perto do que fizestes por mim, principalmente nesses dois anos.

Ao meu pai, por sempre me surpreender com suas ações, boas e/ou ruins, e por ter me ensinado valores que carrego comigo até hoje e que foram basilares em minha formação.

À minha avó Marina, meu exemplo maior de vida (e que vida), de mulher, de mãe e de luta,

por acreditar que eu seria capaz de chegar aqui e me apoiar sempre.

À minha irmã Samara ao meu irmão Cezinha, por me darem ânimo para lutar cada vez mais por condições e dias melhores para nossa família.

À Russo, por ter entrado em minha vida e na da minha família, cuja presença foi fundamental durante todo o período do mestrado e nessa conquista.

Aos meus padrinhos, Ignês e Juarez, tia Virgínia, minhas primas Leninha, Betinha, e suas respectivas famílias, pelas orações, e palavras de força e carinho quando o desânimo e a saudade doíam muito.

À minha tia Mariza, meu tio Salvador, e minha prima Sandra por me acolherem em seu lar e mostrarem o quanto fundamental é o ensino e os estudos na vida.

Aos amigos do Espírito Santo...

Da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) agradeço...

- Aos amigos da turma de Graduação em Geografia de 2002, em especial:

Ao Antônio, Marley, Mônica; ao trio *bouduísta*: João Paulo, Felipe e Tiago, pela amizade e companheirismo durante a graduação e após ela, e ao Wanildo, por sempre me socorrer quando o assunto é mapas, e me ajudar na confecção deles para este trabalho.

- Aos amigos de lutas, discussões e debates dentro e fora do curso de Geografia:

Laura, Patrícia, Renata, Ana Maria, Thalismar, Rosi, Cyntia, Gustavo, Tarcísio, Zé Flávio entre tantos outros.

- Aos funcionários e professores do Departamento de Geografia em especial:

Aos funcionários Celinha e Renan;

Às professoras Antônia, Claudia, Maria Célia, Gisele e Aurélia;

Em particular ao meu grande e querido mestre de vida e profissão, professor Boudou (*in memorian*), que me ensinou muito mais do que fazer geografia, ensinou-me a amar o que faço, e cujos ensinamentos foram fundamentais para minha conquista agora...

- Aos amigos e companheiros de universidade:

Ao professor Jaime do curso de Ciências Sociais, pelos conhecimentos passados e pelas experiências profissionais e de vida;

Ao meu amigo Flavílio, e ao meu casal preferido Carlinha e Leandro pelas ajudas fundamentais com as metodologias de pesquisa, no suporte técnico para usar o SPSS, e pela

amizade incondicional.

Às minhas eternas amigas e psicólogas de plantão Ana Paula Verbeno e Revieni, por ouvirem meus desabafos e dividir comigo minhas alegrias e tristezas mesmo a milhares de quilômetros de distância.

- Às minhas amigas-irmãs, e amigos-irmãos companheiros de toda vida:

Ádila, Liana, Maria, Ana Paula Harris, Douglas, Márcio, Zé, Afonso entre tantos outros...

Dos colaboradores em Presidente Kennedy

À Dr.^a Elisa Helena Lesqueves Galante, procuradora municipal pelas informações e atenção;

À secretária de comunicação do município Hemunik Temporim e sua equipe;

Ao Fabiano, do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Presidente Kennedy pelas informações, fotos aéreas e colaboração com os loteamentos.

Ao Paulo e sua esposa Ana por me acolherem na Praia das Neves e contribuírem de forma relevante para a construção deste trabalho com suas informações, questionamentos e opiniões.

À toda a equipe responsável pela construção do Plano Diretor Municipal Participativo de Presidente Kennedy, em especial:

Ao André Luiz N. Coelho e Alexandre R. Nicolau pelo fornecimento de mapas e informações fundamentais para minha pesquisa.

Aos amigos do Ceará...

Da Universidade Federal do Ceará...

Ao professor Eustógio Wanderley Correa Dantas, pela orientação e ajuda no desenrolar do trabalho.

Aos professores Cacau e Christian, Levi e José da Silva pela ajuda e troca de conhecimento.

Ao professor Luiz Cruz Lima por sua participação na banca.

À minha turma de Mestrado em Geografia da UFC de 2007, em especial:

Ao trio João, Arilson e Márcio, meus irmãos cearenses, que muitas vezes me deram força e incentivo para continuar frente todas as dificuldades. Devo muito dessa conquista a vocês.

Ao Tiago, pelas palavras de conforto, carinho, amizade e troca de conhecimentos durante todo esse período.

À minha amiga índia Cariri Luciana por se tornar minha irmã em tudo, e principalmente por me apresentar o Cariri e o Mimi.

Ao meu casal preferido da Geografia UFC, Mônica e Marcelo, pela força e amizade demonstrada.

Aos companheiros de Universidade: Fábio pela troca de conhecimentos, amizade e ajuda de sempre, ao Sullivan, Delano, Jucier e José Maclécio entre tantos outros.

Das amizades construídas no Pensionato Vicenta Maria, que foram fundamentais em meu processo de adaptação em Fortaleza.

À família cearense mais nacional que construí:

Às minhas amigas-irmãs Lorena (ES), Anna Stein (SP/Alemanha), e Cecília (CE), minha equilina Tennessee (RN), a Flor Helaine (PA) e aos amigos Eduardo (RS), Ronaldo (CE) e Gilberto (RJ), obrigada por dividirem comigo momentos tão especiais.

Às demais instituições...

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará (FUNCAPE), ambas pela concessão parcial de bolsas, sem as quais não teria sido realizada esta pesquisa.

Em especial...

A todo o povo cearense que me acolheu muito bem, e me ensinou, que além da necessidade de lutar sempre, o bom humor é fundamental, entre outras coisas.

Aos meus erros, pois aprendi muito com eles.

E ao mar, por me encantar e fascinar!

*“Quem vem pra beira do mar, ai
Nunca mais quer voltar, ai
Andei por andar, andei
E todo caminho deu no mar
Andei por andar, andei
Nas águas de Dona Janaína*

*A onda do mar leva
A onda do mar trás
Quem vem pra beira da praia, meu bem
Não volta nunca mais”*

Beira-mar – Dorival Caymmi

RESUMO

O Espírito Santo desde sua colonização sempre manteve uma estreita ligação com o litoral e o mar, sendo, portanto, espaços valorizados tanto socioeconômicos quanto culturalmente. Como veremos no decorrer da pesquisa, desenvolveu-se principalmente nestes espaços e assim condicionou ao estado uma maritimidade marcante, com práticas marítimas tradicionais e modernas ocorrendo ao longo de toda sua costa, entretanto, muitas delas especialmente concentradas na Região Metropolitana de Vitória. Todavia, o município de Presidente Kennedy, objeto de estudo desta pesquisa, apesar de ser litorâneo, se desenvolveu por diversos fatores principalmente socioeconômicos e culturais, praticamente de costas para o mar com sua sede distante cerca de 30 km do litoral. Frente a esta aparente contradição entre o estado e o município me lancei a desvendar os motivos pelos quais ele assim se desenvolveu, ou seja, sem uma maritimidade marcante até o início do século XXI. Para isso fez uso da análise diacrônica referente à história territorial do mesmo, tendo em vista compreender o seu atual ordenamento espacial, voltado para o interior. Pautada nos conceitos de maritimidade e de valorização dos espaços litorâneos e marítimos, busquei diagnosticar as principais práticas marítimas tradicionais e modernas desenvolvidas no município, desde o período colonial, no século XVII, até os dias atuais, para assim melhor compreender a maritimidade apresentada em Presidente Kennedy. Tendo em vista novas perspectivas de uso e ocupação do espaço litorâneo e marítimo do município, dentro da conjuntura socioeconômica prevista para o estado, procurei por meio da técnica de elaboração de cenários, indicar futuras mutações e reconversões na forma em que a população local e seus freqüentadores se relacionam com tais espaços, podendo em alguns anos condicionar a Presidente Kennedy uma maritimidade marcante.

Palavras-chave: Maritimidade, Práticas Marítimas, Valorização Socioeconômica e Cultural do Litoral e do Mar.

ABSTRACT

Since our colonization the Espírito Santo always maintained a close link with the coast and the sea, being, thus, valuable spaces both socioeconomic and culturally. As we will see during the research, developed mainly in these areas and so conditioned to state of maritime marked practices, with traditional and modern maritime occurring all along its coast, however, many of them especially concentrated in the metropolitan area of Vitória. However, the city of Presidente Kennedy, object of study of this research, despite to be coastal, developed by several factors mainly socioeconomic and cultural, almost back to the sea with its headquarters far about 30 km from the coast. Faced with this apparent contradiction between the state and the city I fell to uncover the reasons why he so developed, that is, without a maritime marked by the beginning of the XXI century. For that made use of diachronic analysis on the history of that territory in order to understand its current spatial turned inward. On concepts of maritime and developing the potential of coastal and maritime, I sought to diagnose the main maritime traditional practices and modern developed in the city since the colonial period in the seventeenth century to the present day, so to better understand maritime presented in Presidente Kennedy. In view of new opportunities for use and occupation of the coastal and marine area of the city, within the socio-economical due to the state, I tried using the technique of scenario development, indicate future changes and redevelopment in the way the local population and their patrons are related to such spaces, and in some years the condition to Presidente Kennedy one maritime marked.

Key-words: Maritime, Maritime Practices, Valuation Socioeconomic and Cultural Coast and the Sea

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 01 – Vista aérea parcial da Região Metropolitana de Vitória.....	64
Foto 02 – Baía de Vitória em perspectiva.....	65
Foto 03 - Vista aérea da sede da Praia de Marobá (2004).....	79
Foto 04 – Visão aérea do litoral de Presidente Kennedy. Na parte inferior da foto, a sede da praia de Marobá, e mais acima na outra ponta localiza-se a praia das Neves, 2004.....	82
Foto 05 – Casuarinas plantadas na praia das Neves.....	82
Fotos 06 e 07 – Pequenas embarcações ancoradas no rio Marobá.....	82
Foto 08 – Barra do Itabapoana na foz do rio do mesmo nome, na divisa com entre ES (à direita) e RJ (à esquerda), 2004.....	84
Foto 09 – Vista aérea da praia das Neves (2004).....	85
Fotos 10 e 11 – Construções praticamente abandonadas na Praia das Neves.....	92
Foto 12 – Calçamento nas principais ruas da praia de Marobá.....	97
Foto 13 – Captação da água no rio Itabapoana que abastece a praia das Neves e Marobá.....	97
Fotos 14 e 15 – Infra-estruturas de restauração na praia de Marobá.....	98
Fotos 16 e 17 – Infra-estruturas de restauração e hospedagem na Praia das Neves.....	98
Foto 18 – Vista da orla da praia das Neves, durante a alta estação. Detalhe para as barracas de palhas construídas pela prefeitura municipal.....	98
Foto 19 – Orla da praia de Marobá em alta temporada, detalhe para os altos falantes nos postes, e os quiosques construídos pela prefeitura municipal.....	99
Foto 20 - Trios elétricos na praia de Marobá.....	101
Foto 21 – Arena de rodeio montada na praia de Marobá, em janeiro de 2009.....	101
Foto 22 – Rodovia do Sol, ES 060, que liga Marataízes à Marobá.....	102
Foto 23 – Trecho da Rodovia do Sol, ES 060, que liga praia de Marobá à das Neves.....	102
Foto 24 – Ônibus excursionistas em Marobá.....	103
Fotos 25 e 26 – Praia de Marobá, ambiente familiar e tranquilo.....	105
Fotos 27 e 28 – Tranqüilidade e sossego das praias de Marobá e Neves respectivamente....	105
Fotos 29 e 30 – Local previsto para serem instalados o porto e a indústria siderúrgica.....	105

MAPAS

MAPA 01 - Localização do município de Presidente Kennedy, sua sede e praias.....	21
MAPA 02 - Regiões turísticas do Espírito Santo.....	60
MAPA 03 - Divisão regional do Espírito Santo.....	68
MAPA 04 – Uso e ocupação do solo no município de Presidente Kennedy.....	90
MAPA 05 – Origem dos freqüentadores do litoral de Presidente Kennedy – ES.....	90

FIGURAS

Figura 01 – Imagem aérea do litoral de Presidente Kennedy.....	22
Figura 02 – O sistema espacial litorâneo e marítimo.....	25
Figura 03 – Esquema teórico-metodológico da pesquisa.....	28
Figura 04 – Representação geográfica da costa do Espírito Santo mostrando a localização de algumas comunidades pesqueiras e as regiões a que pertencem.....	54
Figura 05 – Localização da igreja das Neves e da antiga sede da fazenda Muribeca em Presidente Kennedy.....	73
Figura 06 – Representação da capitania do Espírito Santo em 1807.....	74
Figura 07 – Sobreposição da área da fazenda Muribeca no atual território de Presidente Kennedy.....	74
Figura 08 – Projeto previsto para ser implantado no litoral de Presidente Kennedy.....	111

Gráfico 01 – Fluxo anual de turistas no Espírito Santo.....	57
--	----

Quadro 01 – Equipamentos e serviços turísticos de hospedagem e alimentação em Marataízes e Presidente Kennedy.....	54
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Classificação e frequência do grau de exploração turística nas comunidades de pesca do litoral do ES.....	55
Tabela 02 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB real.....	57
Tabela 03 – Domicílios de uso ocasional no ES e sua evolução em décadas.....	57
Tabela 04 – Principais segmentos turísticos no ES.....	58
Tabela 05 – Fluxo de turistas da Região Metropolitana por estado de origem (2005).....	62
Tabela 06 – Fluxo de turistas no interior do ES por estado de origem (2005).....	62
Tabela 07 - PIB municipal: posição dos municípios litorâneos no ranking estadual – 2002/2006.....	63
Tabela 08 – Distribuição da população do Espírito Santo entre os municípios litorâneos.....	64
Tabela 09 – Distribuição setorial da população ocupada.....	69
Tabela 10 - População ocupada, segundo atividades 2000.....	69
Tabela 11 – Características e informações dos loteamentos realizados no litoral de Presidente Kennedy.....	88
Tabela 12 – Renda mensal média dos freqüentadores das praias de Presidente Kennedy.....	93
Tabela 13 - Escolaridade dos freqüentadores das praias de Presidente Kennedy.....	94
Tabela 14 - Domicílios de uso ocasional em Pres. Kennedy e sua evolução em décadas.....	94
Tabela 15 – Distribuição regional das residências secundárias.....	95
Tabela 16 - Hospedagem em Presidente Kennedy.....	96
Tabela 17 – Principais mudanças percebidas nas praias locais.....	99
Tabela 18 – O que sente falta nas praias locais?.....	100
Tabela 19 – Como fez para chegar à praia?.....	103
Tabela 20 – Frequência com a qual costumam ir à praia.....	104
Tabela 21 – Por que optou pelas praias de Presidente Kennedy?	106
Tabela 22 – O que mais gosta nas praias daqui?.....	106
Tabela 23 – Você acha que deve preservar as praias principais características que elas se encontram hoje?.....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
<hr/>	
1. REVISÃO DE LITERATURA	
<hr/>	
1.1 O homem e suas relações com o litoral e o mar.....	32
1.2 O processo de valorização do litoral e mar.....	34
1.3 Maritimidade.....	38
1.3.1 As práticas marítimas tradicionais ou clássicas.....	40
1.3.2 As práticas marítimas modernas.....	42
2. A MARITIMIDADE CAPIXABA: DAS PRÁTICAS MARÍTIMAS TRADICIONAIS ÀS MODERNAS.	
<hr/>	
2.1 O Espírito Santo e seu desenvolvimento inicial junto ao mar.....	46
2.2 O cultivo do café e a construção do cenário que dá ensejo à urbanização capixaba.....	47
2.3 A instituição da rede urbano-industrial no Espírito Santo: base para a incorporação das novas práticas marítimas modernas.....	48
2.4 Das práticas marítimas tradicionais às modernas.....	50
2.5 A maritimidade do Espírito Santo e suas ocorrências sobre os litorais capixabas.....	53
3. PRESIDENTE KENNEDY E SUA RELAÇÃO COM O LITORAL E O MAR	
<hr/>	
3.1 Inserção de Presidente Kennedy no contexto socioeconômico estadual....	67
3.2 Histórico da ocupação territorial do município de Presidente Kennedy e sua consequência para maritimidade por ele apresentada.....	72
3.3 Presidente Kennedy e sua relação atual com o litoral e o mar.....	78
3.4 Caracterização e análise das principais práticas marítimas.....	78
3.4.1 As práticas marítimas tradicionais ou clássicas em Presidente Kennedy...	79
3.4.2 As práticas marítimas modernas em Presidente Kennedy.....	86
4. POSSÍVEIS FUTURAS RECONVERSÕES E MUTAÇÕES DA MARITIMIDADE EM PRESIDENTE KENNEDY: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS CENÁRIOS PARA O LITORAL E O MAR	110
<hr/>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRAFIA	119
ANEXOS	125
<hr/>	

INTRODUÇÃO

A partir do fim do século XVIII vimos as praias sucederem no gosto cultural, principalmente das elites cidadinas do ocidente, e se transformarem aos poucos em espaços de excelência. Converteram-se em lugares valorizados tanto cultural quanto socioeconomicamente, provocando profundas modificações na forma de se relacionar e de organizar esses espaços pelos grupos humanos.

Em âmbito mundial, essas mudanças se deram mais intensamente a partir da segunda metade do século XX, quando, de acordo com Dantas (2004, p.65), ocorre uma mudança de mentalidade que potencializa os espaços litorâneos, em função da associação de diversos aspectos sociais, econômicos, e tecnológicos associados a uma dimensão simbólica. Incorporaram-se aos poucos neste processo os litorais tropicais tanto por demandas externas aos países tropicais quanto internas, e os olhares das populações em todo o mundo se voltam para o mar.

Como consequência, vimos várias transformações nesses ambientes principalmente após o século XX. Segundo Boudou (2007), a história da humanidade durante este século foi marcada por três principais acontecimentos que podem ser sintetizados nas seguintes expressões: *explosão demográfica*, *urbanização galopante* e *corrida para o mar*; “nunca antes a população do nosso planeta cresceu tão rapidamente, nunca se transferiu tão maciçamente do campo para as cidades, nunca se aglutinou tanto à beira-mar”. Peron (1996, p.20) associa este espetacular desenvolvimento demográfico das comunidades costeiras ao fenômeno de litoralização das atividades humanas, que transformam estes espaços em lugares valorizados e estratégicos.

Assim, este aumento na concentração de homens e de suas atividades no espaço marítimo e principalmente litorâneo interessa especialmente à geografia humana em seu entendimento como “ciência social que tem por objetivo o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história” (MORAES, 2000, p.15).

Todavia, o litoral se apresenta como um “espaço, limitado por natureza, tão procurado, tão cobiçado, tão disputado e onde, infelizmente, não é possível acomodar todos os que o desejariam” (BOUDOU, 2005, p.17). E, assim sendo, surge a necessidade de repensar a

especificidade das áreas litorâneas e marítimas, dentro do arcabouço teórico-conceitual da geografia frente a natureza da atração que esses espaços exercem na contemporaneidade, uma vez que, “para o geógrafo, o homem é, antes de tudo, um *consumidor compulsório* (...) de espaços, recursos, relacionamentos, com seus semelhantes, com o mundo físico (abiótico e biótico) e com o mundo espiritual/mental” (BOUDOU, 2005, p.29).

Perante toda complexidade apresentada em grande parte dos litorais, procurei oferecer na presente pesquisa uma contribuição para se pensar e amadurecer as idéias que se tem sobre os diversos usos e ocupações¹ dos espaços litorâneos e marítimos e suas perspectivas de mutações, principalmente atribuídas às práticas marítimas tradicionais e modernas. Para isso, optei por analisar um município que até então não demonstrava uma maritimidade marcante, mas apresenta tendências em consolidá-la melhor num futuro próximo: Presidente Kennedy/ES.

Para isso, tive como objetivo geral desta pesquisa analisar o atual quadro da maritimidade apresentado por este município, a partir da compreensão das principais relações e usos estabelecidos pelos freqüentadores e por sua população com seus espaços litorâneos e marítimos, tendo como base o exame das práticas marítimas tradicionais e modernas tomadas em sua perspectiva diacrônica, e as possíveis modificações que poderão ocorrer com elas, frente ao cenário socioeconômico estadual e às probabilidades de uso futuro atribuídos para tal litoral.

A delimitação temporal remonta desde o início do seu processo de colonização em meados do século XVII, sua contemporaneidade, e amplia às discussões sobre as ‘possíveis’ futuras reconversões e mutações nessas relações. Optei por trabalhar com o recorte espacial de todo o município, entretanto mantive o foco do trabalho sobre o seu litoral e mar.

Contudo, para melhor compreender a escolha do tema a ser abordado e da área a ser analisada é necessário fazer um retrospecto em minha vida pessoal e profissional, visto que cada acontecimento e cada escolha feita me forneceram o suporte para produção deste trabalho, e uma vez que “o próprio geógrafo é um produto de uma determinada cultura” (WAGNER e MIKESSELL, 2003, p.51).

Durante toda a fase de minha juventude e início da vida adulta, todo o mês de janeiro e no carnaval, saía de minha cidade Nova Venécia, no interior do norte do Espírito

¹ ‘Uso’ se refere ao aspecto qualitativo (uso residencial / industrial / comercial / cultural / recreativo...) e “ocupação” se refere ao aspecto quantitativo (ocupação extensiva / intensiva / semi-intensiva...) (BOUDOU, 2005).

Santo, e viajava cerca de 100 km em direção as praias do litoral norte do estado, revezando entre a ilha de Guriri, em São Mateus, e as praias de Conceição da Barra. Esse movimento anual e periódico, inicialmente acompanhando a família, e mais tarde também os amigos em busca das melhores opções de lazer e diversão nestas praias, me possibilitou desenvolver gradativamente uma relação afetiva com o espaço litorâneo e marítimo.

A cada verão, novas tendências nas opções de lazer, novas amizades construídas cresciam e se fortaleciam a cada mês de janeiro, apesar da distância que me separava de alguns desses amigos nos outros meses do ano². Este movimento em direção ao litoral me propiciou paulatinamente a criação de laços sentimentais com este ambiente, visto que ele se tornou palco do reencontro e de momentos de lazer e diversão com os amigos, e aprendi, assim, a admirar e gostar deste ambiente. Inseri-me, portanto num movimento orquestrado e consumado em todo o mundo que só abarcaria melhor no decorrer de minha formação profissional, com a compreensão dos processos de valorização cultural e socioeconômica do mar e do litoral.

Com minha mudança de residência de Nova Venécia para Vitória, cidade litorânea e marítima em 2000, tais laços se estreitaram em função da vivência diária com o ambiente litorâneo. Surgiu então a vontade de melhor compreender a construção destes espaços e os motivos que movem cada vez mais pessoas a fixar-se e relacionar-se com eles. Todavia, ainda não tinha noção de toda dinâmica e complexidade que envolve a realidade socioeconômica, cultural e simbólica do litoral e do mar.

Tal percepção só começou a ser desenvolvida a partir da realização da disciplina de Geografia Humana e Econômica dos Mares, no ano de 2003, durante minha graduação em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tendo amadurecimento durante as reuniões do grupo de estudos sobre planejamento ambiental para o município da Serra/ES, e em discussões acerca da construção de minha monografia³, ambas sob a coordenação e orientação do professor Dr. Jean-Louis Boudou⁴, sendo que ele foi o responsável, desde então, por minha caminhada, até março de 2007, mês de falecimento do mesmo.

² Uma referência às amizades feitas com pessoas vindas de outras cidades do ES e também do estado de Minas Gerais. As praias do litoral capixaba são bastante frequentadas por mineiros durante o verão que, em sua maioria, possuem segunda residência e costumam passar o mês de janeiro de férias no litoral do ES.

³ Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação da Prof. Dr. Antônia Rodrigues F. Britto, intitulada “Estudo da percepção da maritimidade no município de Presidente Kennedy – ES” em 2007.

⁴ Devido ao falecimento do professor Boudou poucos meses antes da apresentação da monografia, esta ficou sob a orientação da professora Antônia, mas grande parte do desenvolvimento da pesquisa foi fundamentada em discussões com primeiro.

Ele me incentivou a questionar e perceber os principais aspectos que envolvem o fenômeno da maritimidade contemporânea, quais são as suas conseqüências sobre a organização e ordenamento do espaço litorâneo e marítimo, e como utilizar desse ‘*novo*⁵’ conceito para pensar e planejar as atividades humanas dentro desse espaço complexo, exíguo e bastante concorrido. Planejar tendo em vista o desenvolvimento durável, e o uso equitativo, lúcido e prudente desses espaços, objetivando a satisfação das necessidades do homem, do grupo humano atual, mas deixando estes espaços em bom estado para a satisfação, uso e ocupação pelas gerações futuras.

No curso de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Ceará (UFC) no ano de 2007, sob a orientação do professor Dr. Eustógio W. C. Dantas, com uma nova direção metodológica, construí outro olhar e tive outra experiência de vivência acerca de litoral, obtida por meio da minha mudança de residência de Vitória/ES, região sudeste, para Fortaleza/CE, no nordeste brasileiro, cuja dinâmica tanto natural, como humana, socioeconômica e cultural se apresenta em vários aspectos distintos da até então conhecida realidade capixaba.

Durante o mestrado, novos caminhos se abriram para mim ao ter acesso a diferentes fontes bibliográficas internacionais⁶, principalmente vindas da escola geográfica francesa, que trabalham com a temática da maritimidade, sobretudo na Europa e nas ilhas do Oceano Índico.

Sob a orientação do professor Dr. Eustógio, da análise dos seus trabalhos pautados na maritimidade nos trópicos, sua manifestação em Fortaleza, Ceará e no nordeste brasileiro, e da experiência de residir nessa área, cuja realidade abarca também a sua inserção no turismo litorâneo intenso em escala regional, nacional e internacional, compreendi melhor o fenômeno da maritimidade em sua abordagem cultural e simbólica, enquanto acontecimento mundial, em seus desdobramentos nos países menos tocados pelos grandes fluxos turísticos mundiais. Ampliei assim meu horizonte de conhecimento e de reflexões acerca deste tema.

Neste contexto, esta pesquisa é fruto do amadurecimento e cruzamento dos conhecimentos obtidos na graduação (principalmente sobre as conseqüências do fenômeno da

⁵ O neologismo ‘maritimidade’, tal como trabalharei na pesquisa, foi apresentado pela primeira vez num colóquio pluridisciplinar em 1991 na França, organizado por F. Peron e J.Rieucan, intitulado: “A maritimidade neste fim de século XX: qual seu significado?” (CLAVAL, PERON, RIEUCAU, 1996, p.9).

⁶ Todas as citações de textos publicados em línguas que não a portuguesa são aqui apresentadas em tradução livre.

maritimidade contemporânea sobre os diversos usos e ocupações nos espaços litorâneos e marítimos), no mestrado (abordagem cultural da maritimidade, suas manifestações enquanto um fenômeno mundial, e suas articulações nos trópicos e no ocidente), e das minhas experiências de *espaço vivido* em diferentes realidades litorâneas.

Busquei estudar e analisar os diversos usos e ocupações do ambiente litorâneo e marítimo, no tempo e no espaço, produzido socialmente, coletivamente e culturalmente difundido. Procurei fazê-lo por meio da apreciação dos principais processos socioeconômicos e culturais que agem sobre esses espaços tornando-os cada vez mais valorizados e exíguos.

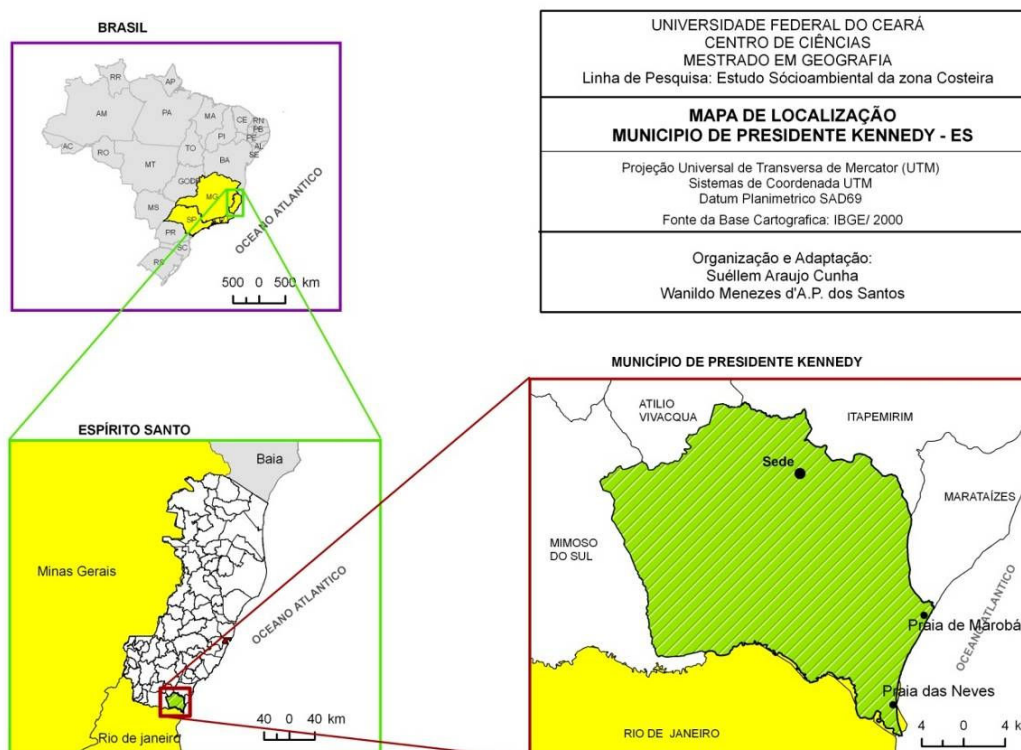
Entretanto, o fiz a partir de uma suposta exceção: o litoral de Presidente Kennedy. Este me pareceu, à primeira vista, como um espaço '*aparentemente*' desvalorizado, frente a todo esse processo de valorização tanto cultural quanto socioeconômico dos espaços litorâneos e marítimos, principalmente no atual contexto estadual, e que não manifestava nenhuma forma de maritimidade marcante. Tais características despertaram meu interesse em descobrir os motivos que conduziram o município a, praticamente, dar *as costas* para o mar.

Até mesmo a sua sede se encontra distante do litoral cerca de 30 km. Parecia ser a exceção à regra quando comparado aos outros litorais vizinhos como Maratáizes e São Francisco do Itabapoana (RJ) e até mesmo com a grande maioria das praias capixabas. Estas são valorizadas por apresentar uma maritimidade marcante em função, principalmente, da prática da vilegiatura marítima, do turismo litorâneo, da pesca e da localização pontual de grandes indústrias e seus complexos portuários.

Portanto, o fato de me parecer a exceção me conduziu a questionar o *porquê* destas características, quais fatores levariam este litoral a '*ir à contra mão*' da então realidade por mim conhecida. Na busca de desvendar esses questionamentos me lancei a estudar e analisar Presidente Kennedy. Vi-me diante de uma realidade complexa, cheia de particularidades, e que durante a análise dos materiais coletados, e dos fatos se revelou um tanto equivocada em minha primeira impressão.

Está inserido no Espírito Santo, estado que apresenta em seu contexto socioeconômico e cultural uma maritimidade marcante, com seu litoral apresentando grande importância desde a época pré-colonial, sua colonização no século XVI até hoje, abrigando atualmente atividades de pesca, de vilegiatura marítima, de turismo litorâneo, além das importantes aglomerações urbanas e dos grandes complexos industriais e portuários do estado, entre outras atividades relacionadas ao litoral e ao mar.

Localizado a 150 km ao sul da capital Vitória, faz divisa ao norte com o município de Marataízes e Itapemirim, a noroeste com o de Atilio Vivácqua, a oeste com Mimoso do Sul, ao sul com o estado do Rio de Janeiro pelo rio Itabapoana, e por fim com o oceano Atlântico a leste (MAPA 01).



Mapa 01: Localização do município de Presidente Kennedy, sua sede e praias.

A principal atividade econômica dos Kennedenses é a agropecuária, pautada na criação de gado, no cultivo da mandioca e de frutas como a banana, o maracujá, abacaxi, e a cana-de-açúcar. Estima-se que sua população atual seja de 10.903 habitantes (BRASIL, 2009). Em relação ao Censo de 2000⁷ esse número aumentou quase 15%, e à época cerca de 70% sua população se encontrava na zona rural, e o restante na área urbana.

É um município litorâneo com 16 km de praias consideradas de mar aberto⁸ e seu litoral se apresenta com características naturais expressivas, como a presença de restinga, ao longo de toda sua extensão, de resquícios de mata atlântica, de manguezal na desembocadura

⁷ Para uma população total de 9.555 habitantes (IBGE, 2000).

⁸ Ou seja, não apresentam nenhuma reentrância, e nenhuma construção natural ou humana que dê a este litoral uma proteção contra os fenômenos oceanográficos e climáticos, ficando seu litoral susceptível às variações destes fatores.

do rio Itabapoana, e áreas úmidas principalmente nas proximidades da foz deste rio, conforme figura 01, além de toda biodiversidade de fauna e flora característica de ambiente litorâneo.

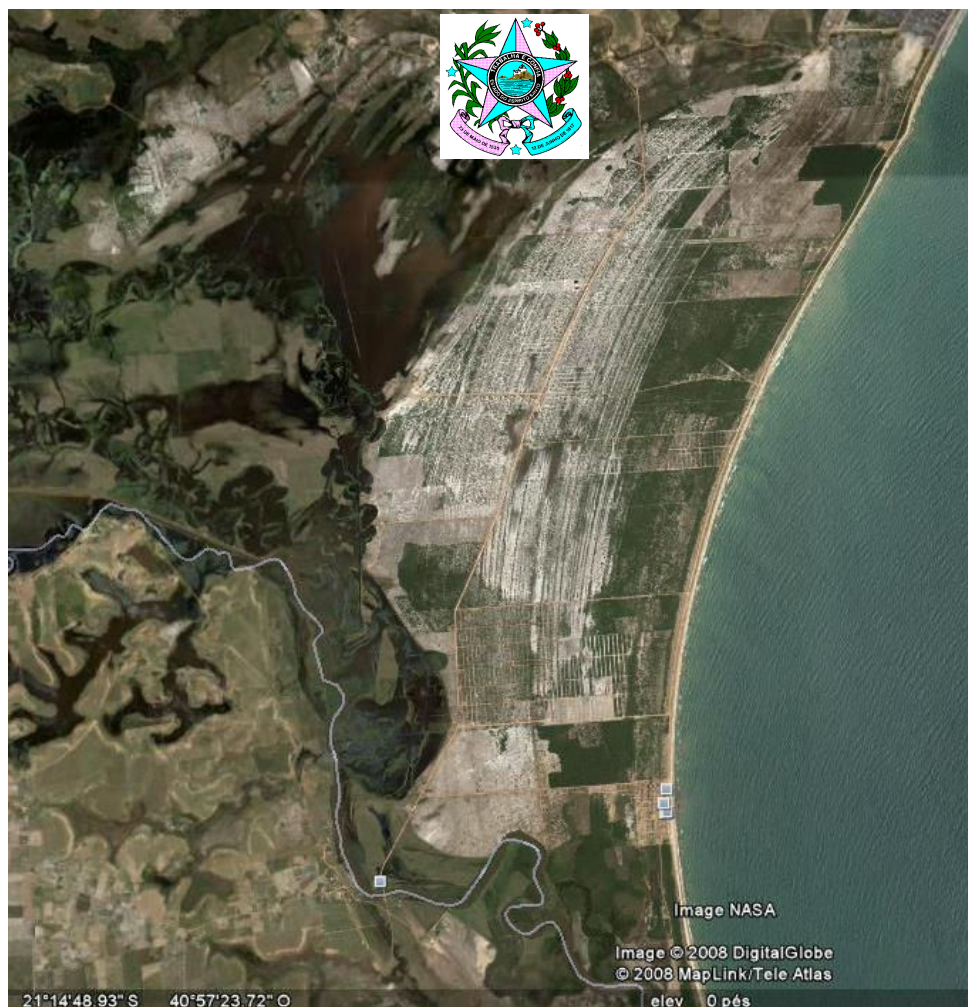


Figura 01: Imagem aérea do litoral do município de Presidente Kennedy.

O seu litoral é composto pela praia de Marobá e pela praia das Neves. A primeira se localiza em sua parte norte junto à divisa de Presidente Kennedy com o município de Marataízes e é a mais habitada, em sua maioria por pequenos agricultores, pescadores, marisqueiros; a segunda, situada no litoral sul, fica próxima à divisa com o estado do Rio de Janeiro e possui uma ocupação rarefeita, com as construções destinadas em sua maior parte à segunda residência. Ambas preservam certo aspecto primitivo e são pouco conhecidas. Suas sedes distam uma da outra cerca de 9 quilômetros.

Na década de 1970 começam a serem introduzidas no município as práticas marítimas modernas com a vilegiatura marítima e práticas de lazer e ócio na praia, iniciada

com o parcelamento, por empresas privadas, de seu litoral que é loteado com a finalidade de fomentar a construção de segundas residências.

A partir da aprovação dos loteamentos, o poder público municipal altera a lei de uso do solo das áreas loteadas e praticamente todo o litoral do município teve seu uso modificado de área rural para área urbana, com a finalidade de gerar maior arrecadação de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Contudo, esses loteamentos não tiveram a prosperidade pretendida, e só gerou ocupação na sede das praias de Marobá e Neves, apresentando em seus entornos vários vazios demográficos.

Com a descoberta de petróleo e gás natural no território marinho de Presidente Kennedy no ano 2000 e o *'insucesso'* de alguns dos projetos dos loteamentos em seu litoral, visivelmente pouco desenvolvido, este espaço se transformou em reserva territorial.

Entende-se como reserva territorial, uma área com grande possibilidade de ser futuramente ocupada e designada a um uso específico, uma vez que se encontra inserida na “lógica mercantil de propriedade da terra onde, muitas vezes, os espaços não ocupados encontram-se submetidos a processos especulativos, dentro de um projeto de uso futuro” (MORAES, 2007, p.45).

No caso, Presidente Kennedy se encontra inserido no Espírito Santo, cujo modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado pelo estado desde 1970, é baseado no padrão urbano-industrial, com seus principais complexos industriais localizados no litoral, cujas produções são voltadas para o mercado externo, sendo escoadas via sistema portuário. E, atualmente, o estado apresenta um quadro de intensificação futura de tais atividades em seu litoral, devido a planos e investimentos antevistos por indústrias petrolíferas, cuja exploração e exploração são realizadas em grande parte no mar, e pela de beneficiamento de minérios, cuja produção em terra é enviada para o mercado externo via sistema portuário.

Assim sendo, o litoral de Presidente Kennedy passou a ser visto com outros olhos pelo poder público estadual, ou seja, como uma área estratégica para dar suporte a implantação e/ou ampliação de futuras e novas indústrias no estado.

Com essa perspectiva, no ano de 2000, o então governador do Estado à época, sanciona uma lei que transforma parte deste litoral em zona industrial. A partir disso o governo estadual abriu precedentes para a transformação das principais práticas marítimas, relações e usos do espaço litorâneo e marítimo pela população local e por seus frequentadores, para a implantação de novos planos e projetos industriais pensados para área.

Diante destes acontecimentos de caráter geoeconômico e principalmente geopolítico, no que diz respeito às políticas de uso e ocupação do solo litorâneo de Presidente Kennedy, as formas como sua população e seus freqüentadores se relacionam com o litoral e o mar, poderão ser modificadas num futuro próximo, ou seja, o quadro da maritimidade local poderá ser completamente alterado, e novas formas de se relacionar com o litoral e o mar poderão ser inseridas no município.

Frente este quadro busquei *analisá-lo* em seu contexto a parti do entendimento do conceito de maritimidade. Esta tomada atualmente como um verdadeiro fenômeno da sociedade mundial, contida num determinado espaço e tempo. E como todo fenômeno, apresenta uma lógica e dinâmica interna cuja reprodução tem rebatimento sobre a ordem espacial local, conforme coloca Gomes (2009, p.25):

Há um arranjo físico das coisas, pessoas e fenômenos que é orientado segundo um plano de dispersão sobre o espaço. Há coerências, lógicas, razões que presidem essa distribuição. Há uma trama locacional que é parte essencial de alguns fenômenos. A análise dessa trama locacional é a especificidade da ciência geográfica.

Assim sendo, para desvendar a trama locacional suscitada pelo fenômeno da maritimidade em Presidente Kennedy, e *compreender* como agem os diversos agentes que atuam em seu litoral e no seu mar, tomei como ponto de partida a proposta metodológica de David (2004) de funcionamento do sistema espacial litorâneo. Tal proposta é pautada sobre: a) o conceito de território de M. Le Berre (1992)⁹, tomado em sua perspectiva sistêmica¹⁰; b) da definição de zona costeira de R.C. Cornforth (1984)¹¹ e, c) da apresentação do litoral feita por J.-P. Corlay (1995, 1998)¹². Ele organiza e incrementa a apresentação do litoral feita por Corlay e situa o território ao centro de sua definição de litoral considerando que este existe de dois tipos:

⁹ Este autor define território como sendo “a porção do espaço terrestre, apropriado por um grupo social para assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais” (LE BERRE, 1992, apud DAVID, 2004, p.31).

¹⁰ “Compreender um território significa primeiramente por em evidência as interações entre um grupo social e seu território” (LE BERRE, 1992, apud DAVID, 2004, p.31).

¹¹ “Zona costeira é uma interface da terra, mar, ar, vento, marés e de instituições” (CORNFORTH, 1984, apud DAVID, 2004, p.34).

¹² Segundo este autor o litoral se apresenta ao mesmo tempo sob a forma de um *sistema* (como um eco-sócio-sistema, combinação de um ecossistema e de um sócio-sistema que reagrupam ao mesmo tempo os fatores físicos e os fatores humanos objetivos, notadamente de ordem jurídica e econômica, e subjetivos que são da competência do percebido, do vivido, e das representações dos habitantes do litoral e de seus usuários) e de um *espaço*, no caso litorâneo, a componente marítima do litoral, a terrestre e a zona de contato (CORLAY, 1995-1998, apud DAVID, 2004, p.35)

- a) *O território produzido pela cultura*: seus limites são a projeção no espaço da identidade da população, está é razão pela qual elas quase não variam no tempo;
- b) *O território produzido pelas instituições*: os limites administrativos, jurídicos e políticos. Podem flutuar à vontade da história (DAVID, 2004, p.35).

Esses territórios seriam um campo de fluxo de informações. Eles, dentro da metodologia proposta por David, são completados por um campo de fluxo de energia que coloca “em uso” a parte natural do litoral¹³.

David (2004, p.39), portanto, propõe um esquema de funcionamento do sistema litorâneo, e compreendo que pode ser incorporado ao espaço marítimo também (Fig. 02), que pode ser utilizado para desvendar a trama locacional da maritimidade na área em estudo.

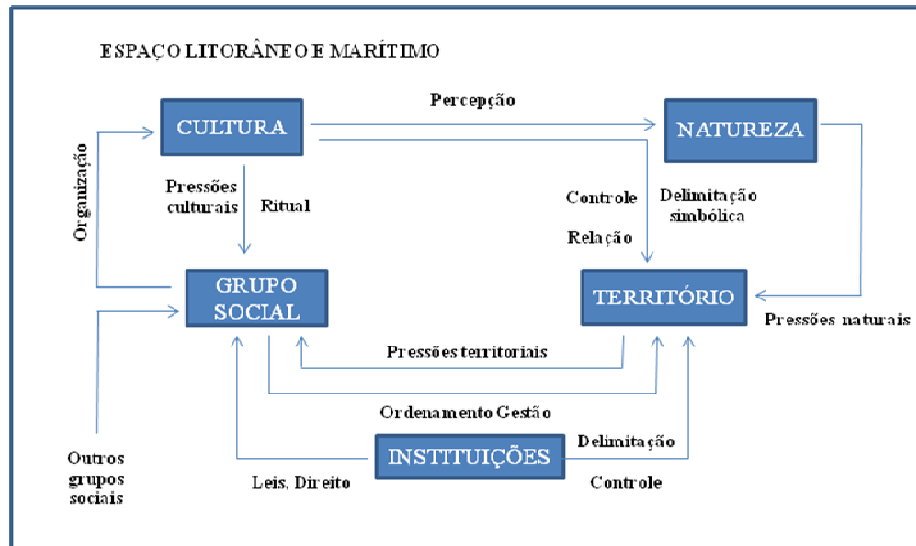


Figura 02 – O sistema espacial litorâneo e marítimo
 Fonte: DAVID, 2004, p.39.

Por este sistema, o litoral seria assim a interface de três espaços naturais: o ar, o oceano e a terra, definido por ações respectivas de:

¹³ Essa parte é composta de três conjuntos: 1) *Zona terrestre*: influenciada pelo mar, quer dizer que faz objeto dos campos de fluxo de energia e matéria procedente do mar, ou seja, a maré e o vento marinho; 2) *Zona marinha*: influenciada pela terra, quer dizer que faz o objeto dos campos de fluxo de energia e matéria de origem terrestre, como o vento terrestre e as cargas terrenas resultante do carregamento; 3) O *envolvimento aéreo* desta interface terra-mar (DAVID, 2004, p.35-36).

- dois campos de fluxos de informações de origem antrópica: o território das instituições e o território da cultura;
- um campo de fluxo de energia de origem antrópica: os espaços de usos, que associado aos dois campos precedentes, forma um sócio-sistema;
- um campo de fluxo de energia de origem natural;
- um campo de fluxo de origem natural, que associado ao precedente forma o ecossistema. (DAVID, 2004, p.36)

Assim os sistemas espaciais litorâneos e marítimos têm como suporte o território, palco de atuação de um determinado grupo social, e de diversos fluxos de informações e energia de suas respectivas culturas e instituições, bem como dos agentes da natureza. Um influencia no outro como um verdadeiro sistema, um eco-sócio-sistema assim proposto por David (2004).

Deste modo, busquei compreender a trama locacional da realidade de Presidente Kennedy por meio desses principais fluxos, suas inter-relações e seus condicionantes sobre a organização das principais práticas marítimas no seu espaço litorâneo e marítimo. Todavia, como particularidade local, algumas delas serão mais expressivas neste trabalho do que outras, o que não significa que as demais não existam ou não sejam importantes, como a que diz respeito às inter-relações entre a natureza, apenas optei por focar as mais significativas no contexto geral do lugar.

É necessário também fazer uma ressalva a este esquema no que tange a sua concepção de território, visto que, conforme mostrarei no trabalho, o litoral e o mar de Presidente Kennedy sofrem também e principalmente a atuação direta de outros grupos sociais externos, além dos grupos locais, e não fica explícito essa ação no esquema elaborado pelo referido autor.

Tendo em vista a não inclusão desta ressalva, a compreensão do sistema espacial litorâneo e marítimo dentro desta metodologia proposta por David (2004), limita-se, de certa forma, sua análise no âmbito das diversas relações entre o litoral e o mar e a população local. Todavia, o gosto por tais sistemas é hoje um fenômeno de escala mundial, e cada vez mais a maritimidade se constrói num quadro de relações com o mar de sociedades cada vez mais globalizadas e móveis.

Por conseguinte sua apreciação não pode ser restrita somente em suas relações no domínio da sociedade local, haja vista que esse fenômeno amplia-se também regionalmente e nacionalmente e esses espaços tornam-se cada vez mais atingidos por uma influência direta de outros grupos sociais externos à realidade local, como é o caso em Presidente Kennedy.

Uma citação de Dollfus (1998, p.90) completa essa colocação quando diz que “no mundo, porcentagens cada vez maiores da população vivem em ambientes sobre os quais os habitantes não têm poder. São, de alguma forma, habitantes em trânsito, numa paisagem dada, construídas e organizadas por outros”.

Portanto, tomando o sistema espacial litorâneo e também o marítimo sob esta constatação, percebe-se que é necessária uma melhor compreensão e análise deles, levando em consideração também a influência e demanda externa, e não somente a interna. Todavia, compreendemos que o estudo destes espaços não pode se pautar por completo sobre a definição que o coloca enquanto território e deverá se adequar neste estudo todos os fatores externos à realidade do lugar, uma vez que “as práticas do mar por populações não-marítimas se reforçam” (RIEUCAU, 1996, p. 29).

Assim, a partir da compreensão desse esquema e dos levantamentos de dados e pesquisas *in loco* foi possível ler, observar, e analisar o visível, e também inquirir sobre o invisível, não somente para compreender aquilo que é presente, mas também o que está ausente nessa trama locacional do litoral e do mar de Presidente Kennedy. Foi possível então, realizar uma reflexão e análise sobre sua maritimidade atual, bem como inquirir sobre as possíveis modalidades de mudanças, seus condicionantes e principalmente seus impactos, ou seja, resultados, na ordem espacial que tal fenômeno suscita.

Após a compreensão de tal trama por meio do sistema espacial litorâneo proposto por David (2004), organizei meu trabalho a partir do conceito de maritimidade, e em seguida utilizei duas categorias principais para instrumentalizar a análise e percepção da trama desse fenômeno no litoral do município, sua ocorrência e seus principais aspectos. A saber: as práticas marítimas tradicionais ou clássicas, e as práticas marítimas modernas, e a posteriori as dividi em classes, conforme figura 03.

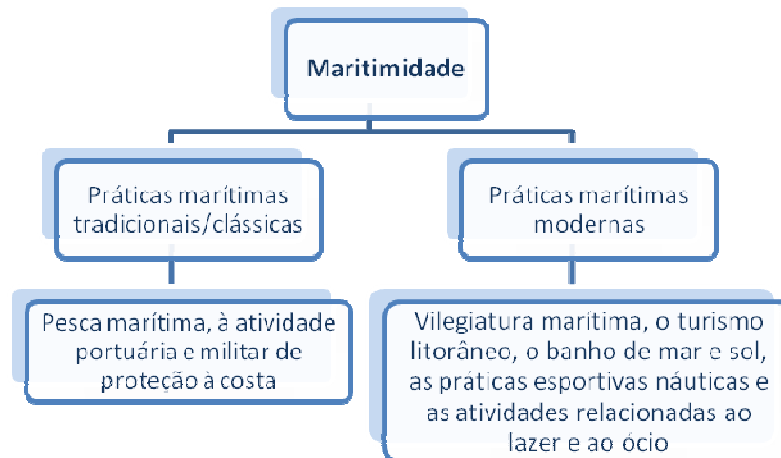


Figura 03 – Esquema teórico-metodológico da pesquisa

A primeira categoria foi dividida em classes relacionadas à pesca marítima, à atividade portuária e militar de proteção à costa. A segunda diz respeito principalmente às classes da vilegiatura marítima, do turismo litorâneo, do banho de mar e sol, das práticas esportivas náuticas e das atividades relacionadas ao lazer e ao ócio nos espaços litorâneos e marítimos.

A partir dessa classificação busquei abranger como o arranjo espacial dessas classes se dão no litoral deste município, quais os principais fatores que influenciaram na organização e distribuição dessa trama locacional bem como as lógicas e razões que a presidem.

Os procedimentos utilizados para o desenvolvimento do trabalho foram em síntese:

- Num primeiro momento, o levantamento bibliográfico sobre a metodologia a ser utilizada, sobre os temas referentes às relações entre os homens, o litoral e mar, maritimidade, valorização dos espaços litorâneos e marítimos, como suporte teórico para a construção desta pesquisa;

- Num segundo momento, deu-se a coleta de dados de forma indireta e direta. Os dados indiretos foram obtidos a partir do levantamento de planos, projetos existentes sobre a área em análise, estudos analógicos, análise e interpretação de documentos como mapas, reportagens, fotos, dados estatísticos. Foram, em sua maioria, conseguidos por fontes secundárias, com em órgão a nível municipal como as secretaria de Comunicação, a de

Planejamento, de Turismo bem como em instituições de caráter privado, como os Cartórios de Registro de Imóveis de Itapemirim e Presidente Kennedy; estaduais, como o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), o Arquivo Público Estadual (APE), o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR); e a nível nacional o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Entre outros a Fundação PROMAR e Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA).

Os dados diretos foram obtidos por fontes primárias, ou seja, coletadas em trabalhos de campo, com observações visuais, conversas com os freqüentadores e moradores tanto das praias locais quanto da sede, e principalmente com a aplicação do questionário com pessoas que freqüentam o litoral do município.

As entrevistas semi-estruturadas (questões fechadas e abertas) foram realizadas, durante o período de 23 a 24 de janeiro de 2009, e também durante o feriado do mês de abril, durante os dias de 18 a 20, épocas de grande movimentação no litoral de Presidente Kennedy que possui uma estimativa média de 10 mil pessoas (PRESIDENTE KENNEDY, 2005), freqüentadores da praia das Neves e da praia de Marobá e por final de semana.

Como resultado do trabalho de campo e percepção da dinâmica dos possíveis sujeitos, a serem entrevistados para o estudo, foram considerados à análise um total de 81 questionários realizados, sendo que 23 desses foram aplicados na praia das Neves e 58 na praia de Marobá. A maior quantidade aplicada foi na localidade de Marobá devido à maior freqüência de pessoas nesta praia se comparada à praia das Neves.

O questionário (Anexo 01) contém itens que buscavam acessar o perfil dos entrevistados, as possíveis relações entre o entrevistado e a praia e de maneira mais específica as relações dos entrevistados e as praias de Presidente Kennedy, num total de 24 questões de múltipla escolha e abertas. Essa análise não teve a pretensão de elaborar um censo descritivo desses freqüentadores por não ter sido adotado critério amostral probabilístico. Mas sim, tentou a descrição do cenário dos que freqüentam este litoral em estudo.

Os sujeitos escolhidos para a pesquisa caracterizam um tipo de amostra, segundo Richardson e colaboradores (1999), denominada amostra acidental, abordagem utilizada que elege um subconjunto da população formado pelos elementos que se puderam obter, quando não se tem clareza do universo, para um primeiro contato com o problema de investigação.

Com base nesse tipo de critério amostral não é possível generalizar em termos de população, visto que não se pode obter inferências quando tratamos de representatividade do universo do estudo. Tampouco se pode, com base nos resultados das medições nesse tipo de amostra, submetê-la à prova de hipóteses substantivas, visto que é difícil que reúnam os requisitos para um plano experimental. Mas, do mesmo modo, apresenta caráter suficiente para os objetivos do trabalho pelas condições ora apresentadas.

Contudo, após a realização das entrevistas, os 81 questionários foram codificados e sistematizados com o auxílio do aplicativo SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 11.0, para Windows, para serem analisados. A fim de adotar um padrão, as questões fechadas são apresentadas em forma de tabelas e gráficos e as questões abertas, agrupadas e codificadas de acordo com a similaridade dos conteúdos, são apresentadas em tabelas expandidas.

A estrutura da dissertação seguiu a seguinte distribuição:

Capítulo 1 – Revisão bibliográfica abordando os basilares conceitos utilizados no decorrer da pesquisa, onde busquei resgatar um pouco do processo de relação do homem com o litoral e o mar, o processo de valorização tanto socioeconômica quanto cultural dos espaços litorâneos e marítimos, a abordagem conceitual da maritimidade tomada em sua compreensão como um fenômeno mundial na atualidade e sua perspectiva dentro da geografia, a partir de então definir e apresentar as principais práticas marítimas tradicionais e modernas.

Capítulo 2 – Contextualizei a maritimidade apresentada no/pelo estado do Espírito Santo, desde sua época pré-colonial, até suas manifestações atuais enquanto fenômeno mundial, transcrevendo suas principais modificações atribuídas ao uso e ocupação do seu litoral. Apresentei e caracterizei as principais práticas marítimas tradicionais e modernas desenvolvidas no estado, que lhe condicionam uma maritimidade marcante, bem como os planos e projetos principalmente econômicos previstos para o estado que terão rebatimentos nos litorais capixabas. Essa caracterização teve a finalidade de contextualizar Presidente Kennedy frente a esse cenário apresentado.

Capítulo 3 – Analisei o município de Presidente Kennedy no contexto socioeconômico do Espírito Santo, e como ele se insere regionalmente no sul do estado. Assim, busquei compreender o porquê dele ser o único município litorâneo dessa região a não ter uma maritimidade tão marcante, no que diz respeito às práticas marítimas tradicionais e modernas, em relação os demais. Em busca dessas respostas analisei diacronicamente sua

formação territorial para compreender os principais motivos que o conduziram a se relacionar dessa forma diferenciada com o litoral e o mar nos dias atuais. Assim, analise e identifiquei as principais práticas marítimas tradicionais e modernas realizadas em seu litoral, e a partir de então compreender o desenvolvimento da maritimidade local.

Capítulo 4 – Neste capítulo analiso os futuros planos e projetos pensados para o litoral do município e, a partir da construção de cenários, apresentei possíveis reconversões e mutações na maritimidade apresentada pelo município e por sua população com a implantação de tais projetos.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1 O homem e suas relações com o litoral e o mar

Ao longo da história da humanidade, diversas civilizações cresceram à beira-mar, desenvolvendo e aperfeiçoando diversas práticas e relações com o ambiente litorâneo e marinho¹⁴, outras, no entanto, criaram uma “capa de imagens repulsivas que impede a emergência do desejo pela beira-mar” (CORBIN, 1989, p. 11), além daquelas cuja presença destes ambientes é um fator insignificante.

Pode-se dizer que o mar exerce uma grande atração ao homem, visto que, algumas de suas características agem diretamente no psicológico humano, como por exemplo, a imensidão apresentada pelo horizonte oceânico, “excita a imaginação e responde a uma necessidade do homem: sonhar, evadir-se, pois é justamente o mistério que atrai” (PAULET, 2006, p.18) e, ainda, conforme cita Tuan (1980, p.31) sobre a dupla atração exercida pelas formas das orlas marítimas: “[...] por um lado, as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura”.

No entanto, essa mesma imensidão do mar também gera o sentimento de repulsa, de medo provocado pelo fato deste se apresentar misterioso, incognoscível ao psicológico humano, devido à “extensão dos oceanos, sua profundidade e sua fauna” (PAULET, 2006, p.18) e também às suas condições meteorológicas e oceanográficas muitas vezes adversas e imprevisíveis, dificultando assim a sua travessia, conquista e seu conhecimento.

Essa ambigüidade na forma de perceber o ambiente marinho, e a diversidade de olhares sobre este lançado pode ser explicada pelos diversos atributos socioeconômicos, tecnológicos e, principalmente culturais, que são formados ao longo dos séculos por uma determinada civilização. Os reflexos destes atributos são plasmados diretamente sob a organização do espaço litorâneo e marítimo¹⁵, visto que, estes espaços são o palco de toda e qualquer ação, relação ou representação coletiva do “homem frente ao mar (relações conflituosas - enfrentamento, luta, agressão), junto ao mar (relações harmoniosas –

¹⁴ Na utilização dos termos “*ambiente litorâneo e ambiente marinho*” faço menção às características físicas que cercam e envolvem o litoral e o mar.

¹⁵ Ao utilizar os termos “*espaço litorâneo e espaço marítimo*” faço menção ao litoral e ao mar como um lugar sob influência direta da ação humana, no qual o homem exprime suas características socioeconômicas, técnicas e culturais.

cooperação, diálogo, simbiose) ou de ‘costas’ para o mar (relações inexistentes – ignorância, indiferença)” (BOUDOU, 2007).

Assim sendo, durante os avanços de cada sociedade, as formas de apropriação dos espaços litorâneos ou marítimos podem sofrer modificações, uma vez que, o modo no qual cada comunidade percebe, vivencia e se relaciona com eles, pode ser alterado por assimilação, incorporação, ou adequação e até mesmo por imposição de fatores externos à sua realidade local. Com isso o litoral e o mar podem passar de um espaço de repulsão, ou até mesmo de insignificância a um espaço de atração, ou vice-versa. Como consequência, essas variações e/ou movimentos da sociedade atribuem “novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento” (SANTOS, 2006).

Nos dias atuais os litorais têm passado por um intenso processo de valorização. Tornam-se espaços cada vez mais exíguos e desejados por grande parte da população mundial e sofrem intensas e rápidas mutações. Em diversas cidades vêem-se as atividades marítimas como a pesca e as práticas portuárias em “crise ou reconversão” (CLAVAL, PERON, RIEUCAU, 1996, p. 9). Em compensação:

O entusiasmo recente por toda a linha de costa tornou-se um verdadeiro fenômeno da sociedade. Por meio de novos modos de vida, dos deslocamentos mais fáceis, da generalização das férias e da divulgação midiática das imagens do marítimo [...], por um fenômeno de globalização e de mudanças nas sensibilidades, o mar e a costa se tornaram mais ou menos assunto de todos (CLAVAL, PERON, RIEUCAU, 1996, p. 9).

Por se tornar um assunto de todos, e um verdadeiro fenômeno da sociedade, os espaços litorâneo e marítimo, em suas totalidades ou em alguns trechos apenas, passam por um processo intenso de valorização, sendo esta tanto socioeconômica quanto cultural. Portanto, é de fundamental importância compreender melhor como ocorreu e ocorre tal processo frente a uma necessidade de conhecer as principais práticas estabelecidas entre os homens e tais espaços.

1.2 O processo de valorização do litoral e do mar

Face ao exposto, atualmente, o aumento da demanda pelos espaços litorâneos e marítimos é incontestável. Frente a essas perspectivas, é preciso esclarecer que geralmente, a *valorização econômica* percorre o caminho da valoração dos recursos naturais e dos recursos ambientais dos espaços litorâneos e marítimos. Segundo Moraes (2007, p.17-18), os naturais referem-se a “produtos, quantidades de materiais depositados na superfície terrestre que se apresentam nos fluxos econômicos como mercadorias, passíveis de terem seus preços aferidos nos mercados”, e os ambientais referem-se a “condições de vida e produção, circunscrevendo fatores de difícil contabilização, como a beleza cênica ou a originalidade paisagística por exemplo” (MORAES, 2007, p.18).

Este mesmo autor propõe, frente à dificuldade dessa valoração econômica, a definição do ‘valor dos lugares’, que seria fundamentado nas teorias da geografia econômica e economia regional. Para Moraes, nessa concepção o lugar é visto como “uma unidade de investigação e gestão, uma realidade material físico-biótica e social, cuja denominação obedece ao recorte pelo qual é analisada por seu investigador ou gestor” (MORAES, 2007, p.18-19).

Dentro dessa proposta ele coloca o lugar como:

Um espaço de produção e reprodução de um grupo humano, uma possibilidade de uso social com um dado potencial produtivo, o qual permite uma abordagem vocacional que desvendaria suas vantagens e desvantagens em comparação a outros lugares. Portanto, [...] o lugar aqui é tomado como uma riqueza natural, representada por uma dada quantidade de recursos naturais ali depositados e por um conjunto de características que podem ser agrupadas nos conceitos geográficos de *posição* e *situação*, em outros termos, pelos elementos que definem aquilo que comumente é denominado de *condições locais* (MORAES, 2007, p.19).

Boudou (2007) pontua alguns critérios de valorização espacial que complementa e dá maior visualização ao que diz de Moraes:

- Vantagens locacionais: fatores favoráveis, adversos, propícios, privilegiados;
- Recursos patentes ou latentes (riquezas minerais e biológicas, condições benéficas tais como conforto climático, potencial climático, amenidades, bem-estar, segurança, desenvolvimento humano...);
- Fatores limitantes e restritivos;
- Benefícios em termos de uso e ocupação do solo e do tempo.

Pelas idéias propostas, pode-se dizer que a valorização econômica do litoral e do mar se colocaria para além de seus atributos naturais e ambientais e passaria a agregar também o seu valor de uso como potencial produtivo.

Já a *valorização cultural* está mais ligada aos tipos de práticas relacionadas ao litoral, ao mar e ao *marítimo*¹⁶ como os mitos, os símbolos, as práticas religiosas, as tradições mantidas nas representações mentais (dimensão psicológica) e sociais de cada grupo humano. Portanto, neste sentido, a valorização desses espaços passa a ser entendida como a incorporação, cada vez maior, do litoral e do mar em parte do cotidiano e das relações sociais de uma sociedade.

Assim, a valorização cultural dos ambientes litorâneo e marítimo deveu-se principalmente à mudança de olhar e de práticas realizadas entre as populações e o mar, intensificadas mais especificamente no espaço litorâneo que passa a ser “resultante de uma construção mental, de uma necessidade coletiva da costa que se apodera do ocidente no final do século XVIII” (CHERUBINI, 2004, p. 15).

Essas transformações são compreendidas pela análise realizada por Alan Corbin (1989) em seu livro *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Nesta obra o autor faz uma releitura das formas de perceber e sentir o marítimo pela civilização ocidental, e como este passou de um espaço de repulsão à um espaço de atração, ou seja, um espaço valorizado, cobiçado em função da mudança das práticas e ritos culturais estabelecidos com o mar.

A partir dessa transformação no ocidente, este modo de valorizar culturalmente o marítimo toma proporções mundiais, entretanto esse fenômeno não ocorre de forma semelhante em todas as áreas litorâneas do globo. Dantas (2006, p. 82), ao analisar a reversão da imagem associada ao mar e ao marítimo nos trópicos, faz uma ressalva na qual esta valorização pode ser interpretada “quer seja como um fenômeno de origem externa, no caso dos países conhecedores de um fluxo turístico internacional importante, quer seja como um movimento próximo do ocorrido no Ocidente, no caso dos países menos tocados por estes fluxos”.

A origem externa do fenômeno seria a demanda, pela população dos países desenvolvidos, por espaços de lazer litorâneos, principalmente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a intensificação do turismo de massa, que valoriza esses espaços e gera um

¹⁶ *Marítimo*: “Que ocorre no mar, ou se faz pelo mar” (FERREIRA, 2004).

processo nutrido por um “fluxo de informações que constrói e alimenta novas representações dos trópicos no mundo desenvolvido” (DANTAS, 2004, p. 65).

Tendo em vista esse novo fluxo, os países litorâneos tropicais se estruturam e se organizam para atender aos turistas dos países desenvolvidos, urbanizando suas orlas e construindo espaços e equipamentos de lazer. Portanto o fator da valorização nesses casos são frutos de uma demanda externa à realidade desses países. Todavia, essa adequação muitas vezes gera conflitos de ordem interna nos litorais tropicais, que podem ser de caráter socioeconômico, ambiental e principalmente cultural, uma vez que “este fluxo determina a valorização das zonas de praias a partir de uma demanda turística não inscrita no quadro de representações ainda dominantes nos países tropicais” (DANTAS, 2004, p.66).

Ao analisar a mudança da imagem associada ao mar e ao marítimo nos trópicos, em países menos tocados pelos fluxos turísticos internacionais, Dantas (2002, 2004, 2009), ao estudar o referido processo no litoral de Fortaleza/CE, faz uma reflexão sobre a forma como esses novos hábitos culturais foram estruturados e provocaram a valorização cultural desse ambiente. Nesse litoral, as elites locais, inicialmente voltadas para o sertão/interior, entram em contato com a civilização ocidental, e se tornam desejosas por imitar os hábitos ocidentais. Assim incorporam e difundem as novas práticas culturais marítimas adotadas no Ocidente, e paulatinamente se apropriam dos espaços litorâneos¹⁷.

Todavia, as práticas marítimas em Fortaleza não se deram igualmente às realizadas no continente europeu. É necessário fazer uma relativização desse fenômeno, em função da complexidade e da variedade cultural já estabelecida nos litorais tropicais. Portanto, não ocorre uma simples transferência desses hábitos para os trópicos, “os novos costumes não são adotados passivamente e não se dão da mesma maneira em todas as comunidades litorâneas” (DANTAS, 2004, p.68).

Destarte, a difusão e incorporação das novas práticas culturais realizadas com o marítimo aconteceram de acordo com as realidades de cada sociedade receptora, que muitas vezes, adaptaram, atribuíram e/ou incluíram novas práticas vivenciadas em seu cotidiano. Isso acontece, pois, segundo Claval (2002, p.143), “a cultura não é apenas herança. Ela comporta elementos novos, é o fruto de uma incessante atividade inventiva”.

¹⁷ Essa apropriação provoca o conflito social entre as populações tradicionais de pescadores e retirantes da seca que ocupavam as praias locais e os novos desejosos por este espaço.

Claval (1999, p.107) diz ainda que “a cultura não é uma realidade de essência superior e que ficaria congelada fora dos golpes da história”, portanto a valorização cultural do espaço litorâneo e marítimo se transforma e se modifica, na medida em que o processo de modificação das formas de se perceber e de se relacionar com o mar se intensifica entre os vários agrupamentos humanos na beira-mar.

Na contemporaneidade alguns fatores de ordem tanto socioeconômica, tecnológica quanto cultural contribuíram para uma valorização ainda maior dos litorais no mundo todo. Peron (1996, p.21) pontua alguns acontecimentos que transformaram as relações entre a sociedade francesa, o espaço costeiro e o elemento marítimo na França, a partir de 1950 que perduram até os dias de atuais, e que podem ser analisados numa escala mundial:

- O advento da sociedade dita de lazer, caracterizada pelo aumento do tempo livre, pela generalização progressiva das práticas turísticas e a procura do sol e da praia (...);
- As transformações do sistema litorâneo: urbanização, industrialização, extensão das zonas de lazer (...);
- A instrumentalização das práticas marítimas lúdicas pela generalização do uso das pranchas, das velas, dos barcos a motor, do jet-sky (...);
- A concorrência de um “modelo litorâneo planetário”: a ilha tropical, a costa californiana, os tubos havaianos, ligados a instantaneidade e a massificação da difusão da informação e as novas possibilidades de deslocamentos aéreos (PERON, 1996, p.21).

Todo esse processo de valorização econômica, ambiental e cultural do espaço litorâneo e marítimo teve reflexos diretamente sobre a forma na qual o homem organiza, pensa e vivencia esses espaços, o que coloca essas mudanças ao centro de discussão da geografia, uma vez que, condicionam diversos tipos de uso e ocupação dos mesmos, e transformam o litoral e o mar em um espaço “diferenciado, contrastado, compartimentado, e também um espaço organizado, articulado, estruturado e, sobretudo, um espaço valorizado e, portanto um espaço cobiçado, disputado” (BOUDOU, 2007).

Dentro desse quadro, utilizaremos o conceito de maritimidade em sua aplicação geográfica, para melhor compreender e analisar os reflexos dessas formas de valorização sobre a organização, relações, usos e ocupações dos litorais e dos mares no espaço e no tempo, por um grupo humano.

1.3 Maritimidade

Busca-se estabelecer os laços desenvolvidos entre os indivíduos residentes em áreas litorâneas e o mar, bem como a forma como eles se inserem no meio marítimo, considerando também sua dimensão temporal, por meio do estudo da maritimidade.

Entretanto, não se vislumbra essa maritimidade enquanto conceito das propriedades e características físicas do meio marítimo, conforme era entendido o mar até recentemente “exclusivamente como parte do mundo natural, marcado pela existência dos fluxos das marés, e habitado por seres vivos não-humanos, objeto de estudos da oceanografia e da biologia marinha” (DIEGUES, 2003), mas sim como os diferentes modos de apropriação do mesmo por grupos humanos, bem como a diversidade e a riqueza das representações do marítimo que condicionam parcialmente as ações dos homens em seu relacionamento com o mar.

De acordo com o sociólogo Diegues (2003), “o mar é considerado uma entidade viva por inúmeras populações marítimas que mantêm com ele um contato estreito e dele retiram sua subsistência”. Para este autor, “essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio-marinho e seus fenômenos naturais”, visto que passam pela representação simbólica e pelo imaginário da população.

Desta forma, a maritimidade é, em efeito, “uma maneira cômoda de designar o conjunto de relações que determinada população estabelece com o mar – aquelas que se inscrevem no plano das preferências, das imagens e das representações coletivas em particular” (CLAVAL, 1996, p. 327). Segundo Peron (1996, p.13), o conceito de maritimidade não é permanente, nem acabado uma vez que, ele é “um tema livre sobre a evolução, a diversidade e a riqueza das representações do marítimo que condicionam parcialmente as ações dos homens em relação a este meio”.

E, assim sendo, de acordo com Paulet (2006, p.19) “segundo as épocas, as regiões, as civilizações, as imagens, os conhecimentos do mar se impõem. A opinião dominante, numa dada população, repousa sobre certo número de crenças e realidades”. Peron reforça esta assertiva quando diz que:

A palavra 'maritimidade' (aplicada a um grupo social num dado momento de sua história) pode, pois, levar a um sentido muito amplo porque os modos de apropriação do mar englobam as práticas relativas ao marítimo e a idéia que se faz deste meio particularmente difícil, senão impossível de dominar (1996, p.14).

Observa-se então que, o fator cultural entre determinada população e o mar está intrinsecamente ligado ao conceito de maritimidade, assim sendo, conforme indicado por Claval (1999, p. 87) “as culturas mostram-se freqüentemente com um nível elevado de plasticidade: nada pode frear a incorporação de elementos novos quando são apresentados como substitutos ou complementares dos já existentes”.

Diegues (2003) afirma que o conceito de maritimidade tem importância, pois pode ser entendido como “[...] um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e, sobretudo simbólicas) resultantes da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo”. Portanto, segundo o mesmo autor “a maritimidade não é um conceito ligado diretamente ao mundo oceânico enquanto entidade física é uma produção social e simbólica”.

Diante dos mais diversos tipos de relações, representações, de preferências, de valores e de imagens, o estudo da maritimidade entre determinada coletividade e o mar, deverá abordar, também, uma dimensão reflexiva, sob a ótica geográfica, em que, segundo Boudou (2004):

[...] a abordagem geográfica da “maritimidade” é uma meditação/ reflexão, não sobre as atividades humanas diretamente induzidas pelo meio marítimo (produções, transporte, lazeres...) mas sobre a diversidade, a evolução e as mudanças recentes no jeito de perceber o mar, o estirâncio e a costa [...].

Peron (1996, p.13) complementa essa reflexão quando diz que falar de maritimidade “é refletir sobre as relações entre o presente e o passado, a uma perspectiva de compreensão das reconversões atuais do marítimo, apostando nas relações entre as aspirações e as necessidades profundas de nossa sociedade”. Destarte, este mesmo autor diz que “a maritimidade só pode ser aplicada a um grupo social em um determinado momento de sua história” (1996, p.14).

Neste aspecto a maritimidade torna-se um convite, na medida em que, se propõe:

[...] a refletir sobre as construções sociais e culturais que foram edificadas pelos grupos humanos para organizar suas relações com o mar, para se proteger, se socializar, temê-lo e amá-lo. Estas construções ancoram bem compreendidas nas profundidades históricas, mas ao mesmo tempo elas são evolutivas. (PERON, 1996, p. 14).

E, de acordo com amplitude temporal e espacial dessas construções por populações litorâneas e marítimas, pode-se dizer que “existem diversos graus de maritimidade conforme a vida social e econômica se organiza para e pelo mar” (LOZATO-GIOTART, 1996, p.303). Dentro do conceito geográfico de maritimidade esses graus variam de acordo com “a organização do espaço litorâneo pelo uso que faz os homens a partir das suas atividades marítimas” (LOZATO-GIOTART, 1996, p.303).

Assim sendo, pode-se conhecer a organização da vida social e econômica realizada por homens e por algumas sociedades em torno do litoral e do mar por meio da análise das principais práticas marítimas tradicionais ou clássicas e modernas, conforme veremos a seguir, e assim descobrir os diferentes graus da maritimidade apresentados por tais atores.

1.3.1 As práticas marítimas tradicionais ou clássicas

Compreende-se como “práticas marítimas tradicionais ou clássicas” aquelas circunscritas em torno do mar e do marítimo desde os tempos mais remotos da história da civilização humana, transmitidas até os dias atuais, como as práticas extrativistas, as atividades pesqueiras, portuárias e as de caráter militar, de proteção da costa.

Essas práticas têm passado ao longo do tempo por diversas formas de aperfeiçoamento de suas técnicas, entretanto, desde seu início até hoje elas permanecem na cultura, na economia e nas práticas de vida dos homens com o mar.

Peron (1996, p.17) atribui três funções que ocorrem na costa francesa que considera formas clássicas de atividades do homem com o mar, e podemos enumerá-las aqui como sendo o pilar das práticas marítimas tradicionais: “1 – função de produção: pescados e salinas, 2 – função de intercâmbio: pequenos portos de cabotagem, mas, sobretudo, grandes portos de comércio [...], 3 – função estratégica de ser fronteira marítima doravante bem controlada pelo Estado [...]”.

Desde o início do desenvolvimento da civilização humana, o homem sempre tentou “exploração do mar quer como fonte alimentar (bivalves, peixes, crustáceos, etc), quer como via de circulação, quer ainda como fornecedor de produtos essenciais (de que o sal é, quiçá, o melhor exemplo)” (DIAS, 2004, p.1), como a coleta e captura de vários outros recursos da fauna e da flora marinha que se intensificaram bastante a partir da valorização desses recursos na atualidade.

Dentre todas as práticas tradicionais a mais antiga e conhecida é a da pesca que condiciona modos de vida específicos de várias comunidades humanas. Desenvolve-se atualmente desde modos de vida tradicionais, com conhecimentos relativos à mesma utilizando técnicas artesanais, práticas culturais e ritos estabelecidos com o mar transmitidos de geração em geração, até a sua realização de forma industrializada, com o emprego de técnicas e equipamentos altamente sofisticados.

Essa sofisticação também acompanhou a prática da navegação, que se caracteriza como uma prática marítima tradicional, visto que, está presente na história das civilizações humanas desde que o homem começou a explorar os mares e oceanos. Essa atividade foi fundamental na circulação de pessoas, de idéias e de diversas técnicas, bem como no desenvolvimento das trocas de produtos e mercadorias entre diversos povos, o que posteriormente deu suporte ao desenvolvimento do comércio marítimo internacional, sendo a navegação uma das principais formas de comércio internacional até hoje.

Grande parte dessas práticas sofreu profundas transformações ao longo dos séculos em função da incorporação de novas técnicas em seu modo de produção, todavia, ainda há sociedades que resistem e se mantêm tradicionalmente com, praticamente, os mesmos conhecimentos e técnicas de produção existentes há bastante tempo, constituindo sociedades que possuem um gênero de vida essencialmente marítimo, com cultura, ritos e representações ligadas ao mar.

Os avanços também se deram na forma de se relacionar com o litoral e o mar, principalmente na cultura ocidental a partir do século XVIII, e se segue até hoje. Segundo Rieucou (1996, p. 29), “com as mutações sociais atuais, a relação homem/meio litorâneo e homem/meio marítimo são tornadas mais complexas. Os grupos humanos se apóiam cada vez menos sob os modos de vida tradicionais fundados sob a utilização dos recursos locais”.

É possível compreender essas mutações a partir do processo de evolução e análise das diversas práticas marítimas modernas, que imprimem cada vez mais a sua marca pelos litorais do mundo todo.

1.3.2 As práticas marítimas modernas

As práticas marítimas modernas são produtos de uma mudança de olhar e das formas de representações do litoral e do mar, ocorridas principalmente nas civilizações ocidentais, por volta de 1750 (CORBIN, 1989, p.11). Com essas transformações, este ambiente deixa de ser um lugar de repulsão e medo e passa a ser o local de práticas terapêuticas, de socialização, de lazer, de ócio e de esportes.

Assim, essa mudança de olhar e a incorporação das novas práticas marítimas modernas é um processo lento e gradual de transformação do comportamento iniciadas no interior das classes urbanas dominantes ocidentais durante o século XVIII. Por recomendação médica utilizava-se da ambiência marinha para aliviar a “melancolia e o spleen¹⁸” (CORBIN, 1989, p.69) que eram considerados o mau que afligia a elite urbana da época. Como tratamento os médicos recomendavam “banhos terapêuticos nas águas frias do mar, com vantagens do contato com as ondas e com vilegiatura costeira” (CORBIN, 1989, p.69).

Mais tarde incorpora-se também o discurso médico da teoria “lavoisiana” do respirar bem (DANTAS, 2004) no que diz respeito às propriedades climáticas e ambientais apresentadas pelo litoral, bem como a moda da contemplação das paisagens litorâneas, bastante difundida pelos romancistas da época, que darão ensejo ao desejo pelo mar e pela zona costeira e divulgarão esses espaços por meio de suas obras.

A partir deste desejo, estes locais passam a ser valorizados e novas práticas com o marítimo começam a ser construídas. Os banhos de mar entram em cena nos hábitos da classe dominante e, a partir do primeiro terço do século XIX, se propaga “uma prolixa literatura de praia, da falésia, da caverna. O romance, e, sobretudo a novela, comprazem-se com esses locais que em breve a ópera e a ópera cômica contribuirão igualmente para popularizar” (CORBIN, 1989, p.244). Culturalmente essas práticas são incorporadas aos comportamentos da sociedade dominante.

¹⁸ “Spleen foi uma característica presente tanto no romantismo europeu como no brasileiro. A palavra denotava melancolia extrema, desejo de autodestruição, onde a morte é a única solução definitiva para os problemas do homem”. Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Spleen> >. Acessado em: 02 abr. 2009.

A partir dos tratamentos terapêuticos de banhos de mar, gera-se um fluxo de pessoas para se tratar nos litorais, e por consequência provocam excursões ao mar, o que culmina com a prática da vilegiatura¹⁹ marítima. Esta se constitui em temporadas passadas nas praias por habitantes da cidade, que se deslocam em direção ao mar em algumas épocas do ano.

A prática da vilegiatura marítima gerará uma nova forma de socialização em torno do mar, primeiramente pela classe dominante e, a posteriori, se difundirá pelas classes menos abastadas. Isso dará ensejo a novas formas de organização desse espaço buscando satisfazer as distrações e os prazeres dessas práticas que se estruturam e se configuram.

Aos poucos a beira-mar entra em voga em toda a elite, uma vez que a prática da vilegiatura vira ‘moda’ no ocidente. Nesse lugar é possível desfrutar “plenamente os prazeres do exercício” (CORBIN, 1989, p.272), desenvolver atividades terapêuticas, lúdicas e festivas. Os banquetes ao ar livre, a música, a navegação de recreio com os passeios de barco, os esporte náuticos, principalmente a prática do iatismo, se desenvolvem na beira-mar. Segundo Corbin (1989, p.282) esses encontros na beira-mar constroem um novo teatro social, palco para desfile da elite, e tornam-se freqüentes as discussões sobre política nas rodas de amigos.

Entretanto, é necessário ressaltar um contraponto na incorporação dessas novas práticas marítimas no que diz respeito aos trópicos, principalmente nos litorais menos tocados pelo fluxo turístico internacional. Dantas (2004) ao analisá-las, a partir da cidade de Fortaleza/CE, uma cidade que até meados do século XIX dava ‘as costas’ para o mar²⁰ demonstra que sua adequação pela sociedade local se deu de forma *aproximada* das que ocorriam no ocidente. Concluiu que, em função de uma dinâmica local peculiar e de um quadro social rico e complexo associado ao litoral, ao mar e o marítimo²¹, anterior à chegada das práticas ocidentais na cidade de Fortaleza, a incorporação se deu de forma mais ou menos próximas das do ocidente, ou seja, “práticas próximas das práticas terapêuticas ocidentais, práticas próximas das praticas ocidentais de recreação e de lazer; os banhos de mar, as caminhadas, o veraneio e o turismo litorâneo” (2004, p.69).

¹⁹ “Temporada que habitantes da cidade passam no campo, ou na praia, etc., no verão; veraneio” (FERRERA, 2004, p. 817)

²⁰ DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. In: **Geosp: Espaço e tempo**. São Paulo, nº15, p. 63 a 76, 2004.

²¹ Nas zonas de praia de Fortaleza “concentravam-se as populações tradicionais, as quais desenvolviam práticas como a pesca ou outras associadas às atividades portuárias” (DANTAS, PEREIRA, ARAUJO, PAULA, 2009).

As práticas terapêuticas ocorrem em Fortaleza de forma não estandardizada, e não tinham as dimensões do banho de mar como no ocidente, “provavelmente em virtude da fraca eficácia que o discurso médico local lhe atribuía” (DANTAS, 2004, p.70), e tinham suas características salutarens associadas mais às condições climáticas locais do que propriamente ao espaço litorâneo. Já as práticas de recreação e lazer eram realizadas em Fortaleza no período da noite em função das altas temperaturas diurna e não provocaram um processo de urbanização efetiva das zonas de praia (DANTAS, 2004, p.72)²², que somente se concretiza a partir do século XX.

Enfim, diante de toda essa movimentação em torno da beira-mar no ocidente e mais *posteriori* nos trópicos, desenvolve-se nesses locais toda uma majestosa arquitetura onde esses espaços são urbanizados: saneados, assentados e pavimentados. Com isso multiplicam-se as residências e o fluxo de pessoas circulando na beira-mar aumenta consideravelmente, visto que:

Com o passar das décadas, porém, a influência das injunções médicas, o desejo crescente de imitar os nobres, o melhoramento dos meios de transportes que facilitam a organização do lazer nas proximidades dos grandes aglomerados urbanos, concorrem para aprendizagem e a ampliação social de práticas que se vêem então diversamente reinterpretadas (CORBIN, 1989, p.294).

Portanto, essa transformação do mar em ‘espaço de moda’, tem sua principal característica a transformação cultural engendrada no seio da classe dominante, e que aos poucos se transforma e se adapta às condições das classes menos abastadas e se propaga pelo mundo. Essa transformação origina um fluxo cada vez maior em direção aos litorais, coloca em voga a prática do turismo litorâneo internacional que se engendra mais rapidamente a partir do ocidente durante o século XX. De acordo com Dantas (2004, p.64):

Mencionada transformação se produz nos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial e suscita mudanças de ordem econômica e social que determinam, de um lado, o aumento do salário das populações e, de outro lado, a criação de políticas sociais propiciadoras do direito de gozar férias remuneradas. Após os anos de 1970, estes estudos sublinham a ampliação desses fluxos ao atingirem dimensões continentais, em resposta principalmente às transformações ocorridas no domínio dos transportes (leia-se aéreo).

²² Para uma melhor compreensão dessa realidade na cidade de Fortaleza, consultar o artigo “O mar e o marítimo nos trópicos” In: Geosp: Espaço e tempo. São Paulo, nº15, p. 63 a 76, 2004.

A mudança de cultura e de práticas que representou a incorporação das novas práticas marítimas modernas culmina com o aumento gradativo do número de pessoas inseridas nestas atividades, seja com a prática da vilegiatura marítima, do turismo litorâneo, dos esportes náuticos entre outras. Isso provoca uma demanda por espaços litorâneos e marítimos, que aos poucos agrega também os litorais dos países subdesenvolvidos.

Frente à implantação e intensificação dessas diversas práticas marítimas tradicionais e modernas em escala mundial por diferentes sociedades nos litorais e mares, estes espaços enfrentam cada vez mais um processo de valorização tanto socioeconômica quanto cultural e uma intensificação nos diferentes usos e ocupações. E isso não é diferente no litoral capixaba e conseqüentemente nem no litoral de Presidente Kennedy.

Portanto, pautada sobre as colocações conceituais e metodológicas acima apresentadas a presente pesquisa se propõe a realizar a análise da maritimidade apresentada pelo município de Presidente Kennedy, levando em consideração o seu processo de conformação territorial e a contribuição dos fatores de ordem socioeconômica e cultural interno e externo ao município que contribuíram para o processo de valorização dos espaços litorâneo e marítimo local e serviram para construir o quadro atual dessa maritimidade.

Entretanto, para melhor abarcar a maritimidade deste município, é necessário compreender inicialmente o contexto sócio-econômico e cultural estadual no qual ele se insere. Para isso, realizamos a análise do cenário capixaba desde sua colonização até os dias atuais, das práticas marítimas tradicionais até as modernas, estabelecidas entre a população capixaba com o litoral e o mar, que se tornaram definidores de uma maritimidade acentuada apresentada pelo Espírito Santo.

2. A MARITIMIDADE CAPIXABA: DAS PRÁTICAS MARÍTIMAS TRADICIONAIS ÀS MODERNAS.

Nesta parte do trabalho buscou-se oferecer um quadro sintético da ocupação histórica e do desenvolvimento socioeconômico do ES a partir da sua zona costeira e da importância atribuída ao litoral e ao mar nestes processos, desde os primórdios de sua colonização no século XVI até os dias atuais. As práticas marítimas tanto tradicionais quanto modernas desenvolvidas no passado, no presente e que se plasmam para o futuro do estado, atribuindo-lhe uma maritimidade marcante.

2.1 O Espírito Santo e seu desenvolvimento inicial junto ao mar

As práticas marítimas tradicionais no território capixaba remontam ao período pré-colonial com os índios tupiniquins e goitacazes que habitavam a costa, utilizando os recursos marinhos para se alimentar²³ e o mar como via de locomoção. Essas práticas foram sincopadas no Espírito Santo a partir da sua colonização no ano de 1535. Os colonizadores estabeleceram-se principalmente em Vitória, e “pelo mar, exploravam o litoral” (SALETO, 1998, p.15). Insere-se, portanto, em dinâmica característica de uma “cidade primaz, situada junto [...] ao mar, dispoendo de forte e porto imprescindíveis no estabelecimento de contatos com a Europa (troca de bens materiais e imateriais), domínio da hinterlândia e defesa de ataques inimigos: índios e/ou europeus” (DANTAS, 2006, p.79-80).

Com isso o litoral e o mar, principalmente pela baía de Vitória, ficam condicionados a função *portuária*, favorecido pela sua formação natural e estratégica²⁴, e de *intercâmbio*, principal via de comunicação e contato com Portugal, entre as demais capitânicas da colônia, e os principais núcleos de povoamento da capitania além também da função de *produção*, como fornecedor alimentos.

²³ A influência dos hábitos alimentares indígenas é presente até os dias atuais na culinária capixaba. Tem como carro chefe a moqueca capixaba, feita na panela de barro cuja técnica de confecção é praticamente a mesma desenvolvida pelos índios. A forma de preparo e os ingredientes utilizados na moqueca também são os mesmos. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/site/turismo/culinaria.aspx>>. Acessado em 27/05/2009.

²⁴ “tem seu assento em uma ilha montanhosa (...), dentro forma uma baía estreita, mas capaz de navios grandes” (RUBIM, 2003, p.3-4). “Na lógica de ocupação do território, os espaços litorâneos eram estratégicos” (DANTAS, 2006, p.79).

No final do século XVI até o começo do XVIII, vindos pelo mar, franceses, ingleses, neerlandeses e corsários fizeram algumas tentativas de invasões da costa da capitania. Este fato levou a construção de algumas fortalezas no litoral²⁵ que fortaleceu a função militar de *defesa e proteção* da costa. Este caráter foi intensificado com a descoberta de ouro no interior do território do Espírito Santo, no início do século XVIII, que cede parte de suas terras para a criação da Capitania Real das Minas Gerais.

O Espírito Santo era considerado pela coroa portuguesa como uma espécie de “*barreira*” que dava proteção à Capitania das Minas Gerais evitando assim o contrabando dos minerais e os ataques externos. Sua maritimidade nesse momento ficou condicionada, principalmente, às práticas marítimas tradicionais de defesa da costa, navegação de cabotagem e fonte alimentar.

2.2 O cultivo do café e a construção do cenário que dá ensejo à urbanização capixaba.

Com o fim do período de invasões, paulatinamente, o Espírito Santo se desenvolve especialmente nas imediações do litoral²⁶ e nas desembocaduras dos rios²⁷.

A partir da segunda metade do século XIX o cultivo do café é introduzido em terras capixabas²⁸. Esta cultura deu tão certo que rapidamente ocorreu a expansão das áreas dos cafezais associada à vinda de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos e alemães²⁹, no final do século XIX, para trabalhar nas lavouras das fazendas cafeeiras. Tais fatores provocaram a interiorização e ocupação das terras do sertão. Com isso, o padrão de desenvolvimento pautado, mormente na ocupação da costa cuja principal função era a de proteção começa a ser desarticulado.

O café se tornou o principal responsável pela formação de importantes núcleos de povoamento no interior e foi o propulsor do desenvolvimento integrado do sertão com o

²⁵ Principais fortes da época: Fortim do Espírito Santo, Forte Nossa Senhora do Carmo, Forte São João, Forte de São Francisco Xavier de Piratininga e fortaleza da Ilha do Boi.

²⁶ Sartório (2007, p.136) observa a “forte tendência dos portugueses a se estabelecerem ao longo do litoral como caranguejos”.

²⁷ De acordo com alguns trechos da narrativa de Rubim (2003, p.26), encontravam-se no litoral a “estrada geral que segue sempre pela borda do mar” e “pequenas povoações de pescadores” nas principais desembocaduras dos rios capixabas.

²⁸ Nessa época o Espírito Santo se encontrava com bastantes matas, poucos habitantes e recursos econômicos.

²⁹ Ocupavam principalmente o interior do estado e a região das serras capixabas. Viviam numa sociedade especialmente rural e, de modo geral, estavam isolados dos principais centros de comercialização, lutando em busca de estratégias auto-suficientes de sobrevivência nas fazendas cafeeiras.

litoral, principalmente junto à foz dos grandes rios que davam vazão à produção, tendo em vista que a sua produção era voltada para o exterior. A partir da geração de excedentes econômicos, aumentam os investimentos em outros setores da economia como ferrovias, estradas, navegação e o crescimento das atividades em volta do Porto de Vitória³⁰, o que propiciou a constituição de uma rede urbana ligada principalmente à comercialização do café.

Deste modo aos poucos se configurou uma racionalidade urbana centrada na conformação territorial denominada de *bacia de drenagem* (MORAES, 2007, p.32). Segundo Moraes, essa conformação é típica do padrão colonial de assentamento no Brasil, composta de “centros de difusão assentados na costa, que articulavam a hinterlândia explorada com as rotas oceânicas que alavancavam a exploração na colônia” (MORAES, 2007, p.32). E ainda, essa denominação se caracteriza por reproduzir “um desenho na estruturação da rede de circulação no qual todos os caminhos demandam um eixo principal, e este finaliza seu percurso num porto marítimo” (MORAES, 2007, p.32).

Todavia, no Espírito Santo os constantes “ataques dos silvícolas, a necessidade de fácil contato com Portugal” (SALVADOR, 1994, p.70) bem como o caráter de proteção à Capitania das Minas Gerais impediram a interiorização de sua população na época da cultura da cana-de-açúcar. Com isso, a instituição desta rede só ocorre tardiamente, em relação às outras capitanias, notadamente às localizadas no “litoral oriental da zona da mata nordestina, servidas por Olinda/Recife” (MORAES, 2007, p.34). De acordo com este autor, no fim do período colonial, Vitória se constituía como uma “cidade portuária relativamente isolada, que se constitui em centro de uma produção local (...) drenando seus entornos imediatos”.

Esta racionalidade urbana de *bacia de drenagem* só se ‘concretiza e se integraliza’ no estado com o desenvolvimento da atividade cafeeira, ou seja, praticamente no final do período colonial, início do império com a política de defesa do território já minimizada e a função portuária reforçada no litoral.

2.3 A instituição da rede urbano-industrial no Espírito Santo: a base para a incorporação das novas práticas marítimas modernas

³⁰ Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=3904> > Acessado em 23/04/2009.

No século XX as crises que atingiram o comércio mundial do café³¹, abalam a basilar fonte econômica capixaba. A partir da segunda metade deste século, acompanhando a “mudança do padrão de acumulação vigente no país, com a consolidação do domínio econômico urbano-industrial” (MORAES, 2007, p.37), são criadas políticas públicas visando a diversificação produtiva do estado com o apoio do governo federal, que insere o estado no plano nacional de desenvolvimento. Este acolhe indústrias de bens de produção, notadamente a Aracruz Celulose, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)³², Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)³³, Samarco Mineradora S/A.

Estas indústrias são estrategicamente implantadas em alguns pontos do litoral do Espírito Santo para serem articuladas com um sistema de circulação integrado, particularmente o de portos, tendo em vista o caráter exportador da produção das mesmas. Há de mencionar também a evolução técnica e científica que acompanha a área dos transportes marítimos em todo o mundo, visto que elas modificam as localizações das indústrias que tendem a instalar-se no litoral (RIEUCAU, 1996, p.31).

Esta localização litorânea foi um marco definitivo para a litoralização das atividades humanas no estado provocando uma redefinição dos espaços litorâneos capixabas em gênero, mas que permanece em sua principal função, a portuária.

A crise na cafeicultura associada à inserção do Espírito Santo na economia industrial provocou um êxodo rural intenso para as cidades, principalmente para a região da Grande Vitória que concentra boa parte da infra-estrutura urbano-industrial no estado. Com o desenvolvimento e consolidação das indústrias em território capixaba, o padrão socioeconômico e cultural urbano se configura gradativamente, visto que a urbanização, analisada como um processo em si, teve “sua impulsão interna, o seu motor, a industrialização” (SEABRA, 2000, p.73), e o urbano se torna predominante sobre o rural principalmente entre a década de 70 e 80.

Além disso, a industrialização influencia:

O mercado de empregos diretos e indiretos gerados, sobre a dinâmica populacional atraindo fluxos migratórios para os locais de sua instalação. Deste modo, a relação indústria/crescimento urbano também se exerce nas cidades litorâneas eleitas para

³¹ Na década de 30 acompanhando a crise da Bolsa de valores de Nova York (1929), e na década de 60 com a crise mundial no mercado de café com preços declinantes.

³² Atualmente Vale Mineradora S/A.

³³ Atualmente foi adquirida pelo grupo Arcelor Mittal.

sediar tal atividade, seja com seus aspectos positivos, ou negativos. [...] Vale registrar o dinamismo subjacente a esta atividade, o qual estimulou a formação de um amplo setor gerador de serviços e produtos conexos. Tais tarefas da esfera da reprodução, ao se estruturarem em moldes modernos, gestam novos estratos sociais que a bibliografia especializada agrupa sob a denominação de “camadas médias urbanas” (MORAES, 2007, p.38).

Assim sendo, a instalação pontual desses grandes complexos industriais em alguns pontos do litoral gera um processo de urbanização intenso a nível local, como no município de Aracruz, Anchieta e, maiormente na região metropolitana de Vitória³⁴, e provocaram a formação das classes médias urbanas. Elas serão as principais responsáveis futuramente por reproduzir o desejo pelas novas práticas marítimas modernas da elite e ampliá-las no litoral capixaba.

Porém, essa urbanização não era articulada e nem integralizada entre todo o litoral capixaba e provoca, direta ou indiretamente, o desenvolvimento urbano e socioeconômico desigual de algumas praias em detrimento de outras.

2.4 Das práticas marítimas tradicionais às modernas

À medida que o padrão urbano-industrial se configurava no Espírito Santo, novas práticas marítimas modernas são incorporadas nas atividades e na cultura da população capixaba. Num primeiro momento pela elite local e depois pelas classes menos abastadas, que gradativamente, vai lançar sobre o litoral os seus desejos, suas necessidades de momento de lazer e distração. A praia entra em cena agora não somente mais como lugar de reserva alimentícia, de porto, e de proteção da costa, mas sim como um lugar de realização de práticas sociais de uma sociedade industrial e cada vez mais urbana.

Transformam-se os espaços litorâneos e marítimos dessa vez em gênero e também em função, e tornam-se espaços multifuncionais. Toda uma reestruturação em torno da organização social, do uso e ocupação do solo começa a ser configurada no litoral do Espírito Santo, no sentido de ajustá-lo às necessidades dos utilizadores. Ou seja, é introduzido nos espaços litorâneos um conjunto de estruturas materiais e mentais que possibilitam aos seus frequentadores a reprodução das suas práticas cotidianas urbanas, principalmente nas praias

³⁴ É necessário aqui mencionarmos a ocorrência de impactos tanto de ordem cultural, socioeconômica e principalmente ambiental causados pela implantação destas indústrias nestes litorais apesar de não detalhá-los na pesquisa, tendo em vista que esse não é o principal objeto da mesma.

localizadas fora da área portuária do centro de Vitória. É a partir desta redefinição de práticas e relações da sociedade com o litoral e o mar que se instaura um processo de urbanização intensivo no litoral, desta vez de forma um pouco mais integral e articulada entre todo o espaço litorâneo capixaba.

Esse movimento de apelo cultural e de práticas com o litoral chega ao Espírito Santo no início do século XX, primeiramente com europeus e seus descendentes residentes em Vitória que “no início do século XX era uma cidade pequena, provinciana, habitada, sobretudo na região central e com grande colônia de imigrantes portugueses e descendentes destes. A maioria, formada por comerciantes”³⁵. E ainda, segundo Silva (1999) “os moradores desse aglomerado provinciano de moradias e casas espalhadas por morros e ruas muito estreitas, não tinham outras opções a não ser trabalhar e ir à praia”³⁶.

Neste contexto, as primeiras práticas marítimas modernas no litoral capixaba, mais especificamente em Vitória, datam do ano de 1902, que registra a fundação dos primeiros clubes recreativos do Espírito Santo: o Clube de Regatas Saldanha da Gama e o Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral, por portugueses e seus descendentes. Estas práticas eram pautadas principalmente nos esportes náuticos e nos encontros sociais da elite nestes clubes que se localizavam próximos ao mar e se transformaram em “centro de reuniões sócio-culturais e esportivas, chegando, inclusive, a serem promovidas discussões político educacional, quando havia pelo resto do Brasil um movimento pela prática de exercício físico”³⁷.

Tinham como principais modalidades esportivas a prática do remo e do pólo aquático³⁸. Anos mais tarde, em 1946, é fundado o Iate Clube do Espírito Santo, cuja finalidade era “incentivar a prática do esporte de barco a vela”³⁹. O litoral e o mar passam a

³⁵ Disponível em: <<http://www.clubealvarescabral.com.br/historia.asp>>. Acessado em 5/5/2009.

³⁶ É importante observar que o Espírito Santo teve sua origem e seu desenvolvimento principalmente pelo e para o mar e durante muito tempo esse foi o principal meio de contato e transporte dele com o seu exterior. Desta forma ele não era um espaço tão temido por sua população como o era até fins do século XVIII no ocidente. Tanto é que a cidade capixaba que mais se desenvolveu foi Vitória, às margens da sua baía. Portanto, é possível dizer que a adoção das práticas marítimas modernas foi mais uma necessidade e desejo de europeus que aqui chegaram, ao fim do século XIX e início do XX, que já as realizavam em seu antigo continente e as reproduziram ao seio da realidade da sociedade capixaba. Diferentemente, *num primeiro momento*, da motivação tida no ocidente em que se buscou o litoral e o mar também como uma espécie de retorno a forma ‘natural’ do mundo, uma fuga da agitação e poluição das grandes cidades industrializadas da época (CORBIN, 1989). Aqui o mar e o litoral já fazem parte desde o início do cotidiano das práticas e das relações de sua população.

³⁷ Disponível em <http://www.clubesaldanhadagama.com.br/historia_do_clube.php>. Acessado em 05/05/2009.

³⁸ Este último era disputado no mar, numa área demarcada próximo ao Saldanha da Gama (Idem 37).

³⁹ Disponível em <<http://www.ices.com.br/port/clube.asp>>. Acessado em 06/05/2009.

ser vistos como espaços de lazer, reprodução do ócio e de sociabilidade e não mais somente como local de práticas econômicas e comerciais.

Entretanto, foi com a descoberta das propriedades medicinais da radioatividade presente nas areias monazíticas das praias do sul do estado⁴⁰, principalmente nas cidades de Guarapari e Marataízes que as práticas marítimas modernas são ampliadas no Espírito Santo, e desde então seu litoral sofre intensas e profundas transformações. Esta radioatividade tem propriedades medicinais para o tratamento de reumáticos, gotosos, neuríticos e portadores de várias espécies de artríticos⁴¹.

Isso provocou um fluxo de pessoas para essas praias devido às suas propriedades curativas, porém não associada à ambiência marinha, como a prática dos banhos terapêuticos no mar, conforme ocorrido no ocidente (CORBIN, 1989), nem tão pouco em associação às condições climáticas locais, como aconteceu em Fortaleza (DANTAS, 2004), mas sim condicionado, principalmente, à presença das areias monazíticas.

A vilegiatura marítima entra em voga no cenário capixaba e gradativamente aumenta o fluxo de pessoas vindas para permanecer uma temporada nas praias e se tratar. Na década de 1950 surgem os primeiros hotéis em Guarapari para onde “se dirigiam os turistas com maiores níveis de renda, provenientes principalmente da capital do estado, Vitória, e ainda de outros centros importantes como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo” (GUARAPARI, 2002).

A partir de 1960, acompanhando uma animação nacional crescente de busca por espaços litorâneos, introduzidos no Brasil, principalmente pelo estado do Rio de Janeiro, esse movimento toma corpo e se expande em alguns pontos do litoral capixaba, mais especificamente nas praias de areias monazíticas no sul do estado e o litoral dos municípios pertencentes à atual Região Metropolitana. No decênio de 1970 têm-se o verdadeiro ‘boom’ dos loteamentos à beira-mar em todo o estado, como na Ilha de Guriri em São Mateus realizado pela prefeitura municipal, e em Presidente Kennedy por empresas privadas.

Vêm-se aos poucos as praias sendo ocupadas com segundas residências principalmente por capixabas e por mineiros que redefinem a relação da sociedade com o

⁴⁰ “Na década de 1940 o Dr. Silva Mello, identificou no Instituto Radium em Berlim/Alemanha, as propriedades medicinais da radioatividade presente nas areias monazíticas, presentes em quase toda a faixa litorânea dessa área” (GAZONI, 2004).

⁴¹ Nessa terapia “as pessoas cobrem seu corpo com essa areia de coloração escurecida e ficam por um tempo exposto ao sol”. Disponível em: < <http://www.marataizes.com.br/noticias/news.php?codnot=209974>>. Acessado em: 17/05/2009.

litoral. Essa ocupação provoca um processo pontual de urbanização intensivo das zonas de praia, como resultado da demanda por espaços de lazer. Novos espaços de povoamento foram (re)criados e algumas vezes tornaram-se lugares de conflitos, gerando problemas tanto de ordem socioeconômica, cultural como ambiental. Uma vez que “desde suas origens, a vilegiatura é incapaz de conviver longamente com práticas marítimas de outra natureza. Onde ela se instala gera conflitos” (DANTAS, PEREIRA, ARAUJO, PAULA, 2009).

Por exemplo, o município de Marataízes, que era uma pequena vila de pescadores, se re-configura, devido a presença das areias monazíticas, e se desenvolve inicialmente como centro receptor de pessoas vindas para tratamento médico e depois, com a exploração da vilegiatura marítima e do turismo de massa, se torna um dos principais receptores desses fluxos no estado. Isso provoca uma intensa urbanização local descaracterizando-o enquanto uma comunidade tradicional de pescadores e o qualifica como pólo de atração de vilegiatura e turismo provocando demasiado crescimento e desenvolvimento econômico local que culmina com a sua emancipação do município de Itapemirim em 1992.

Destarte, conclui-se que a industrialização e a vilegiatura marítima destacaram e se destacam ainda como dinâmicas espaciais conformadoras do espaço litorâneo capixaba, pautadas em políticas econômicas desenvolvimentistas de cunho nacional, internacional e estadual, no caso da industrialização, e estadual e municipal, na vilegiatura marítima, culminando no fortalecimento de um padrão urbano de organização nos espaços litorâneos.

2.5 A maritimidade do Espírito Santo e suas ocorrências sobre os litorais capixabas

Atualmente o estado se destaca nas práticas marítimas tradicionais com a atividade portuária, sendo o segundo maior complexo exportador em valor do Brasil, e possui seis portos distribuídos ao longo do seu litoral: os de Vitória, Regência, Barra do Riacho, Praia Mole, Tubarão e Ubu, que juntos movimentam em torno de 45% do PIB estadual⁴². No entanto, possuem sua utilização pautada apenas no transporte de cargas e mercadorias e não funcionam como terminal de passageiros, salvo algumas raras exceções com navios de cruzeiros marítimos que ancoram vez ou outra no estado, pelo porto de Vitória.

⁴² Disponível em <http://www.es.gov.br/site/espírito_santo/portos.aspx>. Acessado em 14/05/2009.

Possui também a atividade da pesca sendo realizada ao longo de praticamente toda a costa capixaba, tanto em sua forma industrial, concentrada em sua maior parte na região da Grande Vitória, quanto artesanal, cujo sistema de produção predominante é o familiar, de parceria ou de armadores (MARTINS, DOXSEY, 2006, p.94). Está distribuída no estado em 45 comunidades pesqueiras (Figura 04) e estima-se 6.733 pescadores trabalhando em 2.083 embarcações, em sua maioria caracterizada de forma artesanal (MARTINS, DOXSEY, 2006, p.93).



Figura 04 – Representação geográfica da costa do Espírito Santo mostrando a localização de algumas comunidades pesqueiras e as regiões a que pertencem (MARTINS, DOXSEY, 2006, p.94)

Todavia, vale ressaltar que com a ascensão da vilegiatura marítima e do turismo de massa houve uma intensa valorização imobiliária e substituição do uso do solo de residencial por comercial, além do surgimento de conflitos sócio-ambientais, principalmente de posse e uso da terra entre alguns pescadores e vilegiaturistas/turistas, resultado do aumento da oposição “mar-trabalho e o mar-lazer [...] em sua maioria causada pelo choque provocado pelas diferenças das mentalidades” (PERON, 1996, p.25).

De acordo com pesquisa realizada por Martins e Doxsey (2006, p.112) em aproximadamente 86% das comunidades pesqueiras do litoral do ES há a exploração do turismo⁴³, sendo que em 35% delas esta exploração ocorre de forma intensa (Tabela 01). Entretanto, segundo esta mesma pesquisa, o turismo é considerado uma atividade conflituosa em 25% das localidades onde ele é muito explorado, sendo mais freqüente nos municípios de Guarapari, Anchieta e Vila Velha (MARINS, DOXSEY, 2006, p.114).

Tabela 01 – Classificação e freqüência do grau de exploração turística nas comunidades de pesca do litoral do ES.

Grau de exploração turística	%
Há exploração intensa do turismo	35
Há pouca exploração turística	19
Há exploração sazonal do turismo	16
Há exploração moderada do turismo local	16
Não há exploração turística no local	14
Total	100

Fonte: Martins e Doxsey, 2006, p.112.

Em algumas comunidades, como na vila de Itaúnas em Conceição da Barra, o turismo acaba se tornando uma atividade complementar de renda. Isso se deve em grande parte, à sua característica sazonal, ocorrendo de forma mais intensa no verão, em que os pescadores incorporam as práticas mercantis, geralmente nas atividades de prestação de serviços associadas às demandas dos turistas, conforme analisou Martins e Molina (2008). E por outra parte, o turismo nas comunidades de pescadores litorâneos aumenta o número de freqüentadores e gera uma demanda maior pelo consumo do pescado, aquecendo as vendas do produto.

Numa análise da relação existente entre os habitantes tradicionais da costa e os vilegiaturistas/freqüentadores destes espaços, Peron (1996, p.25) diz que esta oposição mar-trabalho/mar-lazer nunca era total e:

Hoje tem perdido o seu sentido, uma vez que, a maritimidade, tomada como uma sensibilidade que é construída nos quadros de uma relação urbana e global, nos leva a constatar que as pessoas do mar, estão eles mesmos, cada vez mais integrados a esta sociedade global. Ao mesmo tempo os gêneros de vida litorâneos e marítimos, com suas condições de quadro de vida e de possibilidades de lazer específicos, atraem diversos indivíduos que não são necessariamente procedentes das zonas costeiras, mas que desejam lá viver permanentemente.

⁴³ É importante esclarecer que na pesquisa consultada não há distinção clara entre turista e vilegiaturista, portanto estamos considerando que os dados coletados inferem tanto sobre a prática turística quanto de vilegiatura.

Uma das principais responsáveis por grande parte destes conflitos especialmente de ordem socioeconômicas e culturais existentes entre a população local e turista/vilegiaturista no Espírito Santo é a vilegiatura marítima, ocorrendo ao longo de todo o litoral capixaba, disseminadas principalmente pela presença das segundas residências.

Essas se colocam como “elementos materializados da constituição do urbano e redefinição de novos espaços” (PEREIRA, 2006, p.307), ou seja, são responsáveis pela caracterização do urbano onde se localiza, uma vez que, os veranistas estabelecem algum tipo de relação com o lugar na medida em que traça um padrão regular de idas às segundas residências (PEREIRA, 2006, p.3007). E, por assim ser irão reproduzir nestes espaços o “estilo de vida citadino, as práticas do seu cotidiano, introduzindo nas povoações costeiras um conjunto de estruturas (materiais e mentais) consideradas determinantes para o seu bem-estar” (FREITAS, 2007, p.112).

Assis (2006, p.289) diz que as segundas residências são “conhecidas, tradicionalmente, como uma habitação de lazer situada fora do entorno habitual dos seus usuários e ocupada, temporariamente, nos finais de semana, nos feriados e nas férias anuais”. Este mesmo autor diz que nos últimos anos tem ocorrido a expansão destes domicílios de uso ocasional⁴⁴ em função de alguns fatores como “o crescimento econômico, a generalização do consumo e o aumento das atividades turísticas e recreativas” (ASSIS, 2006, p.289).

Este quadro é evidenciado no Espírito Santo visto que nas últimas décadas teve taxas médias de crescimento anual do PIB maior que o do Brasil (Tabela 02). Conseqüentemente isso refletiu sobre número de domicílios de uso ocasional no estado que cresceu de forma acentuada, conforme a tabela 03, e em 2000 chega a aproximadamente 7% dos domicílios total do estado, superando assim os quase 5% do total dos domicílios ocasionais do Brasil (BRASIL, 2000). Quando se afunila esta análise para o total dos domicílios urbanos dos municípios litorâneos capixabas⁴⁵, percebe-se que este número chega a 10,3% (BRASIL, 2000)⁴⁶.

⁴⁴ Domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outros fins (BRASIL, 2000).

⁴⁵ Os municípios foram: Presidente Kennedy, Marataizes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari, Vila Velha, Vitória, Serra, Fundão, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra. Nesta análise excluímos o município de Cariacica, uma vez que o mesmo não apresenta praia oceânica e seu contato com o mar se faz pelo interior da Baía de Vitória.

⁴⁶ A opção escolhida de analisar somente os domicílios urbanos dos municípios do litoral do Espírito Santo de uso ocasional foi tomada, buscando uma melhor precisão destes dados, tendo em vista que as segundas residências de veraneio em sua maioria se localizam em áreas urbanizadas.

Tabela 02 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB real

Período	Brasil (%)	Espírito Santo (%)	ES/BR
1970-80	8,64	12,08	1,4
1980-90	1,59	3,34	2,1
1990-2003	2,32	3,51	1,5

Fonte: IPES, 2009.

Tabela 03 – Domicílios de uso ocasional no ES e sua evolução em décadas

Uso ocasional	Total	% aumento
1980	14.389	-
1991	37.815	163
2000	66.268	75

Fonte: Brasil 1980, 1991, 2000.

Estabelece-se então uma relação do crescimento das segundas residências atrelado, entre outros fatores, ao crescimento do PIB tanto brasileiro quanto capixaba, fato este que se reflete também no aumento da demanda turística no Espírito Santo, como pode ser verificado no gráfico 01 a seguir que mostra a evolução do fluxo de turistas no estado dos anos de 2003 a 2006, com um aumento de 26,75%, de acordo com a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

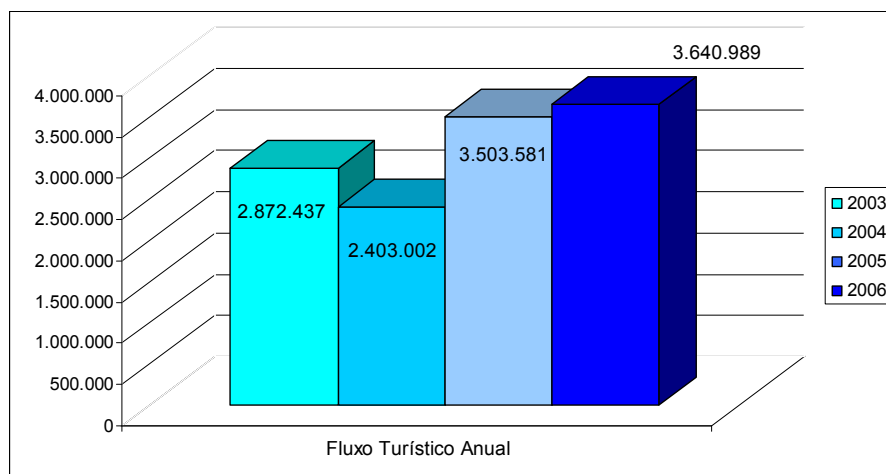


Gráfico 01 - Fluxo anual de turistas no Espírito Santo

Fonte: SETUR/CONTURES, 2007.

Este aumento na demanda turística em território capixaba influencia diretamente também o setor do turismo litorâneo que se encontra disseminado ao longo do seu litoral, sendo o turismo de sol e praia o principal segmento turístico do estado atualmente (Tabela 04).

Tabela 04 – Principais segmentos turísticos no ES

Ranking	Principais	Prioritários	Promissores
01	Sol e praia	Negócios e eventos	Negócios e eventos
02	Negócios e eventos	Sol e praia	Rural/agronegócios
03	Rural/agronegócios	Rural/agronegócio	Náutico
04	Cultural	Náutico	Aventura
05	-	Pesca	Cultural
06	-	Aventura	Ecoturismo
07	-	Ecoturismo	Sol e praia
08	-	Cultural	Saúde
09	-	-	Pesca
10	-	-	Esportes

Fonte: Espírito Santo, 2006.

Outros segmentos ligados ao litoral e ao mar, como o turismo náutico⁴⁷ e de pesca⁴⁸ também entram para o ranking dos segmentos turísticos de investimentos prioritários no estado, e se configuram também como segmentos promissores, juntamente com o turismo de esportes associados à praia. Isso se deve às “características apresentada pelos litorais do Espírito Santo e a disponibilização de infra-estrutura adequada, que têm chamado para o estado, principalmente para a Região Metropolitana, eventos ligados ao esporte e lazer, incluindo-se os esportes náuticos, o esporte de praia e outras modalidades” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.35).

Destaca-se na pesca do Marlim Azul ao longo de sua costa, nos mergulhos submarinos, nos esportes à vela tanto individuais quanto coletivos, no remo, surf, natação, no vôlei e futebol de praia, e tantos outros. Em nível nacional destaca-se na realização de competições náuticas como a regata Eldorado Brasilis cuja rota é Vitória – Trindade⁴⁹ – Vitória. Porém, atualmente, as práticas esportivas náuticas se concentram principalmente nas cidades da região metropolitana, tendo em vista a presença de infra-estruturas adequadas, de marina, manutenção entre outras, e possui bem pouco rebatimento nos outros litorais do estado. São consideradas do mesmo modo, práticas restritas às classes mais abastadas em função do alto custo de aquisição e manutenção dos equipamentos.

No entanto, mesmo com todas essas demandas direcionadas aos espaços litorâneos e marítimos, a tabela 04 demonstra que a prioridade de investimentos se encontra

⁴⁷ O Plano estadual de desenvolvimento do Turismo até 2025 tem como principal objetivo neste segmento a criação de marinas e estrutura para recepção de cruzeiros marítimos (ESPÍRITO SANTO, 2006).

⁴⁸ “As costas de águas profundas propiciam oportunidades ligadas à pesca esportiva” (ESPÍRITO SANTO, 2006).

⁴⁹ Ilha oceânica localizada a aproximadamente 1.110 km de Vitória.

no segmento do turismo de negócios e eventos, ficando assim o de sol e praia em segundo lugar quando o assunto é desenvolvimento dos segmentos turísticos. Isso é fruto das transformações pelas quais passa a economia do estado, principalmente em função de grandes investimentos industriais em perspectiva, como no ramo de petróleo e gás natural, metalmeccânico e comércio exterior entre outros (ESPÍRITO SANTO, 2006), que tem motivado um fluxo de empresários e funcionários de empresas, de maior poder aquisitivo, a se deslocarem para o Espírito Santo, em reuniões, eventos e negócios.

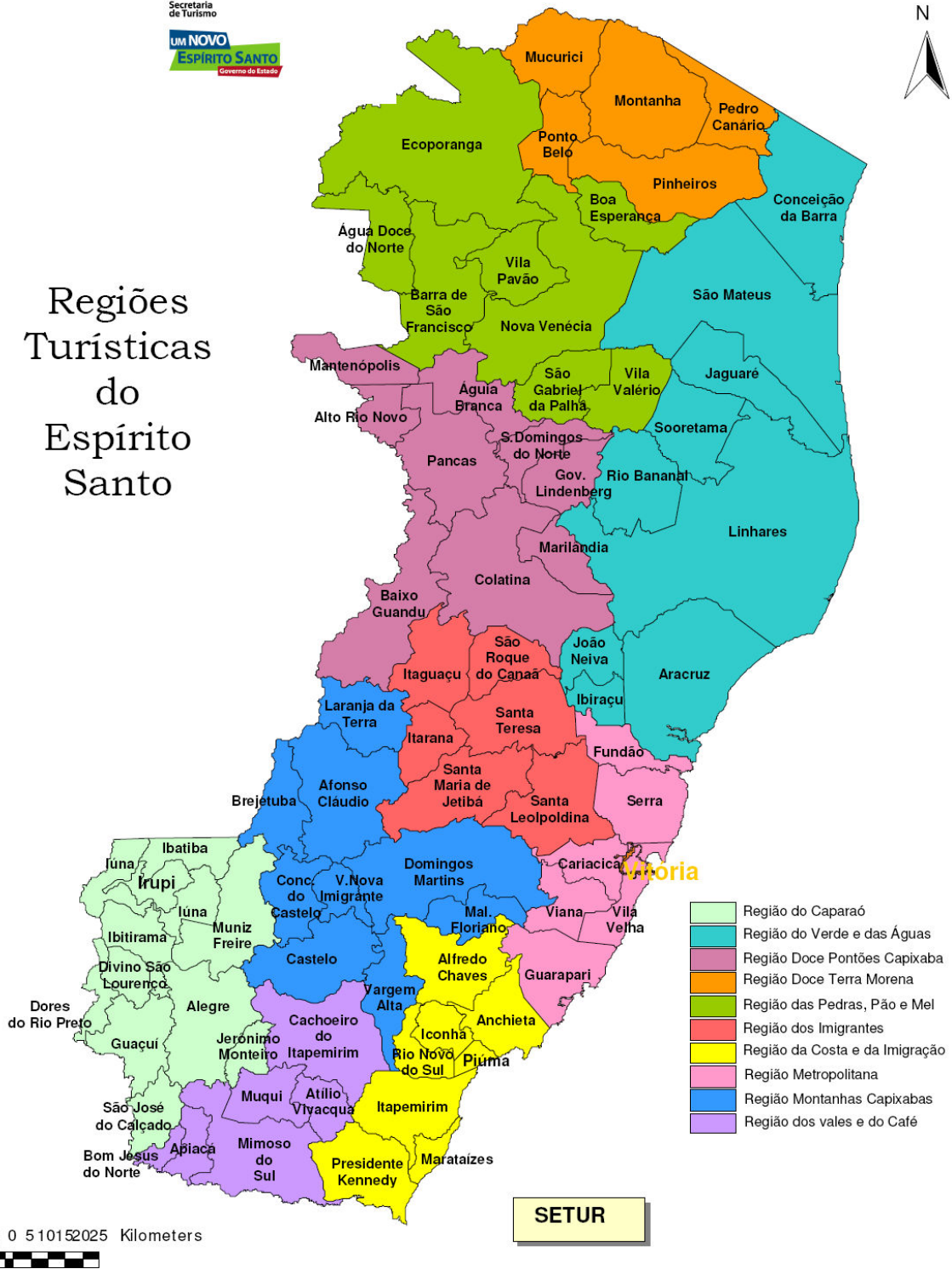
Tendo em vista o aumento no fluxo de turistas, associado ao aumento do PIB, e motivado pelos grandes investimentos previstos para o estado, o governo estadual o dividiu em 10 regiões turísticas, conforme Mapa 02, com a função de ser um instrumento importante para a orientação das ações, geração de parcerias e viabilização de projetos na atividade turística capixaba.

Destas 10 regiões, 3 possuem alguma associação ao turismo litorâneo e/ou marítimo, e englobam em sua totalidade todos os municípios da costa capixaba, pertencentes às seguintes regiões⁵⁰: **Região da Costa e Imigração** (*Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Rio Novo do Sul, Iconha, Alfredo Chaves*), **Região Metropolitana** (*Guarapari, Vila Velha, Cariacica, Vitória, Serra, Fundão e Viana*) e **Região do Verde e das Águas** (*Linhares, Aracruz, São Mateus, Conceição da Barra, Ibirapu, João Neiva, Rio Bananal, Sooretama e Jaguaré*).

⁵⁰ Os municípios destacados em itálico se referem aos situados no litoral incluindo Cariacica, que faz contato com o interior da Baía de Vitória.



Regiões Turísticas do Espírito Santo



Mapa 02 - Regiões turísticas do Espírito Santo

Além dessas regiões o governo estadual, por meio da SETUR, organizou os principais destinos turísticos, além de criar novos destinos em potencial, e designou oito Rotas Turísticas para o estado. Com isso, estas rotas se transformam em produtos visando sua comercialização de forma organizada principalmente no mercado nacional. Cinco delas abarcam pelo menos um município litorâneo, como as seguintes rotas:

- **Rota do Sol e da Moqueca:** Vitória, Serra, Guarapari, Vila Velha e Anchieta;
- **Rota do Mar e das Montanhas:** Vitória, Viana, Marechal Floriano, Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante;
- **Rota do Verde e das Águas:** Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra;
- **Rota da Costa e da Imigração:** Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma, Marataízes e Presidente Kennedy;
- **Rota do Mármore e Granito:** conta com 22 municípios, dentre eles encontram os municípios litoraneos de Vitória, Linhares e Serra.⁵¹

Toda esta organização é para atender a demanda cada dia maior pelos atrativos turísticos do Espírito Santo, que inclui principalmente os espaços litorâneos, visto que, “historicamente, no estado, predominou um perfil de turista ligado preponderantemente às praias, com forte concentração no período de verão e pouco diversificado em termos de origem” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.26).

A maioria do fluxo turístico, segundo dados da SETUR, se difere em relação à época do ano considerada: baixa, média e a alta temporada culminando no verão. E também quanto a área receptora, ou seja, se diferencia entre a Região Metropolitana e os demais municípios do interior do estado. Conforme podemos verificar na tabela 05, durante a alta temporada os municípios da Grande Vitória receberam mais turistas do estado de Minas Gerais 32,11%, enquanto que os do interior, na mesma época, eram procurados, em sua maioria, por pessoas vindas de dentro do próprio estado 58,94%, de acordo a tabela 06 (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.28 e 29).

⁵¹ Disponível em < <http://www.turismo.es.gov.br/default.asp>>. Acessado em: 08/05/2009.

Tabela 05 – Fluxo de turistas da Região Metropolitana por estado de origem (2005).

Opções	Baixa temporada	Média temporada	Alta temporada
Bahia	4,82	2,57	1,83
Distrito Federal	1,98	0,57	1,22
Espírito Santo	38,81	11,71	22,63
Minas Gerais	21,81	46,57	32,11
Rio de Janeiro	15,58	33,43	22,02
São Paulo	-	2,86	9,17
Outros	17,00	2,29	11,02
TOTAL	100	100	100

Fonte: Futura

Tabela 06 – Fluxo de turistas no interior do ES por estado de origem (2005).

Opções	Baixa temporada	Média temporada	Alta temporada
Bahia	2,04	2,13	1,19
Distrito Federal	1,19	1,64	1,02
Espírito Santo	58,84	44,54	58,94
Minas Gerais	24,66	31,30	24,70
Rio de Janeiro	9,35	10,53	9,37
São Paulo	-	-	2,04
Outros	3,91	3,78	2,72
TOTAL	100	100	100

Fonte: Futura

Todo o quadro histórico de desenvolvimento socioeconômico e ocupação litorânea do estado, em associação com as novas práticas e transformações de ordem sócio-econômica, tecnológica, política e cultural provocou uma intensa valorização e uso dos espaços litorâneos e marítimos do Espírito Santo.

Além do processo histórico condicionante da ocupação litorânea do Espírito Santo que influenciaram a valorização e o uso intensivo dos espaços litorâneos no estado, algumas variáveis socioeconômicas e práticas culturais também podem ser consideradas importantes para corroborar essas dinâmicas na atualidade. Podemos citar os números apresentados pelos PIBs⁵² destes municípios bem como a concentração espacial de suas populações.

De acordo com o ranking do PIB produzido pelos 78 municípios capixabas e sua variação entre os anos de 2002 a 2006, pode-se verificar a importância que os municípios litorâneos apresentam na atividade econômica do estado, agregando valor a estes espaços. Os três maiores PIBs estaduais são de, Vitória, Serra e Vila Velha, não variando de posição

⁵² Produto Interno Bruto - representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto. Acessado em: 24/06/09.

durante o período analisado. Além destes, mais outros 07 municípios litorâneos se apresentam variando entre as vinte primeiras posições do ranking estadual (Aracruz, Linhares, Anchieta, São Mateus, Guarapari, Conceição da Barra e Itapemirim), conforme tabela 07.

Tabela 07 - PIB municipal - posição dos municípios litorâneos no ranking estadual - 2002-2006

Nome do município	2002	2003	2004	2005	2006
Vitória	01	01	01	01	01
Serra	02	02	02	02	02
Vila Velha	03	03	03	03	03
Aracruz	05	04	05	05	04
Linhares	07	07	07	07	07
Anchieta	09	09	09	08	08
São Mateus	10	11	10	10	10
Guarapari	11	12	11	12	11
Conceição da Barra	13	15	13	13	14
Itapemirim	17	17	17	15	19
Presidente Kennedy	40	13	22	19	25
Marataízes	27	28	30	28	34
Fundão	44	44	40	39	21
Piúma	50	50	51	51	52

Fonte: IJSN - Coordenação de Economia e Desenvolvimento/Núcleo de Contas Regionais

Já a análise da distribuição e concentração espacial da população do Espírito Santo mostra sua concentração elevada no litoral. Pode-se constatar isso somando as populações de todos os municípios capixabas que fazem contato com o mar, incluindo Cariacica⁵³, e verificar que eles concentram aproximadamente 60 % da população total do estado, ou seja, são 1.780.993 pessoas habitando os 15 municípios litorâneos capixaba, conforme tabela 08.

⁵³ Este município se localiza no interior da Baía de Vitória não é possuidor de praia oceânica, todavia mantém contato com o mar.

Tabela 08 – Distribuição da população do E.S. entre os municípios litorâneos

População (2000)	Total	%
Espírito Santo	3.094.390	100
Municípios Litorâneos	1.780.993	57,5*
Municípios Litorâneos da Grande Vitória	1.385.390	77,8**

Fonte: IBGE (BRASIL, 2000)

*Sobre o valor total da população do ES;

** Sobre o valor total da população dos municípios litorâneos do ES.

Destarte, a produção econômica e a distribuição populacional se dão de forma desigual no estado, visto que elas se concentram, em sua maioria, na Região Metropolitana de Vitória (Foto 01), comportando os três municípios com os maiores PIBs e quase 80% do valor total da população litorânea capixaba. Portanto, é nessa região que as práticas marítimas modernas e tradicionais estão intensamente concentradas.



Foto 01: Vista aérea parcial da Região Metropolitana de Vitória (Ao centro da foto a cidade de Vitória, e ao fundo a de Vila Velha e Cariacica).

Fonte: Gilberto Barros, 2009.

Moraes (2007, p.40), ao analisar alguns processos de concentração no que diz respeito “fundamentalmente à ocupação dos entornos das grandes cidades litorâneas brasileiras, alargando esses territórios citadinos através da urbanização de suas periferias e adjacências” diz que a ocorrência deste processo na Grande Vitória deve-se ao fato de que alguns de seus municípios sediam complexos portuários (Foto 02) e essa função é cada vez mais intensificada na região, valorizando assim as vantagens locacionais desta área.



Foto 02 – Baía de Vitória em perspectiva.
Fonte: David Protti⁵⁴

E segundo este mesmo autor (MORAES, 2007, p.31/32), alguns processos possuem grande importância no movimento expansivo que ocorre na zona costeira na atualidade, apresentando como maiores vetores a urbanização, a industrialização e a exploração turística, e “o rastreamento de tais processos, com a captação de sua lógica de instalação e de seu ritmo, permite iluminar algo do comportamento futuro da dinâmica de ocupação costeira (MORAES, 2007, p31/32)”.

Sendo assim, e analisando o documento produzido pelo governo do estado, com os investimentos previstos para o Espírito Santo entre 2007-2012, tendo como critério os dados setoriais pela Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), pode-se concluir que a concentração populacional e de atividades nos municípios litorâneos do estado, principalmente os que abrigam os grandes complexos industriais e portuários, tende a se acentuar futuramente. Neste documento está previsto que 50,4% do total desses investimentos serão agrupados em atividades localizadas principalmente nos espaços litorâneos e marítimos capixabas. De acordo com o documento:

[...]18,3% do montante a ser investido está concentrado na metalurgia básica, que corresponde a instalação, ampliação e modernização da indústria siderúrgica capixaba. A extração de petróleo e serviços relacionados participa com 16,7% das intenções de investimentos, sendo concentrados na perfuração e extração e no transporte de petróleo e gás natural, além das atividades de infra-estrutura e suprimento. Na extração de minerais metálicos⁵⁵ (15,4%), os investimentos referem-se à modernização e à ampliação da capacidade instalada e são voltados para a pelotização do minério de ferro, fabricação de coque e transporte do minério (Espírito Santo, 2008, p.14).

⁵⁴ Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/hot-sites/bienaldomar/videos.html>. Acessado em: 09/09/2009.

⁵⁵ O Espírito Santo não possui jazidas minerais, entretanto concentra indústrias de transformação e beneficiamento do mesmo como as atividades de pelotização (produção do minério de ferro aglomerado), sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro que entram na CNAE como Extração de Minérios de Ferro com o código 13.10-2/02.

Assim sendo, frente a estas perspectivas de ampliação futura em função da dinâmica econômica prevista para o estado, pautada principalmente na atividade industrial e na prospecção de petróleo e gás natural, e a este breve diagnóstico das principais práticas marítimas tanto tradicionais quanto modernas realizadas no litoral capixaba, pode-se dizer que a tendência é uma valorização econômica e cultural cada vez maior dos espaços litorâneos e marítimos do Espírito Santo, e conseqüentemente, a intensificação da maritimidade estadual.

E, é neste cenário de grande valorização do litoral capixaba e considerada intensificação da maritimidade estadual que se encontra inserido o município de Presidente Kennedy, sendo analisado no próximo capítulo.

3. PRESIDENTE KENNEDY E SUA RELAÇÃO COM O LITORAL E O MAR

3.1 Inserção de Presidente Kennedy no contexto socioeconômico estadual

Localizado na região sul do Espírito Santo, e inserido na microrregião do Pólo Cachoeiro⁵⁶ está Presidente Kennedy. À exceção deste que se localiza no litoral, a microrregião é composta exclusivamente por municípios interioranos continentais, ou seja, que não se localizam no litoral, conforme se verifica no mapa 03.

Sua participação neste Pólo levou em consideração as vocações produtivas dos espaços micro-regionais combinada com a rede urbana⁵⁷ da região. Assim sendo, Presidente Kennedy possui características que se assemelham mais com os seus vizinhos interioranos do que com os litorâneos da região sul do estado pertencentes à microrregião MetrÓpole Expandida Sul.

A primeira microrregião, hierarquizada pela cidade de Cachoeiro de Itapemirim, apesar de ter a atividade industrial mais desenvolvida da região sul, com a presença do maior pólo de exploração de mármore e granito do estado⁵⁸, e também grande dinâmica comercial e de prestação de serviços devido à sua integração com Vitória e com o estado do Rio de Janeiro, tem na atividade agropecuarista sua principal fonte de sustentação econômica, especialmente, com a cafeicultura (com produção de café dos tipos arábica e conilon) e a pecuária leiteira⁵⁹.

Já a microrregião MetrÓpole Expandida Sul com sua hierarquia urbana centralizada principalmente a partir das cidades da Grande Vitória, possui como principal atividade geradora de emprego e renda o turismo litorâneo, com destaque também para as atividades agropecuárias, especialmente a pecuária, cafeicultura, cana-de-açúcar e fruticultura, a pesca artesanal e a indústria de beneficiamento de minério de ferro (SAMARCO Mineradora).

⁵⁶ Composta pelos municípios de Presidente Kennedy, Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivácqua, Mimoso do Sul, Apiaçá, Bom Jesus do Norte, Muqui, Jerônimo Monteiro, Castelo, Vargem Alta e Rio Novo do Sul.

⁵⁷ De acordo com o Parágrafo II, do Artigo 4º, da Lei Estadual Nº 5.120, de 30/11/95.

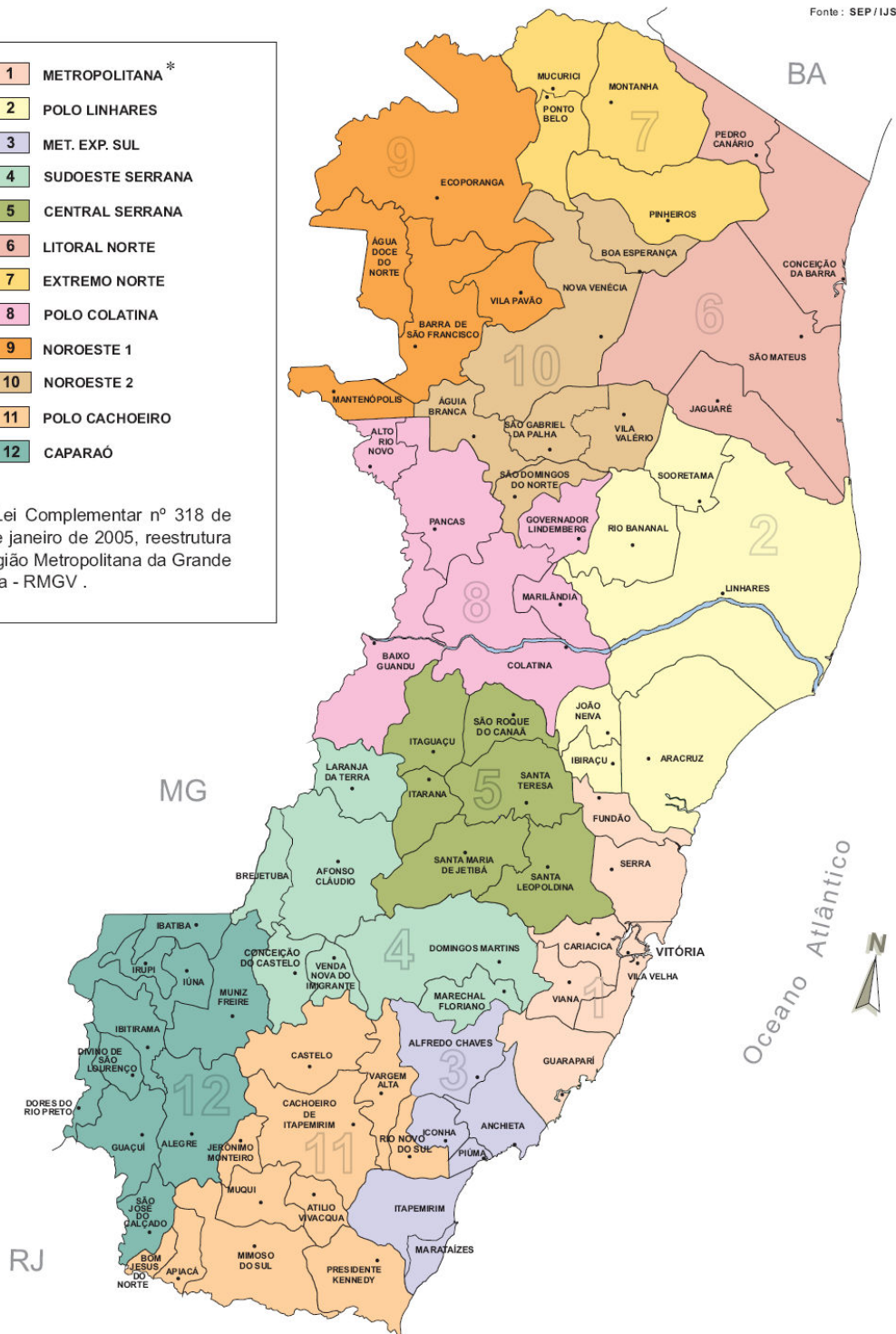
⁵⁸ Concentrada basicamente no município de Cachoeiro de Itapemirim. O mármore e granito são um dos produtos capixabas com o maior valor exportado.

⁵⁹ Disponível em http://www.ijsn.es.gov.br/follow.asp?urlframe=perfil/select_topic.asp&cls=2&obj=11. Acessado em 05/05/09.

Divisão Regional do Espírito Santo

Microrregiões de Planejamento

Lei 5.120 de 30/11/95 (DOE 01/12/95) alterada pelas leis:
 Lei nº 5.469 de 22/09/97(DOE 23/09/97), Lei 5.849 de 17/05/99 (DOE 18/05/99)
 e Lei nº 7.721 (DOE 14/01/04).



Mapa 03 – Divisão regional do Espírito Santo

Assim em conformidade com a maioria dos outros municípios que compõem o Pólo Cachoeiro, Presidente Kennedy possuía, à época do Censo 2000, sua principal fonte econômica pautada na agropecuária, especialmente a criação de gado, e o cultivo de frutas como a banana, o maracujá, abacaxi, cana-de-açúcar e também da mandioca. Tais atividades reuniam mais de 50% da população ocupada do município em 2000, de acordo com a tabela 09, ou seja, 1.790 pessoas (Tabela 10).

Tabela 09 – Distribuição setorial da população ocupada

Atividades agrupadas	%
Atividades agropecuárias	53,9
Atividades de prestação de serviços	27,9
Atividades industriais	9,3
Comércio e reparação	8,6
Atividades mal especificadas	0,3
Total	100,0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000.

Elaboração: IJSN

Tabela 10 - População ocupada, segundo atividades 2000.

Atividade Seção CNAE	População ocupada
A agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1.790
Atividades mal especificadas	10
B pesca	106
C indústrias extrativas	05
D indústrias de transformação	205
E produção e distribuição de eletricidade, gás e água	22
F construção	94
G comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	304
H alojamento e alimentação	97
I transporte, armazenagem e comunicações	80
J intermediação financeira	17
K atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	70
L administração pública, defesa e seguridade social	336
M educação	133
N saúde e serviços sociais	08
O outros serviços coletivos, sociais e pessoais	56
P serviços domésticos	185
Total	3.518

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000.

Conseqüentemente, as formas como o município e sua população se apropriam do seu território para reproduzir suas práticas cotidianas refletem no uso e na ocupação predominantemente rural dado a ele, principalmente com pastagem e áreas agrícolas, conforme se verifica no mapa 04. E, como dito anteriormente, a maioria de sua população residi na área rural do município e o restante se concentra em grande parte na sede municipal, distante cerca de 30 km do litoral.

Apesar de estar inserido no Espírito Santo, estado fundamentalmente marítimo, Presidente Kennedy possui a organização do seu território diferenciada desse padrão estadual e da maioria dos outros municípios litorâneos da região sul que apresentam uma relação bem estreita com o litoral e o mar. Portanto, seu território se organizou por diversos fatores praticamente de costas para o mar, até este início de século XXI.

Porém, para entender esse comportamento teoricamente atípico apresentado pelo município é necessário realizar uma análise diacrônica referente ao seu histórico de formação e ocupação territorial, para compreender melhor os motivos pelos quais isso aconteceu.

Assim é possível abarcar como se estruturou a dinâmica da relação existente entre sua população e o próprio município com o seu espaço litorâneo e marítimo desde os primórdios de sua ocupação, a partir do século XVII, que condicionou a atual forma dessa relação no presente, caracterizando assim o atual quadro da maritimidade apresentada por Presidente Kennedy.

INSERIR MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

3.2 Histórico da ocupação territorial do município de Presidente Kennedy e sua consequência para maritimidade por ele apresentada

Por meio de uma abordagem histórica dedicada à análise dos processos sociais de formação do território de Presidente Kennedy, ou seja, de sua história territorial, busquei oferecer uma contribuição geográfica ao conhecimento da sua formação territorial-social. Nesta abordagem o território é “antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço” (MORAES, 2000, p.21), onde:

Todo território tem uma história que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo. [...] Um objeto de análise histórica retrospectiva, uma vez que busca uma gênese dos conjuntos espaciais contemporâneos, que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração (MORAES, 2000, p.21).

Partiu-se da análise espaço-temporal dos processos socioeconômicos, culturais e políticos que engendraram a formação do seu território e de sua apreciação diacrônica visando interrogar o passado para compreender melhor o presente; questionar o presente e o futuro a partir do passado. Conforme Boudou (2007) “existe um elo entre o passado e o presente. O passado é uma fundamental estruturante (e, até, explicativa) das situações atuais. Não há como desvincular passado e presente; mas não se pode fazê-lo sob o jogo dos valores e pensamentos atuais”.

Portanto, acompanhamos a evolução dos processos socioeconômicos sincopados, mas, nunca ininterruptos, ocorridos no território kennedense bem como a dinâmica dos significados dos espaços litorâneo e marítimo de Presidente Kennedy, para sua população, em termos de uso e ocupação de tais espaços num determinado tempo.

Assim, a formação do território de Presidente Kennedy remonta ao período pré-cabralino, em que suas terras eram habitadas por índios da etnia Puris e Botocudos que ocupavam toda a faixa litorânea capixaba e desenvolviam práticas marítimas tradicionais de navegação além de serem hábeis pescadores. Posteriormente, em meados do século XVII, conta com a presença marcante dos padres jesuítas em suas terras até o século XVIII.

O período jesuíta da Companhia de Jesus em Presidente Kennedy se caracterizou na constituição da fazenda Muribeca, cuja sede esteve fixada em sua área litorânea, conforme a figura 05, cujos marcos deste período se conservam até hoje pela presença da Igreja das

Neves e da casa sede da fazenda. Instituída em meados do século XVII obteve prosperidade até fins do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas do Brasil pela coroa portuguesa.

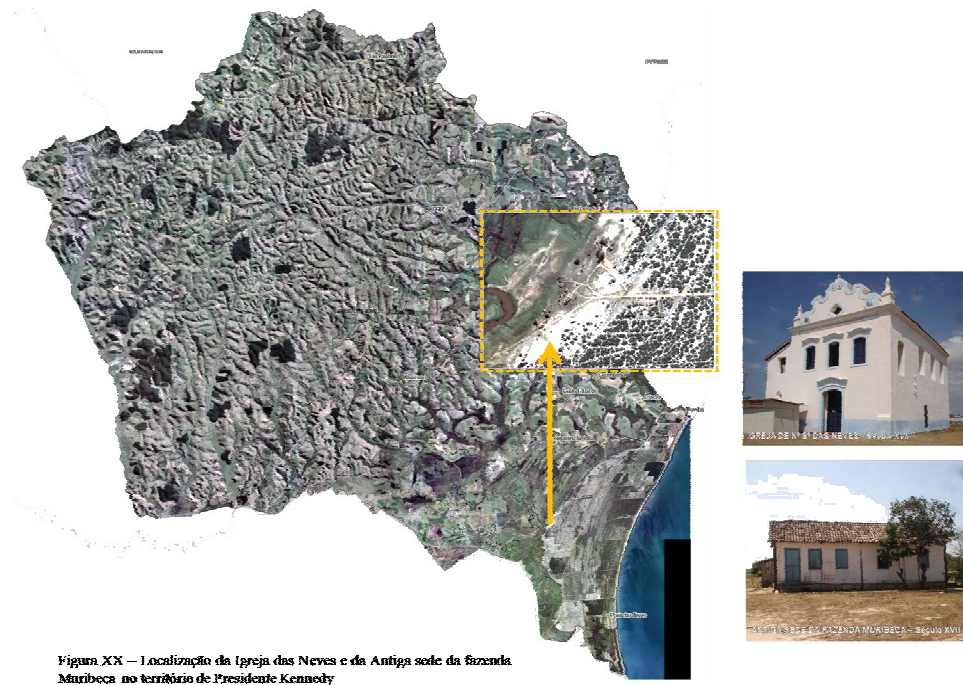


Figura XX – Localização da Igreja das Neves e da Antiga sede da fazenda Muribeca no território de Presidente Kennedy

Figura 05 – Localização da Igreja das Neves e da antiga sede da fazenda Muribeca em P.k.

Localizava-se na região sul da Capitania do Espírito Santo, de acordo com a figura 06, e foi considerada uma das maiores fazendas jesuíta no Brasil em sua época (Figura 07), conforme relata Leite (2000):

A Fazenda de Muribeca constituiu-se principalmente com terras doadas [...] em 1702, estas entre os rios caudalosos, Muriaé, Paraíba e Itabapoana. Estendia-se pela costa desde o Rio Guaxindiba, no atual Estado do Rio de Janeiro, até a última barreira do Siri, perto da foz do rio Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. A estas nove léguas e meia de testada, pela costa, correspondiam oito léguas e meia de interior pelo sertão.

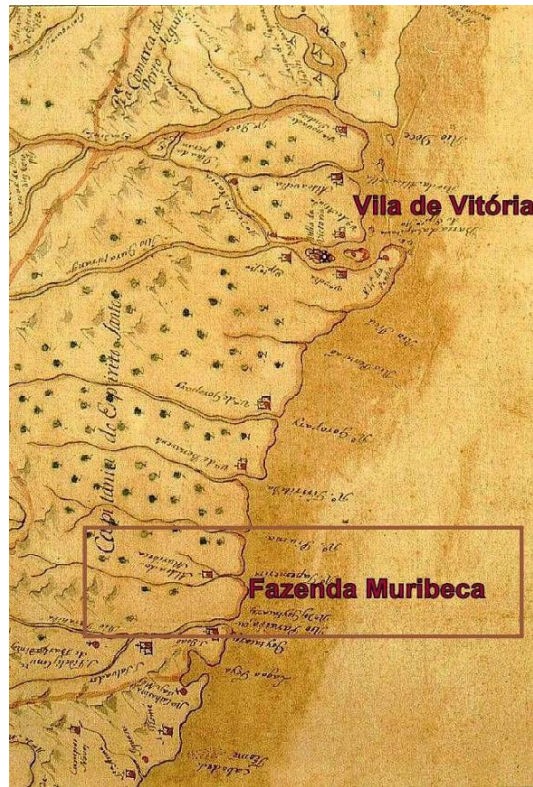


Figura 06: Mapa da Capitania do Espírito Santo, 1807.
 Fonte: Arquivo Histórico do Exército



Figura 07: Sobreposição da área da Fazenda Muribeca no atual território de Pres. Kennedy
 Fonte: Plano Diretor Municipal de Presidente Kennedy – Núcleo Cidades, FCAA.

Em suas terras eram cultivados bens para abastecer a Casa Reitoral de Vitória, funcionando basicamente com mão-de-obra indígena e escrava. Em 1694 dispunha “[...] de grande Casa e Igreja, e havia nos seus campos, 1.639 cabeças de gado. Produzia carne para alimento do Colégio de Vitória e dela se tiravam os bois de carro necessários para o serviço. No rio fez-se espaço pesqueiro, cujo peixe se levava ao colégio” (LEITE, 2000). Especializou-se então na criação de gado e na pesca. Os jesuítas instalaram ainda oficinas, enfermaria, horto, pomar, criadouro de peixe, casa de farinha e usina de açúcar.

Segundo estas referências a atividade da pesca era desenvolvida no rio, e não foram encontrados relatos históricos do desenvolvimento dessa prática no mar. Entretanto, é possível concluir que as mesmas eram realizadas, mesmo que em menor intensidade, tendo em vista que a fazenda também era constituída por índios que habitavam tradicionalmente o litoral capixaba e tinham práticas culturais estreitas com o mar.

Essa menor intensidade em Presidente Kennedy, quando comparada às das outras praias capixabas, pode ser atribuída à conformação física de seu litoral, sendo composto por praias abertas que não oferecem uma proteção natural à costa, além de ter o rio localizado próximo da fazenda que fornecia o pescado e outros recursos encontrados no mangue em sua foz.

De acordo com dados encontrados, os jesuítas também se utilizavam do mar como forma de deslocamentos entre as outras fazendas e aldeias distribuídas pela capitania do Espírito Santo, para a realização das atividades da Companhia⁶⁰ bem como para a troca de víveres entre as mesmas fazendas, conforme relata Leite (2000, p.138) sobre esses deslocamentos: “[...] por mar com perigos e naufrágios, e por terra com fome e canseiras”.

Portanto, podemos dizer que durante o período jesuítico da fazenda Muribeca, a população local estabelecia, de forma pouco expressiva, práticas marítimas tradicionais de pesca, extração de recursos marinhos e utilizavam o mar como meio de deslocamento. Contudo não se destacaram enquanto uma população marítima, com uma maritimidade marcante, em conformidade com a apresentada pela Capitania do Espírito Santo na época, apesar de se localizar no litoral.

Alguns fatores podem ter contribuído para isso como os atributos físicos naturais de seu litoral aberto, se colocando como dificultadores da realização destas práticas, e o fato

⁶⁰ No exercício dos ministérios próprios da Companhia os padres se revezavam nas aldeias e fazendas, realizavam trabalhos espirituais e de solidariedade a diversas famílias e comunidades.

de que o principal objetivo da fazenda era fornecer alimentos, principalmente a carne bovina, à casa Reitoral de Vitória, com a atividade pecuária sendo realizada predominantemente em toda fazenda.

A fazenda Muribeca foi perdendo aos poucos sua importância devido aos constantes alagamentos de suas terras, dificultando assim a agricultura, a distância em relação a Vitória, em que outras fazendas mais próximas foram adquirindo importância. Com expulsão dos jesuítas da colônia portuguesa em 1759, essa foi “arrendada em 1777 e arrematada” (LEITE, 2000, p.154).

Da antiga fazenda restaram pequenos núcleos de moradia no litoral, formados em grande parte por remanescentes de escravos, que fixaram residência e permaneceram no local sobrevivendo principalmente da pequena agricultura. Segundo relato feito pelo viajante Maximiliano de Wied-Neuwied, em viagem ao Brasil entre os anos de 1815 e 1817, quando de passagem por Muribeca no final de 1815:

[...] Existem aí, ainda, trezentos escravos negros, entre os quais, porém, não há mais de cinquenta capazes [...]. O trabalho é bastante árduo para os escravos; consiste principalmente em derrubar as matas. Plantam-se mandioca, milho, algodão e um pouco de café [...] (MAXIMILIANO, 1989, p. 126).

Por este relato é possível verificar que a pecuária perdeu sua importância e a utilização do termo ‘*ainda*’ por este viajante dá certa idéia de decadência deste núcleo, e de uma falta de renovação da população com a utilização da citação ‘*não há mais de cinquenta capazes*’. Estes núcleos pouco se desenvolveram após a retirada dos jesuítas e sobreviveram *praticamente* como sociedades autóctones com uma agricultura de subsistência sem muito contato com o resto do Espírito Santo.

Segundo relatos da senhora Dadir Fricks, uma antiga moradora de Presidente Kennedy, eles estavam mais ligados ao norte do Rio de Janeiro do que com o resto do Espírito Santo. Isto seria comprovado nas certidões de nascimentos e casamentos de antigos moradores que foram registradas nos cartórios fluminenses.

Já nas primeiras décadas do século XX, a região passou a ser conhecida como Vila de Batalha, devido ao sobrenome de uma família antiga da região. Segundo relata o livro “De Muribeca à Presidente Kennedy” (2007), “Batalha conheceu uma grande mudança com a

chegada de duas serrarias, que foram um atrativo impressionante de mão-de-obra e definidoras da paisagem da região”.

Essas serrarias foram atraídas até a região devido à enorme quantidade de madeira que lá existiam. A firma Vivácqua Viera S/A comprou todo o terreno e fundou uma serraria na área que viria a ser a sede atual do município. O livro relata ainda que “a fazenda possuiu uma enorme quantidade de terras na região, que evidenciam a importância econômica e também a mudança geográfica que acarretou na região, com a destruição das matas, virando cafezais e, principalmente, pastagens para a pecuária”.

A partir da instalação das serrarias no então Distrito de Batalha houve na região um enorme progresso advindo com a implantação da mesma. Aumentou o número da população, a quantidade e qualidade de infra-estruturas, e o fluxo econômico também. Ocorreu a mudança geográfica definitiva do eixo socioeconômico do município: das terras próximas ao litoral para o atual sítio da sede, no interior do continente, além de propiciar a formação de novos núcleos populacionais em seu interior.

A sede tornou-se a área com maior concentração de infra-estruturas e de população, apesar do padrão rural ainda ser o predominante e a maioria da população estar distribuída em comunidades espalhadas pelo interior do município. Nas terras próximas do litoral, onde se localizava a antiga sede da fazenda Muribeca, permaneceram algumas comunidades principalmente remanescentes de quilombolas em pequenas propriedades.

Após a escassez da matéria-prima, a atividade madeireira entra em declínio e grande parte das pessoas que trabalhavam nela evadiu-se junto com a retirada das madeiras. Aos poucos, após essa retirada, a Vila de Batalha se organiza, constrói uma nova forma de vida e desenvolve o desejo de uma maior autonomia do então município de Itapemirim.

Dá-se então o processo de emancipação política de Vila de Batalha obtida em 1963, e em função da morte do presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy, a Assembléia Legislativa do Espírito Santo altera o nome de Vila de Batalha para Presidente Kennedy em uma homenagem ao mesmo.

Desde então, a principal fonte da economia local é a agropecuária. Isso dura até o início do século XXI, em que a principal forma de arrecadação municipal é modificada e ampliada, em função recebimento dos royalties proveniente da atividade petrolífera desenvolvida em seu território marinho.

Verifica-se, portanto, que os diversos fatores socioeconômicos, técnicos e culturais desenvolvidos desde a fazenda Muribeca no século XVII, e a própria Vila de Batalha não estabeleceram aspectos que pudessem caracterizar a presença de uma forte maritimidade local, apesar de desenvolverem algumas práticas com o mar.

3.3 Presidente Kennedy e sua relação atual com o litoral e o mar

Conforme verificado acima, o município deve sua atual relação com o mar em grande parte ao seu processo de ocupação territorial, assim sendo, ele condicionou uma maritimidade não tão intensa em sua realidade, mesmo se localizando no litoral.

Assim este se manteve com características naturais bastante preservadas, como o manguezal na foz do rio Itabapoana, remanescentes de mata atlântica, e ampla extensão da faixa de restinga. Todavia, em grande parte, esta foi retirada para a realização dos grandes projetos de loteamentos na área a partir da década de 1970, quando o município se insere nas práticas marítimas modernas.

Após o ano 2000, diversas perspectivas de uso e ocupação do seu litoral foram pensadas e articuladas. Ele passa a ser visto com outros olhos especialmente em função da descoberta de petróleo e gás natural nas águas territoriais marinha de Presidente Kennedy, sendo-lhe atribuído o caráter de área industrial segundo legislação estadual.

Portanto, para melhor compreender as principais dinâmicas que ocorrem neste litoral dividi a análise da sua maritimidade a partir das práticas marítimas tradicionais e modernas realizadas no município, suas implicações sobre o a ordem espacial em seu litoral. Posteriormente, refleti sobre possíveis cenários acerca dos principais planos previstos para tal área, principalmente após a descoberta de petróleo e gás natural.

3.4 Caracterização e análise das principais práticas marítimas

Ao analisar as principais práticas marítimas realizadas no município de Presidente Kennedy atualmente podemos dizer que elas se manifestam: em sua forma tradicional ou clássica, com as atividades da pesca e da mariscagem, na praia de Marobá; e em sua forma moderna principalmente com a vilegiatura marítima, o turismo litorâneo, as práticas

esportivas de areia e praia, e atividades de lazer e ócio reproduzidas nos espaços litorâneos tanto na praia de Marobá, quanto na das Neves.

Entretanto, essas práticas apresentam características bem excêntricas e complexas que serão aqui analisadas em suas principais dinâmicas e formas de manifestação em Presidente Kennedy.

3.4.1 As práticas marítimas tradicionais ou clássicas em Presidente Kennedy

As práticas marítimas tradicionais ou clássicas são realizadas, maiormente na praia de Marobá (Foto 03). É a praia mais habitada do município⁶¹ e onde as práticas marítimas tradicionais da pesca e mariscagem se encontram disseminadas.



Foto 03 – Vista aérea da sede da Praia de Marobá (2004).

Grande parte da população de Marobá se ocupa na pequena agricultura de subsistência, mantendo praticamente o mesmo padrão de ocupação da população total do

⁶¹ A população total dessa comunidade não aparece especificada na contagem da população de Presidente Kennedy nos censos realizados pelo IBGE e a PMPK não possui uma contagem oficial para a mesma. Portanto, na tentativa de dar uma dimensão da população deste distrito, utilizou-se os dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ES sobre a eleição de 2008, em que a Praia de Marobá aparece com 485 eleitores cadastrados. Entretanto, registra-se aqui que a utilização desse dado foi apenas uma ilustração uma vez que o critério de zona eleitoral, às vezes ultrapassa os limites espaciais da área podendo abarcar outros distritos. Optou-se por utilizá-lo aqui visto que, os distritos localizados nas proximidades da praia de Marobá cujo número populacional é significativo para o município possuem seções eleitorais e, portanto, mesmo que haja outros distritos incluídos na zona eleitoral de Marobá serão poucos significativos no total de eleitores.

município (Tabela 09, p.66), entretanto, outra parte se relaciona com o mar nas atividades de pesca e de mariscagem.

De acordo com o Censo de 2000 o município apresentava 106 pessoas ocupadas com a pesca, conforme tabela 10 p.66, e isso representava pouco mais de 1% da sua população ocupada nesse setor à época. No ano de 2005, a Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG) em parceria com a Fundação Promar realizou o Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Espírito Santo, e computaram apenas 69 pescadores marítimos em Presidente Kennedy.

Já no ano de 2006 em outra pesquisa realizada pela Fundação Promar e pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, dessa vez encomendada pela Petrobrás, intitulada de Diagnóstico da Pesca Artesanal Marítima no Espírito Santo⁶², mostrou uma queda no número de pescadores de mar. Foram entrevistadas 55 pessoas entre pescadores e marisqueiras, concentradas apenas na comunidade da praia de Marobá, sendo que 67,3% desse total são registrados como pescadores profissionais, enquanto 32,7% não o são.

Conforme observado, progressivamente vem ocorrendo uma significativa diminuição no número de pessoas ocupadas na prática pesqueira marítima, no intervalo de tempo entre a realização das duas últimas pesquisas, inversamente proporcional ao aumento da população total do município que obteve certo crescimento nos últimos anos.

Essa diminuição tende a se tornar constante no município, pois, de acordo com o relatório da Fundação Promar de 2006, as práticas pesqueiras não estão sendo muito transmitidas de geração em geração entre as famílias locais. Dos entrevistados, aproximadamente 90% possuem filhos, e desse total mais de 80% responderam que seus filhos não seguiram a profissão de pescador.

Isso pode resultar no fato de que as práticas culturais e técnicas relacionadas à pesca marítima nesta comunidade tendem, se nada for feito, a se perderem num futuro próximo no atual ritmo de involução que apresenta tal atividade no município, visto que, o fator cultural é, “ao mesmo tempo, herança e projeto” (BONNEMAISON, 2002, p.86). Assim sendo, as práticas culturais da pesca marítima, a partir do momento em que deixa de ser uma herança cultural, e um projeto das gerações futuras, está fadada ao desaparecimento neste espaço, caso nada seja feito para reverter esse quadro.

⁶² Nesta pesquisa a autora da presente dissertação participou da equipe que fez a coleta dos dados em campo, com a aplicação dos questionários e conversas informais com os pescadores e marisqueiras locais.

Junto a esse fator cultural, atribui-se o fato de que provavelmente não existam condições mínimas para o desenvolvimento da atividade no município (PROMAR, FCAA, 2006).

Tais condições estão associadas a determinadas características físicas e naturais das praias de Presidente Kennedy e a alguns problemas de infra-estruturas apresentadas pelo setor pesqueiro local, conforme demonstram as respostas dadas pelos entrevistados. Quando indagados sobre as principais dificuldades que eles enfrentam: 23% responderam o clima e o tempo, 19,4% a falta de um porto adequado, e 10,4% a comercialização deficiente e o restante a outras dificuldades.

É importante destacar que apenas 4,5% dos entrevistados atribuíram à falta de pescado uma dificuldade, portanto, verifica-se que o problema não está na qualidade e disponibilidade de recursos pesqueiros do mar no município. É comum visualizar barcos que pertencem a pescadores de municípios próximos como Marataízes, Itapemirim e de Barra do Itabapoana pescando em frente ao litoral de Presidente Kennedy.

Verifica-se, portanto, que por ser uma praia de mar aberto (Foto 04), o litoral fica susceptível aos fatores oceanográficos e climáticos, e a falta de um abrigo tanto natural quanto artificial para ancorar os barcos dificulta o desenvolvimento da atividade no município. Os ventos no litoral são intensos e constantes durante boa parte do ano. Numa tentativa de amenizar a ocorrência de tal fenômeno na praia das Neves foram plantadas casuarinas as quais se encontram atualmente bastante inclinadas como pode ser visualizado na foto 05.

As poucas e pequenas embarcações do município ficam na praia de Marobá geralmente ancoradas na areia da praia, correndo o risco de serem levadas ou danificadas por um avanço maior da maré alta em função de mudanças inesperadas dos fatores físicos naturais, ou então no interior do córrego Marobá (Fotos 06 e 07).



Foto 04 – Visão aérea do litoral de Presidente Kennedy. Na parte inferior da foto, a sede da praia de Marobá, e mais acima na outra ponta localiza-se a praia das Neves, 2004.



Foto 05 – Casuarinas plantadas na praia das Neves



Foto 06 e 07 – Pequenas embarcações ancoradas no rio Marobá

No que diz respeito aos problemas de infra-estruturas pesqueiras, de acordo com a pesquisa da SEAG, no ano de 2005, Presidente Kennedy contava com apenas uma peixaria, nenhuma colônia de pescadores, empresa ou loja de material de pesca, bem como nenhum estaleiro ou mecânica de navios (ESPÍRITO SANTO, 2005, p.62/63), conforme se verifica no Anexo 05. A pesquisa constatou também problemas referentes à ausência de locais para armazenamento do pescado como câmaras frigoríficas, fábricas de gelo entre outros. Estes dados foram confirmados em campo durante a realização da presente dissertação.

No relatório da Fundação PROMAR e FCAA (2006), outro fator dificultador fica explicitado. Do total de pescadores entrevistados 87,3% não possuem embarcação própria, contra 12,7% que as tem. Dos que não possuíam barcos, 56,0% disseram ser pescadores de convés, 12% mestre de barco e gelador, e o restante outras especificações no barco. Trabalham, portanto como empregados em outros barcos ou em sistema de parceria, ou seja, divisão das despesas e da produção, uma localidade fora de Presidente Kennedy, uma vez que, de acordo com o levantamento realizado pela SEAG em 2005 haviam apenas 6 embarcações de pequeno porte no município conduzidas a vela, e não comportariam empregar todos os pescadores de Marobá.

Todas essas dificuldades fizeram com que o município obtivesse a menor participação na produção pesqueira total do estado, com apenas 0,04% da produção em um ano (ESPÍRITO SANTO, 2005, p.67), conforme anexo 05. Além disso, influenciaram na migração de alguns pescadores locais para outras praias e cidades, em busca de emprego no setor, conforme coloca o relatório:

Muitos pescadores [...] já migraram para outras comunidades por falta de apoio dos governantes e pela falta de infra-estrutura para a pesca. Estes foram para locais como a barra do Rio Itabapoana, Macaé, Marataízes, e outros locais dentro do estado, no estado do Rio de Janeiro e até para o Ceará (PROMAR, FCCA, 2006).

A carência de embarcações em Presidente Kennedy contribui ainda mais para que alguns pescadores locais busquem trabalho em barcos maiores nas localidades próximas dali, como Marataízes e Barra do Itabapoana, no município de São Francisco do Itabapoana (RJ), mesmo morando em Marobá.

A uma distância de pouco mais de 10 km da praia de Marobá, e uns 5 km da praia das Neves se encontra Barra do Itabapoana (Foto 08), na foz do rio de mesmo nome. Nesta

localidade a atividade pesqueira é mais desenvolvida do que no litoral de Presidente Kennedy, conforme se observa na foto 08 abaixo com a movimentação de barcos na foz do rio. Esses barcos saem para pescar no mar, e utilizam a proteção oferecida pelo rio no lado carioca para atracar os barcos e descarregar o pescado, visto que a infra-estrutura pesqueira disponível é melhor do que existente do outro lado do rio. Em função dessa maior disponibilidade alguns pescadores residem em Marobá e vão trabalhar embarcados na pesca no lado do Rio de Janeiro.



Foto 08 – Barra do Itabapoana na foz do rio do mesmo nome, na divisa com entre ES (à direita) e RJ (à esquerda), 2004.

Analisando a organização e disposição das praias de Presidente Kennedy, verifica-se que Praia das Neves é mais próxima a Barra do Itabapoana do que Marobá, entretanto, na primeira não foi encontrado nenhum morador que fosse pescador ou marisqueiro durante o trabalho de campo dessa pesquisa. Esse fato é até intrigante, visto que, se fosse seguir uma seqüência lógica, seria muito mais fácil os pescadores que trabalham na Barra residir na praia das Neves ao invés de Marobá. Entretanto, ao verificar o processo histórico da formação territorial das duas praias é possível explicar tal contra-senso.

A atual conformação da praia de Marobá teve sua origem com a fixação de um pequeno grupo de pescadores vindos da localidade de Marataízes, provavelmente fugindo da

pressão que tal praia vinha tendo a partir da década de 1950⁶³. Portanto, ao se transferirem para Marobá, trouxeram com eles a cultura, os conhecimentos e técnicas da pesca e as reproduziram no litoral de Presidente Kennedy, não sendo, conseqüentemente, uma atividade com sua cultura e práticas geradas no bojo da população nativa local.

Já a praia das Neves⁶⁴ (Foto 09) teve sua origem a partir do ano de 1971, quando da criação de seu loteamento, com vistas à construção de segunda residência para a prática da vilegiatura marítima em franco crescimento no Espírito Santo, principalmente no litoral sul à época. Destarte, o padrão de uso desse espaço inicialmente foi diferente do realizado na praia de Marobá, destinado a abrigar pessoas vindas de outros locais para passar temporadas no litoral de Presidente Kennedy.



Foto 09 – Vista aérea da praia das Neves (2004)

Com isso a atividade da pesca marítima ficou condicionada principalmente à praia de Marobá, e conforme se mostrou acima, encontra-se atualmente com indícios de declínio na comunidade, e conseqüentemente, em Presidente Kennedy. E assim sendo, a única prática marítima tradicional ou clássica encontrada no município, além de ser uma atividade pouco

⁶³ Nesta época com a descoberta das propriedades medicinais apresentadas pelas areias monazíticas que compunham sua praia, ela se tornou o centro de convergência de pessoas para se tratar, principalmente pertencentes aos moradores mais ricos de Cachoeiro de Itapemirim, que começam a construir as primeiras ocupações por residências secundárias (GAZONI, 2004).

⁶⁴ Em pesquisa de campo, foi feito um levantamento que constava 14 famílias morando fixamente na praia das Neves, em sua maioria, aposentados e pequenos agricultores e comerciantes.

expressiva a nível municipal e estadual, enfrenta dificuldades de permanência e reprodução no litoral de Presidente Kennedy.

Dificuldades que tendem a se acentuar a partir da inserção e intensificação das práticas marítimas modernas nas praias do município, principalmente com a vilegiatura marítima e com o turismo litorâneo, que serão analisados a seguir, e com planos previstos para o litoral.

Assim sendo, como se pôde verificar, devido à ausência ou a precária presença de equipamentos e infra-estruturas necessárias para a realização da pesca marítima no litoral de Presidente Kennedy, notadamente na praia de Marobá, o seu ordenamento espacial não sofre forte influência dessa atividade. Isso pode ser visualizado na foto 02, onde a maior aglomeração de edificações nesta praia se concentra próxima ao curso do córrego Marobá e não na faixa litorânea dessa praia, voltadas, portanto, em sua maioria, para o interior do continente.

3.4.2 As práticas marítimas modernas em Presidente Kennedy

Na década de 1970 as práticas marítimas modernas se difundem pelo Espírito Santo, principalmente com a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo. As praias do litoral capixaba, especialmente “Guarapari e Marataízes já experimentavam os efeitos do turismo de massa” (GAZONI, 2004). No processo de expansão dessas práticas, novas áreas litorâneas capixabas são incorporadas e inseridas nesse contexto, visto que havia um aumento considerável na demanda por espaços litorâneos e marítimos tanto a nível estadual, regional quanto nacional.

Deste modo, a partir do início dos anos 70, o litoral de Presidente Kennedy foi incorporado a este processo sendo praticamente todo loteado com vistas à construção de segundas residências. Segundo a senhora Dadir Fricks a área loteada era uma antiga fazenda pertencente ao senhor Beri Porto, que ocupava praticamente toda a extensão da praia das Neves. Tal área foi comprada por uma pessoa de fora da cidade que a loteou e colocou à venda os novos lotes, e segundo ela, em geral eram ofertados aos mineiros e cariocas do norte fluminense.

Ao todo são 10 loteamentos num total de 24.486 lotes conforme a tabela 11, entretanto, desse total apenas dois obtiveram êxitos que são os loteamentos Praia das Neves e Praia de Marobá.

Com a criação de cada loteamento a administração municipal modificava o padrão do uso do solo de rural para urbano, buscando uma maior arrecadação com impostos. Entretanto, grande parte dessa área, conforme se verá mais a frente, teve a lei de uso do solo alterada e atualmente boa parte dela é considerada zona industrial. Todavia, esta alteração na legislação municipal não se encontrava até o encerramento desta pesquisa com base cartográfica disponível. Mesmo tendo oficialmente o uso do solo considerado basicamente urbano e industrial no litoral, não há atualmente praticamente nenhuma característica material que assim o configure.

Tabela 11 – Características e informações dos loteamentos realizados no litoral de Presidente Kennedy.

	Loteamentos	Lotes	Data da aprovação	Empresa	Cidade
01	Praia das Neves	1.766	01/06/1971	Mercantil de Imóveis Ltda	Guaçuí
02	Nova Marobá	420	15/04/1977	Horizonte Mar Empreendimentos	Juiz de Fora
03	Praia de Marobá	928	05/10/1977	Imobiliária Comercial Mar-Obá Ltda	Pres. Kennedy
04	Morada das Neves	4.125	28/02/1978	Mercantil de Imóveis Ltda	Guaçuí
05	Recanto das Neves	790	07/06/1978	JS Empreendimentos Imobiliários	Guaçuí
06	Sol e Mar	2.857	04/08/1978	Sol e Mar Empreendimentos Imobiliários Ltda	Juiz de Fora
07	Morada do Sol	1.726	23/05/1979	Mercantil de Imóveis Ltda	Guaçuí
08	Balneário do Itabapoana	1.075	25/05/1979	Mercantil de Imóveis Ltda	Guaçuí
09	Cidade Balneário Solimar	10.676	30/10/1980*	Predial Itabirana Ltda	Belo Horizonte
10	Novo Mar Emp. Imobiliários Ltda	123	14/05/2004	Horizonte Mar Empreendimentos Imobiliários	Juiz de Fora
	Total de lotes	24.486			

* Alterado em 23/07/1982

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Presidente Kennedy e Itapemirim

Pela tabela 11 é possível verificar que a anexação do seu litoral às práticas marítimas modernas ocorreu principalmente pelo aumento da demanda externa (estadual, regional) por espaços de lazer e ócio na praia, e não por um movimento ocorrido no bojo da sociedade kennedense que agregasse valor socioeconômico e cultural a tais espaços, como ocorrido no século XX, por exemplo, na capital do Ceará, Fortaleza⁶⁵.

Isso pode ser verificado a partir da observação do local de origem das empresas responsáveis pelos loteamentos. A maioria delas se localiza num município do Espírito Santo e em outros do estado de Minas Gerais. Dos dez loteamentos feitos no litoral de Presidente Kennedy, apenas um é de empresa local, a Imobiliária Comercial Mar-Obá Ltda. Cinco são de Guaçuí, município da região sul do estado, e os outros quatro de cidades de Minas Gerais.

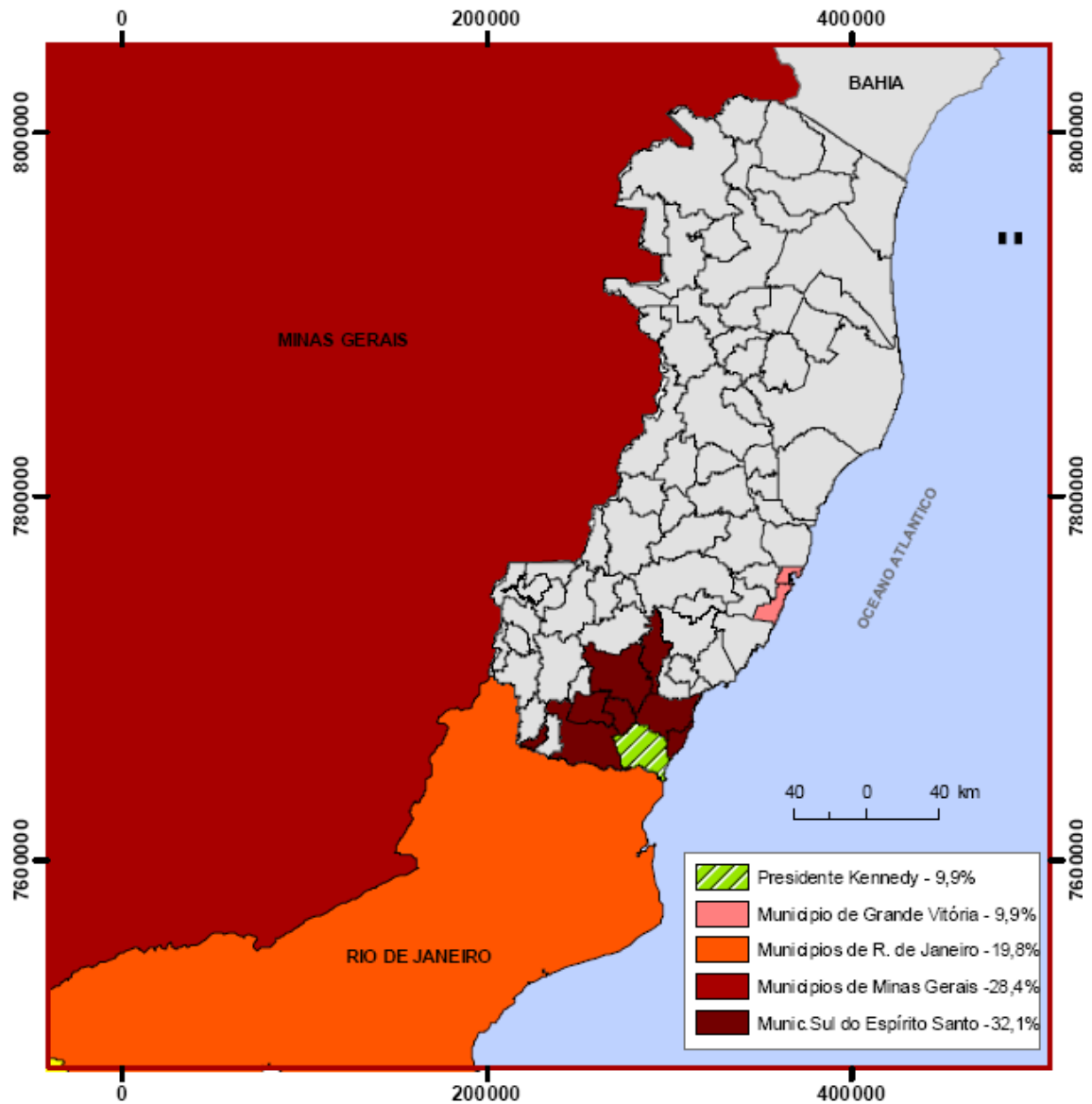
O movimento de valorização socioeconômica e principalmente cultural dos espaços litorâneos e marítimos, conforme verificado anteriormente, se caracteriza por ser um movimento de sociedades tipicamente urbanas. Assim sendo, e por se apresentar ainda como uma sociedade preponderantemente rural, a maior demanda atual pelo litoral e mar do município ainda é externa. Isso foi comprovado *in locus* a partir de pesquisa realizada junto aos freqüentadores das praias locais de Presidente Kennedy com aplicação de 81 questionários (Anexo 1), e sua posterior análise.

Assim sendo, de acordo com os resultados dos questionários aplicados, aproximadamente 50% dos freqüentadores das praias locais são originados por uma demanda regional, principalmente por pessoas dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro juntas, seguidas pela originada nos municípios do sul do Espírito Santo com pouco mais de 30% dos freqüentadores, de acordo com o mapa 05 - Origem dos freqüentadores do litoral do município de Presidente Kennedy. E, conforme o mesmo mapa, menos de 10% dos freqüentadores das praias locais é do próprio município, comprovando, portanto, a permanência desse padrão de demanda externa na atualidade.

⁶⁵ Para maiores detalhes consultar: DANTAS, E. W. C. **Mar à Vista**: Estudo da Maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA
Linha de Pesquisa: Estudo Sócioambiental da zona Costeira

**ORIGEM DOS FREQUENTADORES DO LITORAL DO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY - ES**



Projeção Universal de Transversa de Mercator (UTM) / Sistemas de Coordenada UTM
Datum Planimétrico SAD69

Fonte da Base Cartográfica: IBGE/ 2000

Organização e Adaptação:
Suéllem Araujo Cunha ; Wanildo Menezes d'A.P. dos Santos

À época do lançamento dos principais loteamentos em Presidente Kennedy na década de 1970, o litoral e o mar eclodiam como verdadeiros espaços de excelência e de moda tanto a nível nacional, quanto regional e estadual. Ter uma casa na praia era o sonho de consumo de muitas pessoas. Deste modo, a estratégia de venda desses loteamentos fez uso desse modismo, e *seduziam* seus futuros compradores com a venda dos lotes a preços bem baixos, em função até da pouca infra-estrutura urbana existente no litoral de Presidente Kennedy e do relativo isolamento de seu litoral à época. O pagamento era realizado com prestações a perder de vista⁶⁶.

Assim, o desejo de ter uma residência à beira-mar, associado às facilidades na hora da compra dos lotes na praia possibilitou a aquisição dos mesmos por uma camada social de renda média a baixa e popularizou estes loteamentos⁶⁷. Entretanto, devido à estratégia de venda adotada, a classe econômica de boa parte dos compradores, e a relativa distância entre a cidade de origem dos mesmos, principalmente os do estado de Minas Gerais, com o litoral de Presidente Kennedy, alguns nunca chegaram a conhecer o lote comprado.

Deste modo, a escolha pelos loteamentos no município não se encaixou na racionalidade proposta por Tulik (1998, p.202) onde, segundo ela a relação “tempo-custo-distância” influencia diretamente na localização da residência secundária.

Cabe salientar que alguns dos compradores adquiriram os lotes pela facilidade de compra e pelo fato deste se localizar no litoral sem ter tido, portanto, a oportunidade de escolher pessoalmente a área e avaliar a aquisição por meio dos principais componentes dessa lógica. Logo, essa relação proposta por Tulik (1998) não é, num primeiro momento, para alguns compradores, a principal responsável pela compra dos lotes nas praias do município.

Contudo, pelo fato de não levar em conta essa relação na hora da compra do lote alguns proprietários, que não tinham condições para ter e manter uma segunda residência acabaram revendendo-o, ou o guardaram como garantia de uma possível renda futura, ou seja, como reserva de valor, deixando-o praticamente abandonado.

⁶⁶ Segundo o relato de alguns proprietários residentes em Minas Gerais, que adquiriram lotes em Presidente Kennedy nessa época, os vendedores saíam num carro percorrendo as cidades mineiras e oferecendo lotes na praia para quem quisesse comprar. O pagamento era feito no carnê bancário e o valor das prestações era baixo. Segundo uma entrevista, se comparado aos dias atuais, as prestações seriam algo em torno de R\$ 50,00 por mês durante alguns anos por um lote na praia. Devido a esse esquema de vendas, as pessoas compravam os lotes mesmo sem vê-los, apenas sabiam que era na praia. A entrevistada foi uma, e relatou que somente depois de alguns anos que tinha comprado o lote veio conhecer a praia e procurar o lote que havia comprado.

⁶⁷ A elite que detinha as melhores condições financeiras podia escolher o local que possuísse melhores infra-estruturas urbanas e de lazer para adquirir sua residência secundária, e os litorais mais visados à época correspondiam principalmente aos dos municípios de Guarapari e Marataízes.

Assim sendo, pode-se considerar a este relativo ‘abandono’ dos lotes adquiridos o fato de que, de acordo com Assis (2006, p.291), a residência secundária é “um investimento de alto custo [...]. Ela absorve boa parte dos recursos das famílias com a compra ou construção, a cobrança de impostos, a manutenção e os deslocamentos freqüentes para esta habitação”, e parte dos compradores dos lotes não dispunha de recursos suficiente para construir, manter e freqüentar regularmente uma segunda residência na praia.

É comum encontrar algumas construções semi-abandonadas, principalmente na praia das Neves, conforme se verifica nas fotos 10 e 11 abaixo.



Fotos 10 e 11 – Construções praticamente abandonadas na Praia das Neves

Esse perfil apresentado por alguns compradores de lotes nas praias locais se mantém atualmente junto aos freqüentadores de tais espaços. Ou seja, de acordo com os dados das tabelas 12 e 13, geradas pela análise do questionário aplicado, grande parte dos entrevistados, cerca de 40%, disse ganhar de 1 a 3 salários mínimos por mês. Fato este que tem uma correspondência direta com o nível de escolaridade apresentada pela grande maioria dos mesmos⁶⁸, ou seja, o ensino médio completo, com aproximadamente 35% das respostas.

⁶⁸ Pautada na racionalidade de que quanto maior a escolaridade, maior a renda salarial mensal.

Tabela 12 – Renda mensal média dos freqüentadores das praias de Presidente Kennedy

Renda mensal	Freq.	%
De 1 a 3 salários mínimos	32	39,5
De 5 a 10 salários mínimos	16	19,8
De 3 a 5 salários mínimos	12	14,8
Não possui renda	08	9,9
Até 1 salário mínimo	07	8,6
Mais de 10 salários mínimos	05	6,2
NS/NR	01	1,2
Total	81	100,0

Tabela 13 – Escolaridade dos freqüentadores das praias de Presidente Kennedy

Escolaridade	Freq.	%
Ensino médio completo	29	35,8
Ensino superior completo	21	25,9
Ensino fundamental incompleto	11	13,6
Ensino fundamental completo	06	7,4
Ensino médio incompleto	05	6,2
Ensino superior incompleto	05	6,2
Pós-graduação	04	4,9
Total	81	100,0

Portanto, de acordo com as tabelas acima é possível verificar que a maioria dos freqüentadores das praias de Presidente Kennedy atualmente pertence à classe econômica baixa e média⁶⁹. Assim sendo, o perfil das pessoas que freqüentam essas praias hoje praticamente se mantém o mesmo dos de alguns compradores dos lotes à época dos lançamentos dos projetos de loteamentos no final da década de 1970.

A exceção dos loteamentos da Praia de Marobá e Praia das Neves nenhum outro loteamento se desenvolveu, não apresentando, sequer algumas construções. É comum também encontrar alguns lotes ‘abandonados’, nesses loteamentos que permanecem até hoje sem nenhuma ocupação.

Todavia, esse relativo ‘abandono’ pode ter relação não somente com as características socioeconômicas de alguns dos compradores dos lotes, mas também a determinadas peculiaridades apresentadas pela maioria dos loteamentos. Entendam-se, neste último caso, fatores como a pouca ou até mesmo ausência de algumas infra-estruturas urbanas

⁶⁹ Considerando como classe baixa, aqueles que ganham até R\$ 2.000,00, média os que recebem de R\$ 2.000,00 a R\$10.000,00 e alta os que têm rendimento superior a R\$ 10.000,00.

básicas como: água encanada, energia elétrica, esgotamento sanitário, pavimentação das ruas locais e das estradas de acesso ao litoral, distância relativamente considerada entre os lotes e as áreas de comércio, principalmente alimentício, e a ausência e/ou distância de áreas de lazer e diversão⁷⁰. A junção destas características pode também ter gerado uma falta de interesse em construir a residência secundária nas praias de Presidente Kennedy por parte de alguns dos compradores.

Porém, mesmo com todas essas dificuldades, e o aparente insucesso dos projetos de loteamentos no litoral do município, o número de residências secundárias locais obteve um aumento considerável desde a década de 1970 até o ano 2000, conforme pode ser observado na tabela 14.

Tabela 14 – Domicílios de uso ocasional em Presidente Kennedy e sua evolução em décadas

Uso ocasional	Total	% aumento
1980	34	-
1991	191	462
2000	340	78

Fonte: Brasil 1980, 1991, 2000.

Pela tabela é possível perceber que o *boom* dos domicílios de uso ocasional ocorre na década de 1980, com 462% de aumento, em que as construções das residências secundárias se consolidam no município, a partir da implantação dos grandes loteamentos no litoral de Presidente Kennedy, no final da década de 1970. E comparando-a com a tabela de domicílios de uso ocasional do Espírito Santo (Tabela 03, p.57), verifica-se, portanto, que o município acompanhou a tendência estadual de crescimento das residências secundárias nestes mesmos períodos.

Conseqüentemente, o aparente *insucesso* dos loteamentos e *desvalorização* dos espaços litorâneos e marítimos de Presidente Kennedy se mostra irreal frente a estes dados, visto que eles permaneceram em constante crescimento.

Porém, ao se comparar o número de residências secundárias de Presidente Kennedy com o dos outros municípios que compõem a região litorânea do sul do estado, de

⁷⁰ Lembrando que essas condições somente eram encontradas em Marataizes, que dista aproximadamente 18 km do litoral de Presidente Kennedy, e na própria sede do município, que dista do seu litoral cerca de 30 km. A acessibilidade para ambas era feita por estradas não pavimentadas, a ES 162 e a ES 060.

acordo com o Censo 2000, verifica-se que ele é o menos representativo do grupo, com apenas 340 residências, de acordo com a tabela 15, enquanto que Guarapari e Marataízes lideram esse ranking com 18.439 e 5.482 residências secundárias respectivamente.

Tabela 15 - Distribuição regional das residências secundárias

Município	Quantidade
Guarapari	18.439
Anchieta	1.984
Piúma	4.368
Itapemirim	2.434
Marataízes	5.482
Presidente Kennedy	340
Total	33.047

Fonte: Brasil, 2000.

Esses dados tendem a permanecer em crescimento⁷¹ tanto no município, quanto no estado, uma vez que a tendência de desenvolvimento econômico apresentado pelo Espírito Santo, por Presidente Kennedy a partir do recebimento de royalties provenientes da atividade petrolífera em seu território marinho, e o aumento da demanda por espaços litorâneos e marítimos para a prática da vilegiatura marítima e até mesmo para o turismo litorâneo é grande. Portanto, é necessário aguardar os dados do próximo Censo para comprovar esse crescimento, mesmo apesar de todas as dificuldades acima apresentada.

Atualmente a prática marítima moderna que mais predomina nas praias do município, de acordo com o questionário aplicado, continua sendo a vilegiatura marítima, com a predominância de segunda residência, seguida pela atividade turística, de acordo com a análise dos principais meios de hospedagem por eles utilizados, conforme a tabela 16. Ela demonstra que 63% dos entrevistados se encaixam no perfil de vilegiaturistas, enquanto que o resto se porta como turista, se hospedando em pousadas, indo e voltando no mesmo dia e utilizando outras formas de hospedagem.

⁷¹ Seguindo a lógica de Assis (2006, p.289) que atrela o aumento no número das residências de uso ocasional ao crescimento econômico, generalização do consumo e o aumento das atividades turísticas e recreativas.

Tabela 16 – Hospedagem em Presidente Kennedy

Onde está hospedado	Freq.	%
Residência secundária*	51	63,0
Vai e volta no mesmo dia	21	25,9
Hotel/Pousada	08	9,9
Outros	01	1,2
Total	81	100,0

* Casa própria, alugada ou de parente/amigo

A partir da implantação da prática da vilegiatura marítima em praticamente todo o estado, principalmente na região sul, veio também as práticas turísticas associadas ao sol e ao mar para as praias da região, maiormente no verão nos meses de janeiro e fevereiro. Todavia é necessário fazer uma consideração em que segundo Gazoni (2004):

O processo de desenvolvimento turístico do trecho sul da costa capixaba ocorreu de forma espontânea, sem grandes promoções, controles ou políticas de desenvolvimento, desde seu início no final da década de 1940. O principal agente historicamente de produção das destinações turísticas na região de estudo foram os próprios turistas, que as escolheram como novos destinos. Os outros agentes de desenvolvimento do turismo, a iniciativa privada e o poder público, foram dando suporte a este desenvolvimento, mas sem intervir diretamente no direcionamento deste processo, que foi sempre ditado pela demanda. O poder público atuou fornecendo infra-estruturas, como melhoria e implantação de vias de acesso aos destinos e nos destinos, assim como fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, iluminação, coleta e tratamento de resíduos, entre outros. Muitos destes serviços passaram nos últimos anos a serem prestados por empresas privadas. A iniciativa privada acompanhou a demanda, fornecendo outras modalidades de alojamento turístico além das residências secundárias, assim como meios de restauração, entretenimento e outros serviços complementares.

Assim sendo, Presidente Kennedy não era à época um destino eleito pelos próprios turistas, e o processo de desenvolvimento turístico local inicialmente não funcionou conforme a lógica anunciada acima, uma vez que ele se originou a partir da consolidação dos loteamentos realizados em seu litoral por empresas privadas.

Outro fator diferencial é que, apenas recentemente, principalmente a partir de 2003, é que o poder público municipal e estadual começa a dar suporte ao desenvolvimento dessa atividade, especialmente na melhoria das vias de acesso ao litoral, bem como o calçamento das principais ruas de Marobá, como se observa na foto 12, e o melhoramento e ampliação da distribuição de água (Foto 13) e de energia elétrica tanto nesta praia quanto nas Neves.



Foto 12 – Calçamento nas principais ruas da praia de Marobá



Foto 13 – Captação da água no rio Itabapoana que abastece a praia das Neves e Marobá

Com a consolidação dos loteamentos no município, começou a se desenvolver, aos poucos, a atividade turística em seu litoral. Assim, modesta e paulatinamente alguns equipamentos e serviços turísticos para hospedagem, alimentação (Fotos 14, 15, 16 e 17), transportes, eventos, lazer e entretenimento e infra-estrutura de apoio turístico (Fotos 18 e 19) foram construídos no município para atender essa demanda, tanto por investimentos públicos quanto privados, dando origem ao incipiente desenvolvimento turístico litorâneo no município.



Fotos 14 e 15 – Infra-estruturas de restauração na praia de Marobá.



Fotos 16 e 17 – Infra-estruturas de restauração e hospedagem na Praia das Neves



Foto 18 – Vista da orla da praia das Neves. Detalhe para as barracas de palhas construídas pela prefeitura municipal.



Foto 19 – Orla da praia de Marobá em alta temporada, detalhe para os altos falantes nos postes, e os quiosques construídos pela prefeitura municipal.

Algumas dessas transformações foram percebidas pelos freqüentadores que, quando indagados sobre as principais mudanças observadas nas praias locais desde que as freqüentavam responderam respectivamente, a pavimentação das ruas com 15,8% das respostas, a construção dos quiosques e o desenvolvimento, crescimento e urbanização da comunidade, ambas com quase 12%, de acordo com a tabela 17.

Tabela 17 – Principais mudanças percebidas nas praias locais

Quais?	Freq.	%
Pavimentação das ruas	16	15,8
Quiosques	12	11,9
Desenvolvimento, crescimento, urbanização da comunidade	12	11,9
Mais casas/ construções	11	10,9
Aumento da quantidade de pessoas freqüentando as praias	10	9,9
Limpeza	06	5,9
Asfalto	06	5,9
Iluminação	03	3,0
Posto de saúde	03	3,0
Trios elétricos	02	2,0
Salva-vidas	02	2,0
Calçadão	02	2,0
Melhor qualidade e distribuição da água	02	2,0
Restaurantes	02	2,0
Melhorou as atrações musicais	02	2,0
Estação de tratamento de esgoto	02	2,0
Telefone	02	2,0
Outros	06	5,9
Total	101	100,0

Múltipla resposta

Contudo, conforme Gazoni (2004), o desenvolvimento turístico se apresenta quando a motivação turística, neste caso as praias e mar, se equivalem à capacidade do núcleo receptor de proporcionar tais instalações e serviços. No caso de Presidente Kennedy essa capacidade se apresenta reduzida.

Reduzida por uma série de fatores tais como:

a) pouca infra-estrutura urbana, instalações, serviços e equipamentos turísticos de lazer e eventos na orla com baixos investimentos neste setor;

Conforme se verifica nas opções das respostas dadas pelos freqüentadores locais quando questionados sobre o que mais sentiam falta nas praias do município. Quase 40% das respostas dadas foram direcionadas a equipamentos de comércios e serviços, seguidos de mais e melhores atrações com aproximadamente 8% entre outras, conforme a tabela 18.

Tabela 18 – O que sente falta nas praias locais?

Respostas	Freq.	%
Comércio e serviços: restaurantes, supermercados, farmácias	34	37,4
Mais e melhores atrações	07	7,7
Mais opções de lazer e esportes	06	6,6
Saneamento/água encanada	05	5,5
Calçadão	04	4,4
Estrada asfaltada	04	4,4
Mais pessoas	03	3,3
Lixeiras	03	3,3
Estabelecimentos que aceitam cartão	03	3,3
Vendedores ambulantes	02	2,2
Iluminação melhor	02	2,2
Quiosques descentes	02	2,2
Mais sombras	02	2,2
Outros	14	15,4
Total	91	100,0

Múltipla resposta

Entretanto, durante a alta estação, nos meses de janeiro e fevereiro, e no carnaval, a prefeitura municipal tem buscado oferecer aos seus freqüentadores uma programação de eventos nas praias que conta com apresentação de artistas locais e regionais, principalmente em Marobá. Todo final de semana do mês de janeiro nesta praia tem trio elétrico e bandas se apresentando (Foto 20), segundo a secretaria de comunicação do município.

Uma particularidade interessante a se observar na programação é que, seguindo a característica das principais festas do município, como a Festa Agropecuária de Presidente Kennedy, e a Festa Agropecuária de Jaqueira⁷², tipicamente rural, há alguns anos que ocorre, durante o mês de janeiro, a etapa estadual de Rodeio, com a armação de uma arena (Foto 21) em plena praia de Marobá. Durante a realização dessas programações, uma quantidade maior de frequentadores é verificada nas praias do município.



Foto 20 – Trios elétricos na praia de Marobá.



Foto 21 – Arena de rodeio montada na praia de Marobá, em janeiro de 2009.

b) certo isolamento entre as praias locais, a sede municipal e as principais fontes emissoras de turistas, como a Grande Vitória, as condições das principais vias de acesso ao litoral, com alguns trechos das estradas sem pavimentação e pouco serviços de transportes coletivos servindo o seu litoral;

⁷² Principal localidade municipal depois da sede.

As vias de acesso às praias de Presidente Kennedy são as ES 162, vindo da sede do município até a divisa com o Rio de Janeiro, e a ES 060, mais conhecida como Rodovia do Sol⁷³, vinda de Marataízes e corta todo o litoral kennedense. A primeira apresenta parte de seu traçado asfaltado em direção ao litoral, na saída da sede e chegada de Marobá, e outra parte sem pavimentação, até a divisa entre os estados.

A segunda foi recentemente asfaltada em 2008, ligando Marataízes até a praia de Marobá e está em ótimo estado de conservação e sinalização (Foto 22). Entretanto, o asfalto não tem continuação até a praia das Neves, que permanece, portanto, semi-isolada nesse contexto, com todas as estradas que dão acesso a ela sem pavimentação (Foto 23). Destarte, as vias de acesso ainda são um dificultador do desenvolvimento turístico do litoral de Presidente Kennedy.



Foto 22 – Rodovia do Sol, ES 060, que liga Marataízes à Marobá.



Foto 23 – Trecho da Rodovia do Sol, ES 060, que liga praia de Marobá à praia das Neves.

⁷³ A Rodovia do Sol liga a região metropolitana de Vitória às praias do sul do estado passando pelo litoral.

Mesmo com alguns trechos sem pavimentação, mais de 80% dos pesquisados chegaram às praias do município de carro próprio, como demonstra a tabela 19. É a forma mais viável de chegar às praias tendo em vista que só há linhas comerciais de ônibus saindo da sede de Presidente Kennedy, de Marataízes, de Cachoeiro de Itapemirim e de Barra do Itabapoana, com poucos horários disponíveis.

Portanto, aqueles que pretendem ir às praias do município de ônibus e que não estejam nessas localidades, terão que fazer baldeação, muitas vezes aguardando horas pelo próximo horário de saída. Isso dificulta de certa forma a frequência de pessoas de outros locais neste litoral, conforme se verifica no baixo número de pessoas que vieram de ônibus de linha, apenas 3,7%. Vale ressaltar outra forma usada para chegar ao litoral, a excursão (Foto 24) quase 9% das ocorrências.

Tabela 19 – Como fez para chegar à praia?

Como fez para chegar à praia?	Freq.	%
Carro próprio	67	82,7
Excursão	07	8,6
Outros	04	4,9
Ônibus de linha	03	3,7
Total	81	100,0



Foto 24 – Ônibus excursionistas em Marobá

c) a baixa frequência de turistas⁷⁴ e a própria sazonalidade dessa mesma que inviabiliza, de certa forma, investimentos privados no setor, pois dificulta a sobrevivência dos empreendimentos, entre outros fatores.

Conforme verificado com a aplicação dos questionários, mais de 50% dos entrevistados que possuem o hábito de frequentar a praia, costumam ir apenas na estação do verão, seguidos pelos que vão mais nos finais de semana com pouco mais de 20% das respostas, como demonstra a tabela 20.

Tabela 20 – Frequência com a qual costumam ir à praia

Com que frequência costuma ir à praia?	Freq.	%
Todo verão	38	52,8
Finais de semana	16	22,2
Mensal	08	11,1
Trimestral	07	9,7
Semestral	03	4,2
Total	72	100,0

Em comparação com seu município vizinho Marataízes, o turismo litorâneo em Presidente Kennedy não se desenvolveu tanto. Ao se comparar quantitativamente os equipamentos e serviços turísticos de hospedagem e alimentação de Presidente Kennedy e Marataízes verifica-se que estes ainda são modestos no primeiro e não se desenvolveram com a intensidade do segundo, conforme o quadro 01.

Quadro 01 – Equipamentos e serviços turísticos de hospedagem e alimentação em Marataízes e Pres. Kennedy

MUNICÍPIO	HOSPEDAGEM				ALIMENTAÇÃO					
	Hotel	Pousada	Camping	TOTAL	Rest.	Bares/Cafés/ Lanchonetes	Casa Chá/ Confeitarias	Quiosques	Outros	TOTAL
Marataízes	08	08	02	18	13	16	08	10	08	55
Pres. Kennedy	-	06	-	06	06 ¹	09 ²	03	05	-	23

Fonte: Kennedy (2005) e Marataízes (2005).

1. Desse total 03 são permanentes e 03 temporários funcionando apenas entre janeiro e fevereiro.

2. Desse total 07 estão localizadas no centro do município e 02 no litoral, sendo uma permanente e a outra temporária.

⁷⁴ Segundo estimativa da Secretaria Municipal de Turismo, o município recebe cerca de 10 mil pessoas por final de semana durante o verão (PRESIDENTE KENNEDY, 2005, p.14). Esse número não distingue vilegiaturo de turista.

Pelo quadro observa-se que capacidade instalada de serviços de hospedagem em Marataízes é 03 vezes maior do que Presidente Kennedy e de alimentação quase 04 vezes maior, considerando apenas os estabelecimentos que se localizam permanentemente no litoral (no total 13). É necessário considerar que em ambos os municípios a prática marítima moderna que mais se destaca é a vilegiatura marítima⁷⁵, deste modo, a atividade turística fica em segundo lugar.

Todavia, todos esses fatores acima citados que, de certa forma, contribuem para que tais praias não sejam um roteiro bastante procurado no Espírito Santo, é o mesmo que atrai a maioria de seus freqüentadores. Ou seja, tais condições apresentadas por essas praias fizeram com que suas principais características naturais se mantivessem pouco alteradas e, por não atrair um fluxo intenso de pessoas, a tranqüilidade e o sossego são características de ambas as praias locais (Fotos 25, 26, 27 e 28).



Fotos 25 e 26 – Praia de Marobá, ambiente familiar e tranqüilo



Fotos 27 e 28 – Tranqüilidade e sossego das praias de Marobá e Neves respectivamente.

⁷⁵ De acordo com o Censo 2000, Marataízes tinha no total 13.580 residências urbanas, desse total 5.472 são urbanas de uso ocasional, ou seja, mais de 40%. E, Presidente Kennedy, das 1.089 residências urbanas, 230 são urbanas de uso ocasional, portanto, mais de 21%. É necessário, entretanto, pontuar que Marataízes é um município com 78% de população urbana enquanto Presidente Kennedy, apresenta 70% rural.

Isso pode ser verificado nas respostas dadas pelos frequentadores locais quando indagados sobre o motivo pelo qual optou pelas praias de Presidente Kennedy, tabela 21, onde quase 30% das respostas foi a tranquilidade e sossego, bem como o que eles mais gostam nelas, tabela 22, a mesma opção com mais de 30% das respostas.

Tabela 21 – Por que optou pelas praias de Presidente Kennedy?

Motivo	Freq.	%
Pela tranquilidade e sossego	30	28,3
Proximidade das praias com sua cidade	12	11,3
Por influência de um amigo/parente que conhecia a praia	11	10,4
Outros	11	10,4
Limpeza da praia	07	6,6
Possui parente/amigo no local	06	5,7
Praia de ambiente agradável	05	4,7
Por causa dos pais	04	3,8
Pela beleza geográfica do lugar	04	3,8
Por causa das sombras das barracas	03	2,8
Tem terrenos aqui	03	2,8
Restaurantes	02	1,9
Lugar bom para crianças/ ambiente familiar	02	1,9
Por um evento festivo na família	02	1,9
Pelo mar/praias	02	1,9
Por indicação do sindicato	02	1,9
Total	106	100,0

Múltipla resposta

Tabela 22 – O que mais gosta nas praias daqui?

Opções	Freq.	%
Sossego/ Tranquilidade	34	32,7
Condições da praia: clima, vento, água, areia	23	22,1
Lagoa (desembocadura do córrego Marobá)	14	13,5
Outros	10	9,6
Limpeza	06	5,8
Do mar	04	3,8
Sombras das barracas	03	2,9
Ambiente familiar	03	2,9
Hospitalidade e receptividade local	03	2,9
Têm conhecidos que moram aqui	02	1,9
O encontro do rio com o mar	02	1,9
Total	104	100,0

Múltipla resposta

E, portanto, mais de 85% dos entrevistados disseram que as praias de Presidente Kennedy deveriam preservar as principais características que elas apresentam atualmente, especialmente a tranquilidade, o sossego e o seu aspecto rústico, de acordo com a tabela 23.

Tabela 23 – Você acha que deve preservar as praias principais características que elas se encontram hoje?

Categoria	Freq.	%
Sim	70	86,4
Não	11	13,6
Total	81	100,0

Atualmente o município participa, a nível estadual, de acordo com o mapa 02, p.58, inserido na Região Turística da Costa e da Imigração. A partir de tal divisão o Governo Estadual lança em 2005 a Rota turística de mesmo nome da região, Rota da Costa e Imigração, cuja finalidade é divulgar o turismo internamente e levar o capixaba a conhecer mais o seu estado. Conta com a participação de Presidente Kennedy e demais municípios do sul do estado⁷⁶. Todavia, não se tem ainda como avaliar o impacto e o sucesso dessa rota para o município.

Portanto, em linhas gerais as práticas marítimas modernas estão presentes nas praias de Presidente Kennedy, com destaque para a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo, frutos de uma demanda predominantemente externa. São realizadas em sua maioria, por pessoas de fora do município, de classe econômica baixa a média, e procuram essas praias em função da tranquilidade e sossego que as mesmas oferecem. E, grande parte dos frequentadores é favorável a permanência das características peculiares deste litoral, apesar de alguns sentirem falta de comércio e serviços como restaurantes, supermercados e farmácias.

Mesmo com praticamente todo o litoral composto por grandes projetos de loteamentos, as práticas marítimas modernas da vilegiatura marítima e do turismo litorâneo nesse litoral não condicionaram um cotidiano de práticas e hábitos voltados especificamente para tais atividades nas praias locais pela população kennedense.

Em pesquisa desenvolvida por Cunha (2007), intitulada de Estudo da Percepção da Maritimidade no município de Presidente Kennedy/ES, ela concluiu que a percepção do fenômeno da maritimidade nas três principais categorias de sua população, ou seja, os

⁷⁶ Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma, Rio Novo do Sul, Iconha, Anchieta e Alfredo Chaves.

usuários/freqüentadores, moradores e habitantes⁷⁷ são diferenciadas. Em sua maioria “assume uma postura de indiferença pelo mar, visto que a grande parte dela se encontra estabelecida no interior do município e com práticas econômicas e sócio-culturais baseadas na agropecuária” (CUNHA, 2007, p.59).

Conforme a pesquisa, os usuários/freqüentadores das praias locais possuem elos afetivos com pouca intensidade com estes espaços, os moradores possuem uma percepção:

“dividida em dois tipos, visto que os moradores do litoral tendem a relacionar os seus elos afetivos com o mar sob a perspectiva econômica desse ambiente e os moradores do interior/sede por vezes se comportam como usuários/freqüentadores dessa área construindo quadros estéticos e atribuindo práticas recreativas nessas áreas. [...] Sua percepção é mais intensa do que a dos usuários/freqüentadores, entretanto, as intensidades também variam dos moradores da sede para os do litoral, sendo que estes são mais intensos que os primeiros” (CUNHA, 2007, p.58).

Já os habitantes locais estabelecem com o espaço litorâneo e marítimo do município “uma complexa relação que dificilmente consegue ser oralmente expressada, entretanto, [...] onde os laços afetivos desenvolvidos entre os habitantes e o mar são muito intensos e se caracterizam por constituírem o espaço vivido de cada um deles” (CUNHA, 2007, p.59), principalmente entre os habitantes pescadores residentes em Marobá que têm no mar a sua fonte de renda.

Assim sendo, o ordenamento espacial do município não se dá em função do mar, visto que os principais elos, relações e práticas culturais realizados por essa população se pautam, sobretudo na atividade agropecuária e se organizam no espaço em função dela. No litoral, a praia de Marobá, a mais habitada, também não possui seu ordenamento dado em função da presença de equipamentos e infra-estrutura gerados pelas práticas marítimas tanto tradicionais quanto modernas.

Todavia, durante o verão com o aumento considerável do fluxo de pessoas circulando neste espaço, algumas infra-estruturas e equipamentos são implantados na praia de forma temporária para atender a essa demanda, que condiciona um ordenamento espacial temporário em torno dessas práticas no litoral. Já a praia das Neves, desde seu início se estruturou para essas atividades, entretanto, apesar dos poucos equipamentos e infra-estruturas

⁷⁷ Para determinar a maritimidade nessas três categorias da população a autora utilizou como critério os estudos desenvolvidos por Yi-Fu-Tuan (1989), pautados na noção de topofilia.

na sua área só possui certo dinamismo durante o período do verão, ficando praticamente estagnada no resto do ano.

4. AS POSSÍVEIS FUTURAS RECONVERSÕES E MUTAÇÕES DA MARITIMIDADE EM PRESIDENTE KENNEDY: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS CENÁRIOS PARA LITORAL E O MAR

Como vimos acima, a primeira descoberta do litoral e do mar em Presidente Kennedy ocorreu na década de 1970, fruto de uma demanda externa à sua população por espaços de lazer e ócio. Inseriu-se, portanto, na lógica mercantil das práticas marítimas modernas com o loteamento do seu litoral para gerar ocupação a partir da construção de segundas residências.

A segunda descoberta, desta vez de caráter principalmente econômico, foi a partir do ano 2000 quando são encontrados petróleo e gás natural em águas marinhas de Presidente Kennedy. A partir de então, o município se destaca no panorama econômico estadual, e produz uma maior visibilidade sobre seu litoral e mar. Especulam-se novas perspectivas de uso desses espaços que eram, até então, pouco explorados.

Tornaram-se, portanto, espaços estratégicos em função da nova indústria de petróleo e gás natural off-shore que ganha força no estado, da área disponível (num estado que apresenta uma dimensão territorial relativamente reduzida), da proximidade com importantes núcleos econômicos do Brasil, como o eixo Rio de Janeiro - São Paulo – Minas Gerais⁷⁸, e principalmente da sua localização privilegiada no litoral, visto que:

A localização litorânea possui uma série de atributos singulares que vão qualificá-la como uma situação geográfica ímpar. Em primeiro lugar, no que toca a economia, os terrenos próximos ao mar são relativamente raros em relação ao conjunto de terras emersas, o que lhes atribui de imediato um caráter diferencial que se exponencializa conforme a perspectiva de uso considerada (MORAES, 2007, p.31).

Assim, tais *condições locais* (MORAES, 2007, p.19) apresentadas pelo litoral e pelo mar de Presidente Kennedy, e da área disponível que, de certa forma, se manteve assim em função do não desenvolvimento de alguns dos loteamentos realizados na área, propiciaram a este espaço as vantagens locacionais acima citadas.

Com isso, e inicialmente tendo em vista o desenvolvimento da atividade petrolífera marinha no estado, considerando as vantagens locacionais apresentadas pelo litoral

⁷⁸ Minas Gerais é o principal fornecedor dos minérios beneficiados em alguns dos complexos industriais litorâneos do Espírito Santo

e pelo mar do município, como a disponibilidade de terras não ocupadas e relativamente posicionadas estrategicamente no meio dos dois mais importantes pontos de apoio do setor na região, ou seja, as cidades de Campos do Goytacazes e Macaé, no Rio de Janeiro, e a capital capixaba Vitória, o Governo Estadual aprova a Lei Estadual Nº 6.132 de 08 de fevereiro de 2000, em anexo 03. Ela autoriza o Poder Executivo a criar, instituir e implantar o Distrito Industrial Praia das Neves, no município de Presidente Kennedy, segundo o Artigo 1º.

Todavia, por já dispor de tais condições de infra-estrutura e equipamentos para o setor petrolífero nas cidades acima citadas, esta área não foi utilizada por tal atividade, entretanto, foi colocada em *pousio* numa perspectiva de lhe atribuir um novo uso futuro. Tal perspectiva associada às suas vantagens locais provocou certa valorização econômica dos lotes deste litoral.

No ano de 2008 o litoral do município é escolhido pelo grupo Ferrous Resources do Brasil para sediar um complexo industrial, logístico e portuário. A empresa adquiriu uma área de aproximadamente 12 milhões de metros quadrados, e pretende investir no Espírito Santo algo próximo a 3 bilhões de dólares. No local pretende construir: um porto de grande calado, cerca de 20 metros de profundidade, três usinas de pelotização de minério de ferro, e um mineroduto que ligará as jazidas localizadas em Minas Gerais ao litoral de Presidente Kennedy⁷⁹, conforme figura 08.



Figura 08: Projeto previsto para ser implantado no litoral de Presidente Kennedy
Fonte: Editoria de Artes / Jornal A Gazeta

⁷⁹ Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/local/a_gazeta/materia.php&cd_matia=8397>. Acessado em: 10/03/09.

A escolha da área levou em conta além das vantagens locais mais acima citadas, incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado, e o fato de que o Espírito Santo é destaque nacional e internacionalmente na área de beneficiamento de minério de ferro com as grandes companhias como a Arcelor Mittal, Vale e Samarco Mineradora instaladas no litoral capixaba.

Tendo em vista a possibilidade de realização de um empreendimento de tal porte no litoral do município, a Câmara Municipal de Vereadores de Presidente Kennedy aprova a Lei Municipal Nº 798 e em 26 de dezembro de 2008 é sancionada pelo prefeito, criando o distrito industrial em seu litoral e dá outras providências, conforme se verifica o anexo 02. A área do distrito se localiza entre as praias de Marobá e Neves. Assim, é a segunda vez que o litoral do município tem o seu uso modificado pelo legislativo municipal tendo em vista uma demanda externa ao município por tais espaços.

Destarte, a partir dessas perspectivas de grandes alterações no padrão de uso e ocupação dos espaços litorâneos e marítimos do município, é possível identificarmos alguns cenários futuros sobre a maritimidade local, visto que, “as atividades configuram a paisagem, tanto no presente como em um cenário futuro possível, de acordo com as tendências econômicas e as ações existentes” (BRASIL – MMA, 2006, p.50). Toma-se para isso que:

A construção de cenários é uma técnica utilizada para descrever alternativas de futuro para uma determinada situação. Trabalhar com cenários nos ajuda a visualizar e a pensar o futuro de diferentes maneiras. Não se procura fazer previsões ou fixar o que deve acontecer, trabalha-se sobre as possibilidades que podem vir a acontecer (BRASIL – MMA, 2006, p.67).

Fundamentando-nos nessas formulações de cenários, tivemos como ponto de partida que a implantação de projetos industriais e portuários tende a “caracterizar extensas e drásticas transformações na orla, mesmo quando não inseridos num contexto urbano qualquer” (BRASIL – MMA, 2006, p.50). Conseqüentemente, essa nova implantação provocará um novo ordenamento espacial no litoral de Presidente Kennedy, em função dos novos usos e funções a ele atribuídos, suscitando, portanto, uma nova forma de relacionamento entre os frequentadores e a população local com as praias do município.

No que diz respeito à ordem espacial, a área onde deverão ser instaladas essas atividades (Fotos 29 e 30) pode ser classificada como uma “orla não urbanizada: refere-se às áreas de baixíssima ocupação, contendo paisagens com alto grau de originalidade natural e

com baixo potencial de poluição sanitária e estética, geralmente associadas a atividades rurais [...]” (BRASIL – MMA, 2006, p.33), e devido a tais empreendimentos poderá ser assim desqualificada.



Fotos 29 e 30 – Local previsto para serem instalados o porto e a indústria siderúrgica

Isso porque, a racionalidade urbana suscitada por tais atividades seguem padrões fundiários diferentes dos encontrados atualmente no litoral de Presidente Kennedy, associado principalmente ao uso habitacional, comercial e de serviços.

A estrutura urbana da atividade portuária necessita de “instalações de carga, descarga e armazenagem, que ocupam áreas extensas, lineares ou nucleares, ao longo da costa” (BRASIL – MMA, 2006, p.35), além da área marítima para a construção do píer de atracação dos navios, no caso de Presidente Kennedy. A industrial “exige expressivas alterações das áreas lindeiras à linha da costa, em função de grande demanda por espaço (áreas planas) das suas instalações industriais e serviços de apoio” (BRASIL – MMA, 2006, p.35).

Essas instalações e o novo ordenamento espacial poderão suscitar novas formas de relacionamentos entre a sociedade e os espaços litorâneos e marítimos, a partir do momento que condicionam novas racionalidades de usos nestes espaços. Pode restringir o acesso da população e seus frequentadores aos mesmos e criar novos usos limitados exclusivamente às atividades da indústria e do porto.

Cria-se também uma nova dinâmica local em termos populacional e propiciará o choque cultural entre a população local, notadamente rural, e pessoas vindas de outros lugares para trabalhar em tais empreendimentos, principalmente as originadas nos centros urbanos, com práticas culturais reforçadas de lazer e ócio o litoral e no mar.

Por meio deste contato, a população do município como um todo poderá incorporar os novos hábitos culturais referentes ao litoral e ao mar, principalmente relacionados às práticas de lazer e ócio, trazidos pelas pessoas que trabalharão no empreendimento, tanto em sua fase de construção quanto de funcionamento e que se fixarão e se movimentarão em Presidente Kennedy.

A partir de então, entrarão em cena novos valores e práticas no cotidiano da população local, inseridas agora no contexto urbano-industrial, em que poderão por ela serem incorporadas tanto em sua perspectiva de mar/trabalho, como na de mar/lazer.

Assim sendo, visualizamos dois principais cenários para este litoral, entre outros:

- 1) A valorização tanto econômica quanto cultural das praias no entorno da área industrial, tendo em vista a intensificação das práticas marítimas modernas trazidas pelas pessoas que irão lá trabalhar, e a incorporação de tais práticas no cotidiano da população. Assim, estes litorais terão um uso relacionado ao lazer ampliado e intensificado, que em associação às práticas marítimas tradicionais, relacionada ao novo porto, qualificarão o município com uma maritimidade marcante.
- 2) A desqualificação das praias locais no que diz respeito às práticas marítimas modernas, visto que seus impactos alteram consideravelmente a paisagem local, podendo descaracterizar as condições ambientais e físicas desse litoral, principais atrativos de tais praias atualmente, desqualificando-o como espaços de lazer e ócio, e afugentando estas práticas para o litoral dos municípios vizinhos. A prática marítima tradicional da pesca artesanal, por possivelmente entrar em conflito com as atividades portuárias poderão se enfraquecer e até mesmo desaparecer ou se evadirem para outras praias.

Assim sendo, e de acordo com estes cenários apresentados, a perspectiva de alterações na maritimidade de Presidente Kennedy num futuro próximo é uma possível realidade. De um município com práticas socioeconômicas e culturais pautadas principalmente sobre a atividade agropecuarista, que aparentemente dava as costas para seu litoral e mar, poderá se transformar num município com uma maritimidade marcante, tanto

pela intensificação das práticas marítimas tradicionais, com a atividade portuária, quanto das modernas. Isso a partir da incorporação em seu cotidiano de novas práticas e hábitos tanto econômicos quanto culturais, reforçando os já existentes, como a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo, ou então até mesmo enfraquecê-los, frente ao uso que será dado a tais espaços, e seus impactos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas basilares na construção desse trabalho são o fenômeno da maritimidade enquanto acontecimento mundial, e tomado a partir da organização que se faz no espaço das principais práticas marítimas tradicionais e modernas realizadas pelas sociedades no litoral e no mar, provocando sua valorização tanto socioeconômica quanto cultural. Assim, o Espírito Santo desde sua colonização se organizou principalmente a partir destes espaços, presentes na vida socioeconômica e cultural da sociedade capixaba e condicionando ao estado uma maritimidade marcante até os dias atuais.

A partir da região da Grande Vitória, se consolidam e ampliam as práticas econômicas e culturais com o litoral e o mar, todavia, a racionalidade urbana de incorporação dos espaços litorâneos e marítimos capixabas não se deu somente a partir de tal região. É importante ressaltar a importância atribuída também aos atores sociais vindos de fora dessa área e do próprio estado ao processo de incorporação e valorização econômica e cultural dos espaços litorâneos e marítimos capixabas. Alguns centros difusores de fluxos principalmente de cidades mineiras e cariocas e de algumas cidades médias capixabas também foram responsáveis por este processo, como no caso ocorrido em Presidente Kennedy.

Neste município, tal processo sempre esteve relacionado em grande parte aos fatores externos à população local e ao próprio município. Ou seja, o conjunto de todas as práticas marítimas, tanto tradicionais quanto modernas, apresentadas em suas praias se produziu e se produzem em função de demandas externas, não sendo geradas no bojo da sociedade local. Essas demandas criam corpo a partir da década de 1970, com os loteamentos que entrecortaram praticamente todo o seu litoral visando a ocupação por segundas residências, principalmente na praia das Neves, e abriram caminho para que pessoas vindas de vários lugares fizessem uso de tal espaço.

Atualmente o município desenvolve com o litoral e o mar principalmente as práticas marítimas tradicionais de pesca artesanal e coleta de mariscos e, possui a vilegiatura marítima como o carro chefe das práticas modernas, seguida pela atividade turística, frutos em sua maioria de demanda externa. Todavia quando comparadas ao contexto da região sul e até mesmo com o estadual, elas se encontram pouco consolidadas.

Levando em consideração essa demanda externa pelos espaços litorâneos e marítimos de Presidente Kennedy e a atual organização de sua vida econômica e social pautada principalmente sobre a agropecuária, voltada para o interior do município podemos dizer que a maritimidade por este apresentada é relativamente fraca ou baixa. Isso de acordo com a referência de Lozato-Giotart (1996, p.303) onde diz que existem diversos graus de maritimidade conforme a vida social e econômica da localidade se organiza para e pelo mar.

Portanto, a inserção das práticas marítimas tradicionais e modernas no litoral estudado não foi suficiente para descaracterizá-lo enquanto um município *litorâneo-interiorano* e transformá-lo em *litorâneo-marítimo* (DANTAS, 2002), por uma série de fatores anteriormente analisados.

É necessário também destacarmos o papel atribuído ao poder público, tanto municipal quanto estadual e ao privado. Os primeiros se destacam como importantes atores indutores de novos usos e ocupações do litoral uma vez que regulam a legislação do uso e ocupação. Isso se conferiu quando da alteração do uso do solo de rural para urbano quando da criação dos loteamentos no litoral a partir da década de 1970, e a posteriori quando da descoberta do petróleo e gás natural no mar de Presidente Kennedy, quando o governo estadual da época cria o distrito industrial na praia das Neves em 2000 e o poder municipal altera novamente a lei de uso do solo e considera parte do litoral como zona industrial em 2008. E o segundo estrutura este litoral de acordo com suas necessidades e ganhos futuros sobre tal espaço, como da construção dos loteamentos inicialmente, e agora dos futuros projetos e planos pensados para a área.

Atualmente, acompanhando uma tendência econômica industrial forte no Espírito Santo, o litoral de Presidente Kennedy é mais uma vez visto como uma área em potencial frente à possibilidade de implantação da atividade portuária e industrial no litoral do município futuramente. As previsões colocadas sobre todas as práticas marítimas e a forma como a população se relaciona com o litoral e o mar poderão ser sincopadas tendo em vista os impactos e as conseqüências dessa implantação.

Assim, a maritimidade apresentada por Presidente Kennedy poderá sofrer mutações num relativo espaço de tempo frente às mudanças previstas para seu litoral, podendo assim apresentar o mesmo padrão marcante de maritimidade do estado e dos outros municípios litorâneos do sul do Estado.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Lenilton Francisco de. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA, J.B; DANTAS, E.W.C; ZANELLA, M.E; MEIRELLES, A.J.A. (orgs.). **Litoral e sertão**, natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006 p. 289-305.

BONNEMAISON, Jöel. Viagem ao território. In: **Geografia Cultural**: um século (3). CORREA, R.L., ROSENDAHL, Z. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002.

BOUDOU, Jean-Louis. Em favor da talassografia. **Geografares**. Vitória, ano 2, n.2, p.71-79, 2001.

_____. **Guia geográfico prático**. Vitória: 2006.

_____. Introdução à maritimidade capixaba contemporânea. **Dimensões**: revista de história da UFES. Vitória, N. 17, p.253, 2005.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse preliminar do Censo demográfico – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse preliminar do Censo demográfico – 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse preliminar do Censo demográfico – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estimativas de população para os municípios brasileiros para 1º de julho de 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf>. Acessado em 20/08/2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto Orla**: Fundamentos para gestão integrada. Brasília, 2006.

CHERUBINE, Bernard. Introduction: De quelques lointains rivages devenus “mondes de vie”. In: CHERUBINE, B. (Org.) **Le territoire littoral**: tourisme, pêche et environnement dans l’océan Indien. Paris: Ed. L’Harmattan, 2004, p.7-17.

CLAVAL, P.; PERON, F.; RIEUCAU, J. Avant-propos. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1996, p.9-12.

_____. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.133-195.

_____. **A geografia cultural**. [tradução: Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta]. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

CORBIN, Alan. **O território do vazio: a praia e o imaginário social**. [tradução: Paulo Neves]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

DANTAS, E. W. C. **Mar à Vista: Estudo da Maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002.

_____. O mar e o marítimo nos trópicos. In: **Geosp: Espaço e tempo**. São Paulo, nº15, p. 63 a 76, 2004.

_____. O pescador em terra. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderlei Correia (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. P.263-279.

_____. Cidades litorâneas marítimas tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio Wanderlei Correia (Org.). **Panorama da geografia brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006, p.79-89.

_____. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. PEREIRA, A.Q., ARAUJO, E.F., PAULA, E.O.. Turismo litorâneo e vilegiatura marítima na região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil. EGAL, 2009.

DAVID, Gilbert. Territoire et littoral, approches méthodologiques. In: CHERUBINE, B. (Org.) **Le territoire littoral**: tourisme, pêche et environnement dans l'océan Indien. Paris: Ed. L'Harmattan, 2004, p.31-56.

DIAS, João M. Alveirinho. **A conquista do planeta azul**: O início do reconhecimento do oceano e do mundo. Versão preliminar. Faro, Universidade de Algarve, 2004. Disponível em: HTTP://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/e_b_CPAzul.html

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB, 2001.

_____. **A interdisciplinaridade nos estudos do mar**: o papel das Ciências Sociais. 2003. Disponível em: <HTTP: www.usp.br/nupaub/interdis.doc> Acessado em 09/05/2008.

DOLLFUS, Olivier. A produção do meio (Comentário). In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.89-90.

ESPÍRITO SANTO, Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento sustentável do turismo do Espírito Santo 2025**. Secretaria de Estado do Turismo, 2006. Disponível em: http://www.es.gov.br/site/downloads/plano_de_desenvolvimento_do_turismo.pdf. Acessado em: 28/10/2008.

_____. PROMAR, Fundação. **Macrodiagnóstico da pesca marítima do estado do Espírito Santo – Pesca 2005**. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca, 2005. Disponível em: www.incaper.es.gov.br/downloads/Relatorio_macro_pesca.pdf. Acessado em 04/04/09.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 6. ed. rev. atualiz. – Curitiba: Positivo, 2004. 896 p.

FREITAS, Joana Gaspar de. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. **Revista de Gestão Costeira Integrada**. Nº 7, fascículo 02, Ano 06, 2007. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci/pdf/revista7f2.pdf>>. Acessado em: 02/03/2009.

GALVEZ, José A. (Org.). **Mini dicionário Larousse Francês/Português - Português/Francês**. Ed. Larousse do Brasil, 2005.

GAZONI, Jefferson L. Desenvolvimento turístico no trecho sul da costa capixaba. **Revista Turismo**, 2004. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com/artigos/trechosulcapixaba.html>> Acessado em 04/06/2009.

GOMES, Paulo C. da Costa. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C.L.; SILVA, M. (Org.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

GUARAPARI. **Inventário turístico do município de Guarapari**. Guarapari: SMTCEL, 2002.

KENNEDY, Elaboração: EEEFM Presidente. **De Muribeca à Presidente Kennedy**, Espírito Santo, 2007.

LEITE, S. I. Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Vol. II (E. Santo), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Editora Itatiaia, 2000.

LOZATO-GIOTART, Jean-Pierre. Pratiques touristiques et maritimes: la Cote d'Azul et la Corse. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1996, p.303-310.

MARTINS, A.S; DOXSEY, J. R. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Espírito Santo. In: ISAAC, V.J.; MARTINS, A.S.; HAIMOVICI, M; ANDIGUETTO, J.M. (Org.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI**. 1 ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006, v. 1, p. 93-115.

MARTINS, J.S; MOLINA, S.M.G. **Turismo e emergência de novas territorialidades: o caso de Itaúnas – ES**. Revista Eletrônica Iluminuras. UFRGS, 2008. Disponível em: <http://www.iluminuras.ufrgs.br/artigos/2008-22-%20turismo%20e%20territorialidades.pdf>. Acessado em: 30/04/2009.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Nacional, 1940.

MORAES, A. C. R. COSTA, W. M. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**. Vitória, ano 2, n.2, p.105-113, 2001.

_____. Classificação das praias brasileiras por níveis de ocupação: proposta para uma tipologia para os espaços praias. In: **Projeto Orla: fundamentos para a gestão integrada**. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, MMA, 2006.

_____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

PAULET, Jean-Pierre. **L'homme et la mer: representations, symboles e mythes**. Paris: Ed. Economica, 2006.

PERON, Françoise. De la maritimité... In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1996, p.13-27.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Urbanização e veraneio marítimo no Ceará. In: SILVA, J.B; DANTAS, E.W.C; ZANELLA, M.E; MEIRELLES, A.J.A. (orgs.). **Litoral e sertão**, natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006 p. 307-316.

PRESIDENTE KENNEDY. **Inventário da oferta turística do município de Presidente Kennedy**. Guarapari: SMTCEL, 2002.

PROMAR, Fundação; ALMEIDA, Fundação Ceciliano Abel; Relatório do censo da pesca artesanal marítima no ES. PETROBRAS – **Projeto Mosaico – Pesca Sustentável**, 2006.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIECAU, Jean. Sociétés maritimes et societies littorals: quelle maritimité? In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1996, p.29-51.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história até o ano de 1817**, e breve notícia estatística sobre a Capitania do Espírito Santo. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2003. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/livro_alberto_rubim.htm. Acessado em 24/03/2009.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. Coleção Canaã V.4. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Donatarios_colonos_indios_jesuitas.pdf>. Acessado em: 24/10/2008.

SALVADOR, José Gonçalves. **Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos novos.** Vitória: UFES, SPDC/DEC, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** - 4.ed. 2. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARTÓRIO, Élvio Antônio. **A trilha sagrada: anatomia histórica das estradas:** compêndio, história e monografia. Vitória: Ed. do Autor, 2007, v.2.

SEABRA, Odette C. L. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. **Geografares.** Vitória, ano 1, n.1, p.73-79, 2000.

TUAN, Yi – Fu, **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. [tradução: Lívia de Oliveira]. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1980.

_____. **Espaço & Lugar.** A Perspectiva da Experiência. São Paulo: 1983.

TULIK, Olga. O Espaço Rural Aberto à Segunda Residência. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da Cidade ao Campo: a diversidade do saber-fazer turístico.** Fortaleza: UECE, 1998.

WAGNER, P.L.; MIKESSELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ANEXO 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
AS PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NO LITORAL DE
PRESIDENTE KENNEDY

Data: ____ / ____ / ____

A - PERFIL DO ENTREVISTADO

01. Nome: _____
02. Idade: _____
03. Sexo: 1. Masculino 2. Feminino
04. Localidade: _____ 05. Município: _____
06. Há quanto tempo frequenta essa praia? _____
07. Escolaridade:
1. Sem escolaridade 4. Ensino Médio Completo 7. Ensino Superior Incompleto
2. Ensino Fund. Completo 5. Ensino Médio Incompleto 8. Pós-graduação
3. Ensino Fund. Incompleto 6. Ensino Superior Completo
-

08. Profissão: _____
09. Renda mensal:
1. Até 1 salário mínimo 4. De 5 a 10 salários mínimos
2. De 1 a 3 salários mínimos 5. Mais de 10 salários mínimos
3. De 3 a 5 salários mínimos 6. Valor _____

B – O ENTREVISTADO E A PRAIA

10. Tem o hábito de frequentar a praia? (S) (N)
11. Se sim qual a praia que mais frequenta?
(a) Praia das Neves (b) Praia de Marobá (c) Outras. Se outras, quais? _____
12. Com que frequência costuma vir às praias de Presidente Kennedy?
(a) Primeira vez (b) Todo verão (c) Finais de semana (d) Mensal (e) Trimestral (f) Semestral
13. Se não frequenta, por quê?
-

C – O ENTREVISTADO E AS PRAIAS DE PRESIDENTE KENNEDY

14. Onde está hospedado? (Máximo 2 respostas)
(a) Vai e volta no mesmo dia (b) Hotel/pousada (c) Casa de parente/amigo (d) Casa própria (e) Casa alugada (g) Outros
15. Como fez para chegar à praia?
(a) Carro próprio (b) Ônibus de linha (c) Excursão (d) Moto-táxi (e) Lotação (f) Carona (g) Outros
16. O que mais gosta de fazer na praia de Presidente Kennedy? (Máximo 2 respostas)
(a) Banho de mar (b) Banho de sol (c) Passear na beira-mar (d) Praticar esportes (e) Outros
Quais? _____
17. Por que optou pelas praias de Presidente Kennedy?

18. O que mais gosta/gostou das praias daqui?

19. Acha que falta alguma coisa nas praias daqui? (S) (N)
20. Se sim, o que? _____
21. Desde que frequenta as praias de Pres. Kennedy, notou alguma mudança? (S) (N)
22. Se sim, quais foram? _____
23. Você acha que deve preservar a praia do jeito que ela se encontra? (S) (N)
24. Se não, o que acha que deveria ser feito aqui?

LEI MUNICIPAL Nº. 798/2008 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2008

Dispõe sobre normas para o desenvolvimento econômico e social do Município de Presidente Kennedy, cria distrito industrial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições conferidas no art. 45 e inciso V do art. 107 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei institui normas visando o desenvolvimento econômico e social do Município de Presidente Kennedy, por meio do incremento de atividades industriais e outras atividades complementares e/ou correlatas na região.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – *instrumentos de fomento*: são todos os instrumentos previstos nesta lei, visando estimular a instalação de indústrias e fomentar as atividades industriais e comerciais, os serviços portuários, os serviços de transporte e os serviços de logística no Distrito Industrial;

II – *cessão de uso*: é a locação, concessão de direito de uso, concessão de direito real de uso e todas as outras formas de cessão do uso dos imóveis do Município admitidas em lei;

III – *alienação*: é a doação, venda, permuta e todas as outras formas de alienação dos imóveis do Município admitidas em lei;

IV – *imóvel do Município*: é todo bem imóvel de domínio, de propriedade e/ou que se encontra na posse do Município, que esteja localizado nos limites do Distrito Industrial, definidos no art. 3º desta Lei;

V – *COMDES-PK*: é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Presidente Kennedy, instituído por esta Lei;

VI – *Município*: é o Município de Presidente Kennedy.

CAPITULO II

DO DISTRITO INDUSTRIAL

Art. 3º. Fica criado o Distrito Industrial do Município de Presidente Kennedy, com área total de 6.815,00 Ha, correspondente a seis mil e oitocentos e quinze hectares, localizado no litoral com os seguintes limites e confrontações conforme levantamento planimétrico que faz parte integrante desta lei.

Parágrafo único. O Distrito Industrial criado por esta Lei também será destinado a atividades complementares e/ou correlatas às atividades industriais, em especial, atividades de comércio, serviços portuários, serviços de transporte e serviços de logística.

Art. 4º. Os objetivos da criação do Distrito de que trata esta Lei são:

I - promover e organizar o processo de desenvolvimento econômico e social do Município;

II - promover o aumento de arrecadação de receitas do Município;

III - estimular a geração de novos empregos;

IV - incrementar a diversificação da economia do Município.

Art. 5º. O Município será responsável pela implantação da infra-estrutura do Distrito Industrial, que compreenderá a abertura de ruas e sua pavimentação, colocação de meio-fio, instalação das redes de energia elétrica, hidráulica e demais obras e serviços necessários à adequada instalação do Distrito Industrial.

§ 1º. Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, o Município, por meio do Poder Executivo, poderá firmar parcerias com entidades públicas e privadas, municipais, estaduais e federais, obedecidas as disponibilidades financeiras e as prioridades administrativas.

§ 2º. O Poder Executivo será responsável, ainda, pelos atos necessários à regularização do Distrito Industrial junto aos órgãos competentes, incluindo as devidas inscrições no ofício de registros de imóveis do Município.

Art. 6º. A organização e coordenação da implantação, ocupação e desenvolvimento do Distrito Industrial obedecerão à legislação aplicável, cabendo ao Poder Executivo adotar as medidas necessárias à consecução dos objetivos expressos no art. 4º desta Lei.

Seção I

Dos instrumentos de fomento

Art. 7º. O Poder Executivo fica autorizado, assessorado pelo COMDES-PK e nos limites dos recursos financeiros disponíveis, a utilizar-se dos seguintes instrumentos de fomento:

I - realização de cessão de uso e/ou alienação dos imóveis do Município a pessoas físicas e jurídicas;

II - concessão de incentivos fiscais;

III - colaboração na capacitação de trabalhadores, mediante convênio ou outro termo de ajuste, entre as pessoas físicas e jurídicas interessadas e entidades de aprendizagem e formação técnica; e

IV - colaboração na execução de projetos de proteção ambiental, mediante convênio de mútua cooperação entre órgãos municipais, federais e estaduais, pessoas físicas e jurídicas e instituições universitárias.

§1º. Para atendimento ao objetivo descrito no inciso III deste artigo o Poder Executivo poderá custear bolsa de estudo e custo de alimentação e de deslocamento na forma definida em regulamento.

§2º. As normas para execução, controle, avaliação e os critérios de inscrição e seleção do programa de capacitação de trabalhadores será fixado em regulamento.

Art. 8º. Nos termos da Lei Orgânica do Município, o Poder Executivo poderá realizar a cessão de uso e/ou alienação dos imóveis do Município, mediante dispensa de licitação prévia, quando devidamente demonstrado o interesse público, considerado este, para os fins desta lei, como o estímulo à instalação de empresas no Distrito Industrial e/ou o fomento das atividades industriais e comerciais, dos serviços portuários, dos serviços de transporte e/ou dos serviços de logística na região.

Parágrafo único. Os instrumentos de alienação ou cessão de uso de imóveis do Município deverão prever:

- I. a descrição detalhada e a avaliação do imóvel do Município objeto da alienação ou cessão de uso ;
- II. os encargos do particular beneficiário;
- III. as hipóteses de reversão do imóvel ao Município.

Art. 9º. No caso de transferência, pelo beneficiário a terceiros, dos direitos sobre o imóvel do Município, e/ou de sucessão societária do beneficiário, o novo adquirente e/ou sucessor ficará sujeito às condições previstas nesta lei.

Seção II

Das vedações e da perda dos instrumentos de fomento

Art. 10. É vedado ao beneficiário dos instrumentos de fomento mencionados nesta lei:

- I - alienar bens cedidos pelo poder publico municipal sem prévia autorização do Município;
- II - dar ao imóvel do Município utilização diversa da prevista no instrumento de cessão e/ou alienação do imóvel.

Art. 11. O não cumprimento do disposto nesta Lei por parte do beneficiário ou do sucessor/novo adquirente, sem prejuízo das demais hipóteses de reversão previstas nos instrumentos de cessão e/o alienação do imóvel do Município, acarretará a imediata reversão do imóvel ao Patrimônio Público Municipal, acrescido das benfeitorias, sem quaisquer ônus

ou obrigações para o Município, bem como a perda automática dos benefícios concedidos, com o conseqüente lançamento, em nome do beneficiário ou do sucessor/novo adquirente, conforme o caso, daquela ou de seus sócios responsáveis dos tributos e encargos devidos a partir da perda dos benefícios, ressalvadas as circunstâncias especiais plenamente justificáveis.

Capítulo III

do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Presidente Kennedy

Art. 12. Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Presidente Kennedy (COMDES-PK), órgão consultivo e de assessoria do Poder Executivo nas questões relativas à política de apoio, incentivo e desenvolvimento do Município de Presidente Kennedy.

Art. 13. Compete ao COMDES-PK:

I - assessorar o Poder Executivo na organização e coordenação da implantação, ocupação e desenvolvimento do Distrito Industrial;

II - promover estudos e planejar medidas e estratégias visando a consecução dos objetivos previstos nesta Lei;

III - sugerir ao Poder Executivo diretrizes para a implantação e coordenação da política de desenvolvimento econômico e social do Município;

IV - sugerir ao Poder Executivo programas de atividades voltadas à execução da política de desenvolvimento econômico e social do Município;

V - sugerir ao Poder Executivo programas de atividades voltadas à melhoria das condições de vida dos trabalhadores;

VI - fiscalizar, juntamente com o Poder Executivo, os atos de execução da política de desenvolvimento econômico e social do Município;

VII - receber e analisar os requerimentos de fomentos de que trata esta Lei, bem como sugerir ao Poder Executivo a sua concessão, manutenção ou extinção;

VIII - manter intercâmbio com entidades oficiais, federais, estaduais e municipais, e com entidades privadas, nacionais e estrangeiras, objetivando obter informações técnicas e operacionais que visem ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades industriais no Município;

IX - sugerir ao Poder Executivo a celebração de convênios, ajustes ou acordos com entidades públicas ou privadas de pesquisa e ensino, visando a integração de programas a serem desenvolvidos no Município, em especial, no Distrito Industrial criado por esta Lei;

X - elaborar e alterar o seu regimento interno.

Art. 14. O COMDES-PK será constituído por ato do Prefeito Municipal, a quem caberá também a indicação de quem irá presidir, dentre os membros nomeados.

§1º. O COMDES-PK será composto de sete (7) conselheiros, incluindo representantes do governo e também da sociedade civil organizada, a serem nomeados pelo Prefeito Municipal.

§2º. Cada entidade deverá indicar um suplente que substituirá o titular na sua falta ou impedimento.

§3º. A função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público, e não poderá, por qualquer forma, ser remunerada;

Art. 15. A estrutura e a atuação do COMDES-PK serão reguladas em seu regimento interno, que deverá prever, especialmente, o seguinte:

I - que fará reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - que as deliberações do COMDES-PK serão tomadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes;

III - que o mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais um período consecutivo.

Art. 16. O Poder Executivo proverá os recursos materiais e humanos necessários à atuação do COMDES-PK.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A implantação do Distrito Industrial de que trata esta Lei terá prioridade na execução da política de desenvolvimento econômico e social do Município.

Art. 18. O Poder Executivo Municipal poderá promover a desapropriação e desafetação de áreas situadas no perímetro do Distrito Industrial, com vistas à sua criação, instalação e/ou desenvolvimento.

Art. 19. A área onde se encontra localizado o patrimônio histórico denominado *Igreja de Nossa Senhora das Neves* não integrará o distrito industrial e será definida por regulamento.

Art. 20. As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 21. O Poder Executivo regulamentará no que couber a presente Lei, inclusive, quanto ao procedimento e a forma de utilização e aplicação dos instrumentos de fomento previstos nesta lei e, se necessário, no que diz respeito ao zoneamento de ocupação para os diversos tipos de indústrias, na área do Distrito Industrial.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Kennedy – ES, 26 de dezembro de 2008.

Alúzio Carlos Corrêa
Prefeito Municipal

LEI Nº 6 132

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Autoriza criação de Distrito Industrial.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo devidamente autorizado a criar, instituir e implantar o Distrito Industrial Praia das Neves, no Município de Presidente Kennedy, deste Estado.

Art. 2º Para a criação e implantação do Distrito Industrial a que se refere a presente Lei, fica ainda o Poder Executivo autorizado a adquirir imóveis territoriais e proceder às ações necessárias.

Art. 3º A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 08 de fevereiro de 2000.

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
Governador do Estado

LUIZ SÉRGIO AURICH
Secretário de Estado da Justiça

(D.O. 09/02/2000)



Tabela: Infra-estruturas para Pesca existentes nos municípios litorâneos do Espírito Santo.

Município	Embarcações Motorizadas	Embarcações a Remo/Vela	Nº de Pescadores ativos	Estaleiro	Mecânica Naval	Número de Comunidades pesqueiras	Número de Associações e Cooperativas	Número de Colônias	Empresa de Pesca	Loja de material de Pesca	Nº de Peixarias
C. da Barra	310	188	1663	2	5	5	1	1	1	0	28
São Mateus	80	200	345	0	0	6	3	0	0	1	8
Linhares	65	58	250	0	0	6	1	6	0	1	13
Aracruz	150	50	700	1	3	3	0	1	3	0	19
Serra Fundão	82	46	267	1	0	5	1	0	0	2	22
Vitória	296	215	900	3	3	5	1	1	1	5	40
Vila Velha	381	254	595	3	3	5	2	1	1	3	50
Guarapari	295	37	900	6	2	3	2	1	3	5	35
Anchieta	146	57	1038	1	3	7	1	1	3	1	6
Piuma	148	40	650	8	2	3	0	1	5	3	10
Itapemirim	305	18	2800	2	5	3	1	1	3	5	11
Marataizes	228	70	1340	5	2	6	1	1	1	4	23
P. Kennedy	0	6	69	0	0	1	2	0	0	0	1
TOTAL	2486	1239	11517	32	28	58	17	10	21	30	266
Norte	605	496	2958	3	8	20	5	3	4	2	68
Centro	759	515	1762	7	6	15	5	2	2	10	112
Sul	1122	228	6797	22	14	23	7	5	15	18	86

Tabela: Dados de Produção Geral por município - Fundação PROMAR - Macrodiagnóstico da Pesca 2005

Produção Total Toneladas / Ano	Municípios da Federação do Espírito Santo								Presidente Kennedy			
	Conceição da Barra	São Mateus	Linhares	Aracruz	Serra/Fundão	Vitória	Vila Velha	Guarapari		Anchieta	Piuma	Itapemirim
1056	1056	288,2	1430	685,3	301,4	1256,2	1365,1	1895,3	1675,3	2369,4	5614,4	2790,7
5,09	5,09	1,39	6,90	3,30	1,45	6,06	6,58	9,14	8,08	11,43	27,08	13,46
TOTAL							20735,55					